

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0393-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.937221008>

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço Social no Brasil: Desafios e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo discute a atuação do Assistente Social na política de assistência social e os desafios para a efetivação do projeto ético político do Serviço Social no contexto da sociedade do capital. O segundo capítulo discute a proteção social de alta complexidade para a pessoa idosa frente às demandas sociais para esse público em particular.

O terceiro capítulo analisa o processo de migração e seus fatores determinantes na atual conjuntura. O quarto capítulo discute a transversalidade da política ambiental nas políticas públicas na perspectiva intersetorial.

O quinto capítulo analisa a atuação de Assistentes Sociais no enfrentamento à violência doméstica e familiar e os desafios vinculados nesse processo. O sexto capítulo discute os impactos da pandemia de Covid-19 no trabalho dos Assistentes Sociais no contexto da política de saúde.

O sétimo capítulo discute o consumo prejudicial de álcool e outras drogas enquanto manifestação da questão social. E finalmente o oitavo capítulo apresenta os resultados de pesquisa acerca da incidência de adoecimento mental no trabalho no contexto do enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Neste contexto, as discussões apresentadas nessa coletânea podem contribuir para a discussão dos desafios e possibilidades para a atuação dos Assistentes Social na atual conjuntura brasileira.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ANALISANDO O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG

Karen de Fátima Ségala

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210081>

CAPÍTULO 2..... 9

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY-
ES: PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA
COMPLEXIDADE À PESSOA IDOSA

Elizaura Barcelos Matias da Silva

Gissele Carraro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210082>

CAPÍTULO 3..... 18

MIGRAÇÃO EM GOIÁS: A ATRAÇÃO PELO FATOR SOCIOECONÔMICO

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Pauleânia Machado Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210083>

CAPÍTULO 4..... 24

A TRANVERSALIDADE DA QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS,
NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A EDUCAÇÃO
SUSTENTÁVEL

Márcia Faraum dos Santos


Valéria Cristina da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210084>

CAPÍTULO 5..... 35

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES


Ariana Kelly dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210085>

CAPÍTULO 6..... 45

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA INTERVENÇÃO DOS/AS ASSISTENTES
SOCIAIS: DESAFIOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES

Nikolas Corrent

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210086>

CAPÍTULO 7..... 57

MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TORNO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E SUAS CONEXÕES INTERSETORIAIS

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Laisla Shirley Rodrigues Maranhão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210087>

CAPÍTULO 8..... 69

**TRABALHADORES (AS) DA SAÚDE E DESGASTE NO TRABALHO: REFLEXÕES
SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA COVID-19
NO SERTÃO DA PARAÍBA**

Reginaldo Pereira França Junior

Maria da Conceição Silva Félix

Cleonice Peixoto Alves

Ivanyr Nayara Mascena Veras,


Letícia Bandeira Matias de Oliveira,

Lavínia Gabriela Oliveira de Almeida,

Maria Carla Laiane Gabriel Alexandre

Moisés Elias Casimiro

Rayane Abrantes de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210088>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 96

ÍNDICE REMISSIVO..... 97

CAPÍTULO 1

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANALISANDO O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 05/07/2022

Karen de Fátima Ségala

<http://lattes.cnpq.br/9368729859419286>

RESUMO: Este artigo objetiva discutir a atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social, buscando uma reflexão crítica sobre as possibilidades de efetivação do projeto ético político da profissão, avaliando os limites e potencialidades dentro de um cenário marcado pela ideologia capitalista. Para isso pretende-se analisar um espaço de trabalho específico do profissional, o Plantão Social, desvendando sua instrumentalidade, alternativas de ação e quais as possibilidades de contribuição para efetivação dos direitos dos usuários atendidos. Utilizamos como base de análise o Plantão Social do município de Ponte Nova- MG, localizado na região da Zona da Mata mineira.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social, Projeto ético-político, Plantão Social.

ABSTRACT: This article discusses the role of the social worker in the Social Assistance Policy, seeking a critical reflection on the possibilities of implementing the political ethics of the profession design, evaluating the limits and potentialities within an environment marked by the ideology capitalist. For this we intend to analyze a specific workspace professional, Social Duty, unveiling their instrumentality action alternatives and the

possibilities of contributing to realization of the rights of the trainees. The base analysis Social Duty in the municipality of Ponte Nova- MG, located in the Zona da Mata region of Minas Gerais.

KEYWORDS: Social Assistance, ethical-political project, Social Duty.

INTRODUÇÃO

Nos importa destacar neste artigo em qual dinâmica foram constituídas as políticas sociais brasileiras, para isso nos deteremos ao período histórico em que elas foram de fato reconhecidas como direitos dos cidadãos, legisladas na Constituição Federal de 1988. Vale destacar, que houve iniciativas estratégicas da autocracia burguesa no período da ditadura militar, no sentido de conter as forças trabalhistas que se apontavam, estabelecendo um impulso às políticas sociais, que combinavam autoritarismo com assistência. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

No entanto, somente no processo de democratização do país as políticas sociais foram reconhecidas como direito, ultrapassando o caráter de ajuda e benemerência. Porém, segundo Marini (s/ano) é na questão democrática que reside o desafio principal para o Brasil, assim como para o mundo contemporâneo. A ascensão e auge do capitalismo, que fundamentaram a hegemonia da teoria política burguesa e, dentro dela, do liberalismo, levaram

a que as conquistas democráticas se tivessem que realizar nos interstícios da ordem jurídico-institucional criada pela burguesia.

Ainda assim, reafirmando a lógica de uma sociedade baseada no privilegiamento do setor econômico em detrimento do social, as políticas sociais surgem com uma contradição, pois ao mesmo tempo em que representam uma conquista por parte dos trabalhadores, como reconhecimento da imensa luta por direitos sociais, elas também são fruto de uma estratégia dos setores dominantes para conter essa mesma luta.

O conteúdo da Constituição refletiu uma disputa de hegemonia, contemplando avanços, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, pág. 141- 142).

No início do Século XXI, com a chegada à presidência de um presidente com raízes operárias, eleito depois de três derrotas, a lógica das políticas sociais tende a mudar. Sua vitória foi conhecida por muitos como o fracasso do neoliberalismo no Brasil. Para Mota (2010), essas políticas têm se apresentado como estratégia de integração responsável em possibilitar a reprodução econômica e social de uma parcela significativa e crescente da população brasileira.

A estratégia do governo Lula, segundo Mota (2010), é focar na política de Assistência Social, como mecanismo de enfrentamento as desigualdades sociais, típicas das relações que se estabelecem no capitalismo. Sendo assim, o Estado na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ele amplia o campo da Assistência Social, fazendo com que tenham direito a ela não apenas os pobres, miseráveis e aqueles inaptos a produzir, mas também os desempregados. Porém, essa ampliação de direito se limita ao papel, tendo em vista que o público que necessita da assistência social tem nos benefícios e serviços ofertados uma forma de reprodução da sua condição de desigualdade e não de superação.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR CRÍTICO

A Política de Assistência Social no Brasil vêm juntamente com a política de Saúde e de Previdência Social constituir o tripé da Seguridade Social desde a Constituição Federal de 1988. De acordo com o artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) promulgada em 1993:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n.8.742 de 7 de dezembro de 1993).

A assistência social configura-se como reconhecimento público e legítimo das necessidades de seus usuários provendo serviços, programas, projetos e benefícios de prestação social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem, inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócios assistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais, centralidade na família, e que convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2005, pág. 27). Segundo Simões a assistência social:

Para reduzir os níveis de pobreza prevê diversas estratégias: criação de programas de geração de trabalho e renda; proteção a maternidade, as crianças e aos adolescentes; apoio as gestantes, creches e cursos profissionalizantes, garantia de um salário mínimo para pessoas com deficiência ou pessoas idosas, desde que carentes, por meio de ações continuadas de assistência social. (SIMÕES, 2009, pág.283)

A LOAS deu novo significado à assistência social, cujo eixo é dado na formação do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. A história da assistência social não termina com a promulgação da LOAS, pois após a Constituição de 88, no Brasil evidenciam-se fortes inspirações neoliberais nas ações do Estado no campo social. O processo de Reforma do Estado, iniciado na década de 90, um processo de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato.

No cenário atual, onde predomina o capital financeiro e a lógica neoliberal, temos um Estado mínimo para o social e máximo para o desenvolvimento do capital e nesse contexto a Seguridade Social que, embora seja formada por um tripé de políticas que se pressupõem emancipatórias, se apresentam como fragmentadas e assistencialistas. A questão social passa a ser enfrentada, quase que em sua totalidade, por meio de programas de transferência de renda, que passam a ser responsáveis por grande parte dos recursos “ampliados” destinados à assistência social. Em detrimento ao aumento dos gastos com a assistência, a saúde e previdência social pública são esvaziadas, abrindo campo para a atuação dos sistemas complementares, ou seja, planos de saúde e previdência privados. (MOTA, 2010).

Mesmo com um investimento de recursos na assistência social, ela não consegue atingir na íntegra o público que dela necessita e neste contexto temos que a parcela da população desempregada que não se enquadra no perfil de acesso à assistência, passa a ser estimulada a investir no empreendedorismo. Em suma, verifica-se que as conquistas da Constituição de 1988 não se materializaram e neste contexto de reestruturação produtiva e de financeirização do capital temos um agravamento das expressões da questão social e, paralelamente, políticas públicas cada vez mais focalizadas, compensatórias e fragmentadas. Temos uma redução e um esvaziamento dos direitos sociais historicamente conquistados por meio da luta de classes.

O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DA PROFISSÃO MARCADO POR UM COMPROMISO DE CLASSE

Conjuntamente com a luta pela redemocratização do país e a instituição das políticas sociais no Brasil, o Serviço social lança uma discussão nos anos 1980 ancorado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional desde o Movimento de Reconceituação da profissão, iniciado após o golpe de 1964.

O projeto da modernização conservadora, implementado pelo Estado pós-64, põe novas demandas à profissão, consolidando a necessidade de sua renovação; abre-se um espaço à explicitação de diferentes projetos profissionais, deslegitimando a imparcial homogeneidade do Serviço Social tradicional. Desta forma, ainda que limitado em seu potencial político, o ethos de ruptura desenvolveu-se no interior da academia, durante a ditadura, donde o aparecimento, nos anos 70, de elaborações teóricas orientadas pelo marxismo, apontando para um debate teórico-metodológico significativo. (BARROCO, 2001, PÁG. 108).

O resultado dessa mudança na direção do serviço social possibilitou a criação de uma massa crítica por parte dos alunos, então, o ciclo autocrático burguês, mesmo que demandasse um profissional apto para atender suas demandas, forneceu patamar para preocupações intelectuais e políticas dos Assistentes Sociais. É neste processo de recusa e crítica ao conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político. (NETTO, 1999).

Este fortalecimento profissional do Serviço Social realizou-se em conquistas teóricas e práticas, como o Código de Ética Profissional de 1986, através de duas condutas: a primeira sendo a negação do conservadorismo e a última um novo perfil profissional competente teórico, técnico e crítico. (BRASIL, 2011). As mudanças ocorridas começaram com a interpretação de que a ética tem como base uma ontologia do ser social: os valores são afirmados pela prática social, conseqüente da atividade criadora no processo de trabalho.

Marx se refere às capacidades desenvolvidas pelo trabalho: necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, manter a vida humana. (BARROCO, 2001, pág. 21)

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está unido a um projeto de transformação da sociedade. Essa junção se dá pela própria exigência que a dimensão política de intervenção profissional põe. Ao agirmos no movimento contraditório das classes, direcionamos às nossas ações profissionais favorecendo a um ou a outro projeto societário, o que não é a intenção dos Assistentes Sociais, segundo o Código de Ética e o Projeto Profissional. (NETTO, 1999) O nosso compromisso ético-político é claro e explícito quanto aos seus compromissos:

Tem em seu núcleo reconhecimento da liberdade como valor ético central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre

alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, Pg. 104-5)

Na conjuntura atual o nosso projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, porque remete à manutenção ou não das suas bases teóricas e ético- políticas. Por isso para Guerra (2012) é importante o resgate da natureza teórica e investigativa do Serviço social presente nas atribuições privativas e competências profissionais (Lei nº8662/93), tendo em vista que o serviço social tem se apropriado das ciências sociais, muitas vezes de forma eclética e retirado um conjunto de “modos de operar” necessário a concretização de suas ações. É necessário atribuir aos instrumentos e técnicas sua razão científica, assim teremos uma intervenção qualificada.

O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG ENQUANTO ESPAÇO DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O município de Ponte Nova está localizado no sudeste de Minas Gerais, possuem aproximadamente 57.390 mil habitantes (IBGE,2010). A gestão da Assistência Social no município é plena de porte médio. A Secretaria de Assistência Social e Habitação do município foi criada em 1993, quando se desvinculou da Secretaria de Saúde. Houve a criação de um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e um CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) em 2007, que permanecem sendo os únicos da cidade, apesar do município possuir porte e demanda para implantação de outros.

No CRAS são desenvolvidos trabalhos de acompanhamento familiar, com desenvolvimento de oficinas, concessão de benefícios eventuais e de transferência de renda, que é o caso do Benefício de Prestação continuada, a área de abrangência são de 5 bairros. O CREAS realiza atendimento e acompanhamento aos casos que já houve rompimento de vínculos familiar, como acompanhamento ao Conselho Tutelar e a toda a rede de Assistência. Existem ainda, as unidades ligadas a Secretaria de Assistência, que são uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, uma Casa Abrigo, que se configura como um Albergue e ainda uma Casa Lar para crianças e adolescentes.

Na sede da Secretaria, está localizada a equipe responsável pela gestão da política no município, como a equipe do Programa Bolsa Família e da Habitação, e ainda o serviço caracterizado como Plantão Social, objeto deste estudo. O Plantão Social conta com profissionais de Serviço Social e o horário de atendimento é de segunda a sexta-feira de 07hs às 17hrs. Este espaço se concretiza como atendimento de demandas imediatas, que devem ser respondidas através da concessão dos Benefícios Eventuais, que estão previsto

na LOAS/1993.

O município também possui legislação que caracteriza os benefícios eventuais no âmbito municipal, portanto, prevê além dos auxílios natalidade ou morte; o auxílio alimentação (cesta básica), pagamento de contas de luz/água e gás, passagens para migrantes, isenção para documentos e fotos. O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social. O benefício eventual se destina aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria suas necessidades básicas e de manutenção.

Conforme a LOAS são vedados na aplicação desse benefício qualquer situação de constrangimento ou vexatórias para a comprovação das necessidades de seus beneficiários. (LOAS, 1993). Faz parte ainda do trabalho no Plantão Social, elaboração de estudos sociais como requisição do Ministério Público e do Conselho tutelar, além de encaminhamento para toda a rede. Os instrumentos mais utilizados são a entrevista e a visita domiciliar. O público atendido é na sua maioria, famílias chefiadas por mulheres, usuários do Programa Bolsa Família, indivíduos que estão fora do mercado de trabalho, famílias numerosas e que foram historicamente estigmatizadas pela sua condição de pobreza e vulnerabilidade social.

Com a finalidade de realizar seu trabalho de forma ética e com comprometimento de classe, o assistente social deve, neste espaço (que por vezes é muito restrito apenas às normas legais), atuar como aquele que realizará uma escuta qualificada, conhecendo a sua totalidade, tendo em vista as contradições impostas pela sociedade capitalista.

Para tanto, deverá valer-se de seu referencial ético-político, teórico- metodológico e técnico-operativo, considerando as demandas impostas pelo capital à classe trabalhadora, direcionando sua ação para a perspectiva de garantia dos direitos dos trabalhadores e a construção de outra ordem societária, que seja livre de dominação de uma classe pela outra. Mas é aí que ocorrem as grandes limitações profissionais, visto que a fragmentação e o imediatismo dos atendimentos realizados podem levar a uma visão naturalizada da questão social, como atendimentos esvaziados de potencial crítico, se configurando em entrevistas técnicas, que visem apenas a „entrega“ do benefício, dando a visão de que não precisa ser um profissional de serviço social para realização desta prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumentos/meios de reprodução do capital. Isso se dá por meio de profundas e substantivas transformações societárias. Cabe-nos sinalizar que num determinado tipo de sociedade, a do capital, “o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto pessoa humana e se converte em instrumentos para a execução

das necessidades de outrem” (LESSA, apud GUERRA, 2012).

Desse modo, vale lembrar que o assistente social também é trabalhador assalariado e também sofre na pele a exploração imposta pela dinâmica capitalista. Num contexto em que cresce a demanda por serviços sociais, a Política Social aparece cada vez mais seletiva, com poucos recursos, pagando baixos salários e por vezes não garantindo estabilidade via concurso público aos profissionais que a operacionalizam, o que torna mais difícil a tarefa do assistente social de contribuir na construção de estratégias de ação, de superar as barreiras/limites institucionais e de relações de poder.

Destacamos ainda, que todo espaço de trabalho inserido dentro das políticas sociais, são também marcadas pelas suas determinações históricas, as relações sociais de produção, a lógica fordista e gerencial através de adoção acrítica dos critérios da racionalidade instrumental, muitas vezes assumidas de maneira imperceptível e inconsciente. Mantendo uma lógica pragmática e produtivista que conforma valores, como rentabilidade, alcance de metas de produtividade e prestígio político partidário. (GUERRA, 2012).

Desse modo, no Plantão social, em que o contato profissional/ usuário é intermediado pelo imediatismo, o profissional vê a sua instrumentalidade totalmente “enlaçada” pelas artimanhas do capital, fica cada dia mais difícil efetivar sua intervenção comprometida com um projeto profissional que tem como objetivo primordial a luta pela emancipação política dos indivíduos sociais.

Ainda assim, o profissional deve buscar conhecer os limites impostos pela ordem burguesa, que incidem em todas as políticas sociais, conhecer as contradições em que elas estão inseridas para que desta forma possa fazer as tensões possíveis e necessárias, através de organização da categoria profissional, utilizando os potenciais dos espaços sócio ocupacionais para efetivar sua prática. No caso do plantão, realizar articulação com os usuários pra que entendam e reivindicuem por seus direitos e buscar articulação com os outros serviços para que mesmo com todas as limitações a discussão seja feita entre os profissionais e também entre os setores, no sentido sempre de ir além do que está posto. O desafio colocado pelo nosso projeto ético político, de manter firmes as raízes que orientam o nosso fazer profissional, é tarefa cotidiana e só poderá de fato ser executado se as respostas e as ações forem organizadas coletivamente, qualificadas e comprometidas com a ética profissional e com a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. Lucia S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI. Política Social: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À

FOME. Resolução n 145 de 15 de outubro, Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Brasília, 2004.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8742. Brasília, 1993.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnica-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. A Constituição de 1988. Disponível em: http://www.mariniescritos.unam.mx/036_brasil_port.htm. Acesso em 06 de julho de 2014, às 14:00 horas.

MOTA, Ana Elizabete. O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto ético – político frente à crise contemporânea. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo I, CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ CEAD, 1999.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

CAPÍTULO 2

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY-ES: PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE À PESSOA IDOSA

Data de aceite: 01/08/2022

Elizaura Barcelos Matias da Silva

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória- EMESCAM

Gissele Carraro

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória- EMESCAM

RESUMO: Introdução: A política pública de assistência social dispõe de uma série de serviços socioassistenciais, que priorizam pessoas idosas entre eles está o Serviço de Acolhimento Institucional. **Objetivo:** analisar como as demandas e necessidades sociais da pessoa idosa, que requerem proteção social de alta complexidade da política pública de assistência social, são asseguradas mediante o uso de pregão eletrônico em Presidente Kennedy-ES. **Metodo:** Trata-se de um estudo de caso, de cunho qualitativo, com o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental com uso de roteiro de análise. **Resultados:** o pregão eletrônico, para a licitação e efetivação da contratação da empresa que prestou atendimento ao município de Presidente Kennedy-ES, foi essencial para a garantia de proteção social para a pessoa idosa, mesmo que tenha atendido parcialmente as demandas e que os objetivos da oferta de serviço de alta complexidade, bem

como a especificação de recursos humanos previstos na base legal e normativa da política de assistência social precisem ser claramente especificados em processos licitatórios futuros. **Considerações finais:** destacou-se que o município não tem serviços socioassistenciais de proteção social de alta complexidade, fazendo com que ocorra um processo de licitação para empresas especializadas. Por isso, uma das alternativas, para que se possam atender as necessidades da pessoa idosa, é o pregão eletrônico.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública de Assistência Social. Proteção Especial de Alta Complexidade. Pessoa Idosa. Licitação. Pregão Eletrônico.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento no Brasil merece destaque e precisa ser considerado como um importante processo de mudança e desenvolvimento pessoal. O índice de crescimento da pessoa idosa no país tem se elevado gradativamente, fazendo com que a longevidade esteja em aumento. Esse fator faz com diversas áreas da política pública estabeleçam propostas inovadoras para o fenômeno que está ganhando um espaço cada vez maior em todo o mundo.

Por isso, frente a essa mudança, é importante que se estabeleçam políticas públicas para que possam atender as necessidades de forma ampla e direta, uma vez

que o envelhecimento populacional é considerado sucesso nas políticas de saúde, bem como na sociedade.

A criação de ações, como o Plano de Ação Internacional do envelhecimento, pode ser um dos pontos que estabelece comprometimento em escala nacional e mundial. É importante salientar que, as medidas citadas e apresentadas no Plano citado, são devidamente avaliadas para a promoção da implementação dos órgãos e entidades, assim como o decreto 8.114, de 30 de setembro de 2013 (revogado pelo Decreto nº 9.921, de 2019).

O direito à vida e a minimização das desigualdades foi um dos aspectos citados e tratados no documento que visa tornar o envelhecimento igualitário a todos e com seus direitos respeitados. Por isso a criação da Estratégia Global e Plano de Ação da OMS tem por intuito a garantia de proteção social. Como o aumento da pessoa idosa vem crescendo gradativamente, priorizar este grupo e rever as proposições já instaladas é de grande valia e responsabilidade para o poder público, garantindo assim políticas públicas de saúde, trabalho, moradia, cultura, lazer, como também previdência social.

É importante que o envelhecimento seja prioridade do Estado, garantido às pessoas idosas inclusão e proteção social, respeitando os dispostos na Constituição Federal. Neste âmbito, a Política Nacional do Idoso, instituída por lei e decreto, garantiu um avanço na aprovação do Estatuto do Idoso, que destaca as principais medidas, princípios e prioridades que a família, a comunidade e o Poder público devem ter com as pessoas acima de sessenta anos. Um dos intuitos também é a garantia de que haverá promoção da autonomia e integração/participação efetiva na sociedade. Mantendo assim, sua dignidade, bem-estar e o direito à vida resguardado e defendido.

Assim, o objetivo desse estudo foi analisar como as demandas e necessidades sociais da pessoa idosa, que requerem proteção social de alta complexidade da política pública de assistência social, são asseguradas mediante o uso de pregão eletrônico em Presidente Kennedy-ES, com vistas a contribuir com subsídios para gestores e trabalhadores da área.

MÉTODO

Para a realização do processo investigativo se efetivou pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. No que se refere à pesquisa bibliográfica, se efetivou revisão de fontes tornadas públicas que receberam tratamento analítico, sobre as categorias vinculadas ao tema da investigação, como velhice, envelhecimento humano, violação de direitos e políticas públicas de proteção social à pessoa idosa, política de assistência social, pregão.

Também foram consultadas publicações de órgãos da administração pública para fornecer suporte técnico e institucional na formulação de inúmeras políticas públicas, disponibilizadas em pesquisas e estudos mensais, semestrais e anuais, como do Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, utilizou-se textos legais do escopo das políticas públicas, que respaldam a garantia dos direitos da pessoa idosa e as responsabilidades do Estado e da sociedade. Para a análise documental foi utilizado como fonte de pesquisa principal o Edital de “Pregão Eletrônico” N° 000017/2019 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acolhimento institucional para acolher os idosos de ambos os sexos, a fim de atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.

O instrumento empregado foi um roteiro de análise documental, submetido à testagem para a validade quanto à fidedignidade das informações. A complementação dos dados da análise documental incluiu materiais em formato eletrônico, publicados no site da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy-ES. Ademais, outras informações sobre demandas por serviços públicos e acesso a direitos, serviços, equipamentos públicos e programas sociais identificados em municípios, foram coletados no portal da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (SAGI/MC).

De posse dos dados coletados procedeu-se à organização e análise dos dados que fossem significativos e possibilitadores do alcance dos objetivos da pesquisa.

Na pesquisa proposta, as categorias definidas inicialmente contemplaram: velhice, envelhecimento, longevidade da população, proteção social, políticas públicas para a pessoa idosa, assistência social, serviços socioassistenciais de alta complexidade, licitações e pregão eletrônico. Para isso, o uso da técnica de análise de conteúdo foi fundamental, visto que possibilitou descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos.

Nessa direção, se procedeu à análise exaustiva dos dados a partir da exposição circunstanciada de aspectos, com descrições, explicações e compreensões sobre o objeto de estudo, significados, tendências, situando-os na realidade social de Presidente Kennedy-ES. O processo de análise de conteúdo compreendeu a preparação das informações, a unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, a classificação das unidades em categorias, a descrição e a interpretação (MORAES, 1999) dos achados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Licitação pública como procedimento da administração pública a para execução de serviços

Um dos meios de gestão que vem sendo usado pelos entes da Administração Pública¹ (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para a prestação de serviços vinculados a diferentes políticas públicas, no caso aqui estudado a assistência social, aqueles dos quais

¹ A Administração Pública compreende “em sentido formal, o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas”. (MEIRELLES, 2009, p. 65-66).

não dispõe em seu âmbito de atuação, é a licitação pública.

Com efeito, importa referir que, as políticas públicas estatais, sendo responsabilidade da administração pública, devem se pautar pelos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, igualdade, publicidade e eficiência. Da mesma maneira, isso se aplica à assistência social, que é política social, definida como “espécie do gênero política pública” (PEREIRA, 2008, p. 92), e onde são ofertados os serviços socioassistenciais de alta complexidade à pessoa idosa – objeto desse estudo.

O Município é um ente estatal que tem autonomia política, administrativa, financeira e legislativa assegurada pela Constituição Federal de 1988 para todos os assuntos de seu interesse local, dos quais se destaca aqui a execução dos serviços públicos. Nestes figuram **“toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade”**. (CARVALHO FILHO, 2017, p. 235, grifo nosso). Embora a titularidade dos serviços públicos seja do Estado, a operacionalidade pode ocorrer de duas formas, direta, por seus entes, ou indireta, sob o regime de concessão ou permissão a instituições privadas que vençam a licitação, como estabelece a Constituição Federal de 1998.

Dessa forma, quando o ente estatal não consegue atender todas as necessidades da sociedade, este se equivale de contratar serviços de terceiros, através de processos de licitação, como já referido.

Ademais, o procedimento licitatório apresenta uma natureza essencial de busca pelo interesse público, no entanto, sendo coroado pelo princípio da “vantajosidade”, onde o ente estatal escolherá a proposta baseado no oferecimento de maior benefício ao bem-estar social da população. No caso do estudo proposto, contratação via pregão eletrônico, de instituição que prime pelo equilíbrio entre custo e salvaguarda da pessoa idosa, e cumpra os parâmetros da lei quanto ao oferecimento de suporte adequado na operacionalização de um serviço socioassistencial de alta complexidade, visando à proteção desse cidadão.

Contratação de empresa especializada para o serviço de acolhimento. Institucional à pessoa idosa: uma análise de conteúdo do pregão eletrônico

Inicialmente é preciso dizer que o objeto é a contratação de bens e serviços comuns da área da assistência social, com a finalidade de atender a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), órgão gestor dessa política pública, visto que Presidente Kennedy-ES não dispõe desse serviço. Nessa direção, apresenta seguinte justificativa:

O Município de Presidente Kennedy necessita de um local para acolher os **idosos de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência**, tendo em vista **não existir na rede de atendimento nenhuma instituição pública que presta este tipo de serviço**. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e excepcionalmente, de longa permanência quanto esgotada todas as possibilidades de auto sustento e convívio com familiares. O serviço será prestado para idosos que não dispõem de

condições para permanecer com a família, com vivência de **situações de violência e negligência**, em **situação de rua e de abandono** e com **vínculos familiares fragilizados ou rompidos**. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso).

Como se pode perceber, na descrição da justificativa, não há serviço disponível no município para acolhimento de pessoas idosas. O público demandante é de idosos e idosas, ou seja, sexo masculino e feminino. Chama atenção que são sujeitos independentes e/ou possuem algum grau de dependência, como expõe o Edital: “20 vagas para idosos (as) sendo respectivamente: 03 para idosos **independentes**, 05 para idosos **semidependentes** e 12 para idosos **dependentes** em abrigo institucional”. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso).

Isso exige da instituição contratada infraestrutura adequada e profissionais qualificados para prestação desse serviço. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 traz, na descrição de serviços de acolhimento institucional, quais os quesitos que devem ser contemplados: “[...] devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade” (BRASIL, 2014, p. 44).

Relativo à equipe de profissionais, o Anexo I – Termo de Referência traz que, esta “deverá atender às exigências da RDC nº 283/2005 e NOB-RH/SUAS com destaque para disponibilização de **Assistente Social e Psicólogo**”. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso). Esses dois profissionais compõem a equipe de referência para atendimento psicossocial, prevista na NOB-RH/SUAS 2006, no entanto, não consta no Edital se são vinculados ao órgão gestor. Também não é especificada a quantidade, pode-se inferir que se trata de 02 (dois), como estabelece a NOB-RH/SUAS 2006, “profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da alta complexidade para pequenos grupos” (BRASIL, 2006, p. 15), sendo um assistente social e um psicólogo.

Quanto à equipe de referência para atendimento direto, cuidador e auxiliar de cuidador, enumerados nesta normativa, não há especificação no Edital, embora suponhasse que sejam indispensáveis. A Resolução - RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005 traz como recursos humanos necessários:

4.6 - Recursos Humanos

4.6.1 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve apresentar recursos humanos, com vínculo formal de trabalho, que garantam a realização das seguintes atividades:

4.6.1.1 - Para a coordenação técnica: Responsável Técnico com carga horária mínima de 20 horas por semana.

4.6.1.2 - Para os cuidados aos residentes:

- a) Grau de Dependência I: um cuidador para cada 20 idosos, ou fração, com carga horária de 8 horas/dia;
- b) Grau de Dependência II: um cuidador para cada 10 idosos, ou fração, por turno;
- c) Grau de Dependência III: um cuidador para cada 6 idosos, ou fração, por turno. (BRASIL, 2005).

Esses são os mesmos profissionais previstos na NOB-RH/SUAS 2006, quando define a equipe de referência para atendimento direto em abrigo institucional, Casa-Lar e casa de passagem – serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Além disso, consta na justificativa do edital que as situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas são aquelas explicitadas na Política Nacional de Assistência Social de 2004 e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, nesta última, particularmente na descrição do serviço de acolhimento institucional, “acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados”. (BRASIL, 2014, p. 44). Neste mesmo regulamento, na descrição do serviço de acolhimento institucional para idosos, estão elencadas as demais situações:

Acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autos sustento e convívio com os familiares. É previsto para idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. (BRASIL, 2014, p. 45-46).

Dessa forma, verifica-se que o conteúdo explicitado no Edital se encontra em correspondência com o previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, ou seja, mostra coerência e adequabilidade ao regulamento do serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas. De igual modo, o conteúdo da oferta do serviço:

Terá que apresentar **característica domiciliar**, devendo acolher idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. É necessário **assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua**, bem como o **acesso às atividades culturais, educativa, lúdica e de lazer na comunidade**. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso).

Essa descrição, do que deverá ser garantido no serviço de acolhimento institucional para idosos, traz aspectos da modalidade de atendimento em unidade institucional, com característica domiciliar, de acolhimento de pessoas idosas com diferentes necessidades e graus de dependência, que “deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade”. (BRASIL, 2014, p. 46). O que confirma a

consonância com o conteúdo da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009. Ligado a isso, o Edital estabelece os direitos que devem ser preservados para as pessoas idosas acolhidas:

a) **Assistência integral em saúde**, incluindo a busca de atendimento junto ao sistema Único de Saúde, quando necessário; b) **visitação de familiares, amigos e pessoas de referências** conforme rotina da entidade. c) **Acesso aos meios de comunicação que permitam contato com familiares** durante o acolhimento, conforme rotina da entidade; d) Possibilitar **visitas periódicas da equipe técnica do Centro de referência Especializado de Assistência Social** para o acompanhamento do idoso (a); e) Apresentar **relatório psicossocial** sobre atendimento dispensado ao idoso (a) quando solicitado pela contratante. (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16, grifo nosso).

Neste caso, no Anexo I, Termo de Referência do Edital, são indicados direitos para as pessoas idosas acolhidas, mas não são mencionados, por exemplo, os objetivos definidos pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 na oferta deste tipo de serviço.

Cumprir assinalar, dessa forma, a dissonância do conteúdo exposto no Termo de Referência do Edital com o proposto pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009. Além disso, mesclam-se “direitos” com objetivos e ações profissionais, por exemplo, apresentação de relatório psicossocial.

Outro aspecto que chama atenção é o acompanhamento da pessoa idosa, que será efetuado por “visitas periódicas da equipe técnica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social” (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16). Além disso, traz o Edital que “a instituição contratada deverá prestar contas referentes ao benefício do idoso imediatamente quando solicitado pelo Fiscal de Contrato ou Coordenador do CREAS” (PRESIDENTE KENNEDY-ES, 2019b, p. 16). A respeito disso, as Orientações Técnicas do CREAS de 2011 trazem que:

Em relação aos Serviços de Acolhimento, **o CREAS tem papel fundamental no acompanhamento dos casos que envolvam situações de violência**, tendo em vista o fortalecimento da função protetiva das famílias, na perspectiva da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Em função disso, **a relação do CREAS com esses Serviços requer fluxos e procedimentos descritos e institucionalizados em âmbito local, com a definição das competências e responsabilidades de cada um**. Quando da reinserção familiar, é importante prever a possibilidade da continuidade do acompanhamento no CREAS, de modo a evitar novo afastamento do convívio familiar e, por conseguinte, o retorno ao Serviço de Acolhimento. (CREAS, 2011, p. 64).

Nesse processo, o órgão gestor municipal da política pública de assistência social tem um papel fundamental na construção e pactuação de fluxos de referência e contrarreferência com a rede socioassistencial, das outras políticas e órgãos de defesa de direitos. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS -, acaba

exercendo papel de contrarreferência no Sistema Único de Assistência Social, à medida em que é partícipe do trabalho desenvolvido com a pessoa idosa inserida em serviço de acolhimento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao quadro, destacou-se que o município não tem serviços socioassistenciais de proteção social de alta complexidade, fazendo com que ocorra um processo de licitação para empresas especializadas. Por isso, uma das alternativas, para que se possam atender as necessidades da pessoa idosa, é o pregão eletrônico.

Após as análises dos dados no pregão eletrônico foram identificadas as necessidades e assim foi feito a contratação de uma instituição especializada para acolher os idosos, atendo também as demandas da Secretária Municipal de Assistência Social. A responsabilidade por atingir os objetivos requisitados e pela execução das ações coube à instituição contratada.

Em suma, no decorrer da pesquisa, ao se destacar a prestação de serviço de baixa, média e alta complexidade compreende-se a necessidade de medidas estratégicas que assegurem as necessidades da pessoa idosa. No município de Presidente Kennedy-ES, é válido ressaltar que as medidas utilizadas para a proteção social são ofertadas pelo Cras, com a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a proteção social de baixa complexidade.

Todavia, para a proteção da média complexidade apresenta o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – e, para alta complexidade, Presidente Kennedy-ES não executava nenhum serviço socioassistencial, que foi executada por meio da análise do pregão eletrônico e realizada uma licitação pública para contratação de uma empresa especializada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução - RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005**. Aprovar o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS**: proposta de modelo de atenção integral. Ministério da Saúde: Brasília, DF: 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.114, de 30 de setembro de 2013**. Estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua articulação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8114.htm. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019.** Consolida Atos normativos editados pelo poder executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9921.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de Direito Administrativo.** 31 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

CREAS. Centro de Referência Especializado de Assistência Social. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF: MDS; SNAS, 2011.

MORAES, R. **Análise de Conteúdo.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; MIOTO, Regina Celia Tomaso (orgs.). **Política Social no Capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

PRESIDENTE KENNEDY-ES. **Edital de Pregão Eletrônico nº 000017/2019.** Presidente Kennedy, ES: 2019b. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/licitacao/985-edital-1559583801.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

MIGRAÇÃO EM GOIÁS: ATRAÇÃO PELO FATOR SOCIOECONÔMICO

Data de aceite: 01/08/2022

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Estudante de Pós-Graduação, Universidade de Brasília

Pauleânia Machado Sousa

Estudante de Graduação, Universidade de Brasília

RESUMO: o presente trabalho busca analisar o processo migratório no Estado de Goiás, identificando os principais fatores de atração no processo decisório de migração espacial, por sua vez, imbuído de uma carga de escolha individual do sujeito social em seus limites e possibilidades. O objeto de estudo deste ensaio visa identificar no processo migratório do Estado de Goiás os fatores de atração, identificando a importância do Estado goiano, no processo migratório nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Fator Atrativo, Migração, Goiás.

ABSTRACT: The present work seeks to analyze the migratory process in the state of Goiás, identifying the main factors of attraction in the decision process of spatial migration, in turn, embedded in a load of individual choice of the social subject at its limits and possibilities. The object of study of this essay aims to identify the factors of attraction in the migratory process of the State of Goiás, identifying the importance of the Goiano state in the national migratory process.

KEYWORDS: Attractive factor, migration, Goiás.

1 | INTRODUÇÃO

A migração compreende o deslocamento espacial dos indivíduos para uma outra região geograficamente demarcada. Este presente ensaio busca analisar os fatores que incidem no processo de migração em Goiás. Levantase questionamentos, com vistas a subsidiar a análise em questão, dentre elas objetivando elucidar quais são os principais fatores atrativos, que influenciam no deslocamento de um determinado contingente populacional de outros Estados do país para o Estado de Goiás.

Buscamos ainda elucidar, qual a importância do Estado Goiano nos processos de fluxo migratório interno do Estado brasileiro e, ainda, quais os limites e possibilidades da escolha individual intentada na perspectiva de vislumbre subjetivado pela mobilidade espacial entendida enquanto mobilidade social concreta.

Na realização deste estudo, utilizou-se como fonte de dados o relatório do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos publicado em 2017, com dados compilados de 2005 a 2015.

O trabalho foi dividido em 4 partes, sendo a primeira introdução; a segunda parte uma análise sobre a relação capital, trabalho e a migração; na terceira parte faz-se um resgate histórico da migração no Estado de Goiás desde o século XVIII; na quarta parte a migração em Goiás no século XXI.

2 | CAPITAL, TRABALHO E MIGRAÇÃO

A partir da prerrogativa da centralidade do trabalho no processo de sociabilidade humana, infere-se que, “há expressivas relações entre as atividades econômicas e os deslocamentos espaciais da população” (LOBO, 2019, p. 23). Na relação capital x trabalho, o trabalhador, por sua vez destituído dos meios de produção, vende a sua força de trabalho ao dono dos meios de produção, o capitalista.

Neste sentido, analisando o processo migratório, enquanto parte constituinte da ordem sociometabólica do capital, a migração seria

Um resultado da produção capitalista do espaço, que realoca a mão de obra de acordo com os mecanismos de diferenciação da mesma, necessários à manutenção da lógica de exploração. Essa relação dialética no âmbito espacial também remete à noção de duas categorias de lugares: aqueles marcados pela atração populacional, nos quais o desenvolvimento das forças produtivas gera demanda por trabalhadores; e aqueles marcados pela repulsão populacional, onde o baixo desenvolvimento das forças produtivas pressiona o mercado de trabalho, estimulando a realocação da mão de obra. Neste contexto, a decisão individual se circunscreve à possibilidade de optar por qual será o lugar, entre os centros de atração, no qual se realizará a venda da força de trabalho (LIMA & BRAGA, 2013, p. 60)

Deste modo, tendo por base a lógica capitalista de produção, pautada na exploração da força de trabalho; na expropriação; na reprodução contínua dos processos de acúmulo de capital e produção de mais valia, entende-se que a dinâmica de acumulação

de capital, a herança histórica e a estrutura social passaram a ser consideradas chaves à mobilidade da população e da força de trabalho para a indústria em expansão ou como resposta às situações de estagnação frente à concentração crescente dos polos dinâmicos. Singer (1973), por exemplo, considera a migração como um reflexo direto da estrutura do desenvolvimento do sistema capitalista, cujo motor principal é o acirramento das desigualdades regionais. (LOBO, 2019, p. 20)

Para a autora, as migrações tendem a ter uma maior movimentação em áreas de grandes centros urbanos., uma vez que, cidades-metrópoles e grandes cidades em geral – ainda que não sejam metrópoles – possuem uma capacidade maior de absorção de mão de obra, imbricado ao fator de maior investimento em infraestruturas e alocação de investimentos industriais, e portanto, a criação de empregos informais e formais nestes locais de “acolhida”.

No processo de decisão pelo migrar ou não migrar, o sujeito social é imbuído a ponderar os aspectos positivos e negativos de sua ação. Há que se considerar dialeticamente as possibilidades no plano ideal mediante o vir a ser de sua objetivação real. Ainda assim, as possibilidades situacionais e conjecturais de migração ao serem contrastadas com a particularidade de cada indivíduo, materializam-se de maneiras distintas.

No que se diz respeito às análises sobre a migração, identifica-se que a necessidade

de mão de obra pelo capital em seu processo de produção, atua como um fator de atração dos contingentes migratórios, conduzidos pela oferta de trabalho e por conseguinte de melhores condições de vida.

Destarte, esta simbiose entre capital explorador e trabalhador explorado, perpetua-se ao longo do tempo, muito em parte pelo fato de que o trabalhador produtor da mais valia socialmente produzida, recebe somente o suficiente para se reproduzir enquanto tal, ou seja, percebe tão somente o equivalente ao necessário para a sua reprodução enquanto classe trabalhadora.

Sendo assim, em um outro lado da moeda, os fatores de expulsão das possibilidades de migração, encontram-se o deslocamento ou ausência de investimentos de capital (HARVEY (2014). A falta de oferta de trabalho atua como um fator negativo no processo de decisão migratória. O nível de

desenvolvimento de uma região influencia as decisões de migrar e estas, por sua vez, têm impactos sobre o desenvolvimento, especialmente nas regiões de origem dos migrantes. Assim, a migração deve ser entendida como um processo integrante do desenvolvimento econômico, possuidor de dinâmica interna própria e que possui impactos específicos sobre as estruturas das localidades de origem e destino dos migrantes. (LIMA & SIMOES e HERNETO, 2016, p. 56)

As condições socioeconômicas de uma

localidade possuem impacto significativo sobre a decisão de migrar. Segundo Singer (1973), as conjunturas regionais são os aspectos mais importantes deste processo, pois as características individuais só influenciam quem migra (ou não) após uma análise detalhada dos contextos sociais e econômicos das localidades de origem e destino. O autor destaca que as disparidades regionais podem ser interpretadas como o motor principal das trajetórias migratórias que acompanham o processo de desenvolvimento capitalista. As migrações em contrapartida podem afetar as disparidades regionais de forma recíproca, funcionando como um de seus mecanismos de manutenção. (LIMA & SIMOES e HERNETO, 2016, p. 61)

Assim, a mobilidade espacial dos indivíduos adquire importância dada às suas especificidades no processo de identificação dos fluxos migratórios e de caracterização espacial destes, enquanto sendo atrativos e ou repulsivos. A mobilidade da população no espaço, portanto, é percebida e “caracterizada levando-se “em conta que os fluxos migratórios seguem, em boa medida, as direções determinadas pela abertura de novas oportunidades de incrementar as condições de sobrevivência.” (LIMA & BRAGA, 2013, p. 73).

3 | GOIÁS NA HISTÓRIA

O Estado de Goiás, localizado no centro-oeste brasileiro, possui como principais eventos migratórios de sua história, a chegada de Bartolomeu Bueno da Silva Filho em 1726

com as bandeiras. Dada a descoberta de grandes jazidas de ouro na região goiana, iniciou-se um processo de povoamento da região, que ficou conhecido como Arraial Sant'anna, e hoje atualmente é chama de Cidade de Goiás.

Portanto, o primeiro grande processo migratório para Goiás se deu pela atração do fator econômico. Após um período de intensa exploração de ouro no Estado, entra-se num processo de decadência do ouro, que por sua vez, desencadeou um processo de ampliação da importância da pecuária na região, por se tratar de uma mercadoria que se autotransportava para os centros de comércio como exemplo São Paulo, Souza (2012).

O segundo grande processo migratório para Goiás, se deu na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, com a política da Marcha para o Oeste. Com o objetivo de povoar o Estado, o Governo Vargas lança a Marcha para o oeste, e cria a cidade planejada de Goiânia, por sua vez, planejada para ser a capital do Estado. Em 1942, Goiânia se torna oficialmente a capital de Goiás.

O fator econômico novamente exerceu papel fundamental no processo de atração migratória, uma vez que, a política nacional de marcha para o oeste envolveu investimentos em infraestrutura e, portanto, houve uma grande absorção de mão de obra, atraindo um significativo contingente populacional para o Estado, em busca de trabalho, e consequentemente, melhorias de vida resultantes do fator econômico.

Com a construção de Brasília, o fluxo migratório se intensificou ainda mais na região. Entre “1980 e 2000 observou-se um maior fluxo de mulheres fixando residência na Região Metropolitana de Goiânia e no entorno de Brasília, devido à maior possibilidade de inserção destas no mercado de trabalho nessas regiões” (IMB, 2017, p. 10). Ainda nesse período, foi

constatado maior fluxo migratório de curta distância, grande parte com um intercâmbio entre a Região Metropolitana de Goiânia, o Entorno de Brasília e a capital federal. Esse fluxo intensificou-se nas últimas décadas, sendo que, mais recentemente, voltou-se a aumentar os imigrantes em Goiás oriundos do Maranhão, Bahia e Minas Gerais, mantendo-se o estado com saldo migratório positivo e crescente (IMB, 2017, p.10).

O Instituto Mauro Borges, realizou uma pesquisa sobre a migração em goiás de 2005 a 2015, que por sua vez foi publicada em 2017. Este estudo será analisado a seguir.

4 | A MIGRAÇÃO EM GOIÁS NO SÉCULO XXI

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Mauro Borges (2017), Goiás é um Estado com grande absorção de contingentes migratórios. Sobre a distribuição de imigrantes de Goiás no território Brasileiro, “evidencia-se que o maior número de emigrantes é oriundo do Distrito Federal (82.564), Maranhão (43.846), Bahia (37.144), Minas Gerais (36.017) e Tocantins (31.176)” (IMB, 2017, p. 10).

Analisando a taxa migratória dos Estados, identificou-se que “Goiás é o estado que apresenta o maior valor para taxa líquida de migração (34,62 migrantes por mil habitantes)”

(IMB, 2017, p. 10).

Segundo o relatório, “Goiás, juntamente com Amapá, Santa Catarina, Roraima e Espírito Santo são estados que apresentam os maiores valores para o Índice de Eficácia Migratória, ou seja, são áreas com maiores potencialidades de absorção migratória” (IMB, 2017, p 11). Ao analisar o índice de eficácia migratória dos Estados, o estudo sobre reposição populacional mostrou que,

para cada 10 pessoas que partiram de Goiás, entraram 23. Os Estados que mais contribuíram com essa dinâmica foram: Alagoas (11,97), Maranhão (8,07), Piauí (4,46), Bahia (4,46), Pernambuco (4,10), e Acre (4,02). Isso significa, por exemplo, que, de cada 10 pessoas que deixaram o estado de Goiás em direção a Alagoas, saíram deste estado 119 pessoas em direção a Goiás (IMB, 2017, p.15).

O fator econômico, mais uma vez é um elemento de atração de migrantes para Goiás, principalmente, quando associado à procura por melhores condições de vida, e bem-estar social em geral. O estudo do IMB, apresentou

o número de imigrantes de cada estado brasileiro que tiveram como destino o estado de Goiás e o número de emigrantes de Goiás para cada unidade da Federação. A partir dessas informações foram calculados os saldos migratórios, Índice de Eficácia Migratória e o Índice de Reposição Migratória no período 2005/2010. Esta análise é fundamental para a compreensão do papel que o estado de Goiás exerce sobre a dinâmica migratória nacional. Outrossim, ajuda a identificar a origem dos imigrantes, bem como o destino dos emigrantes, e seus graus de participação na composição dos fluxos migratórios do estado de Goiás. De acordo com Tabela 2, constata-se que os principais fluxos de imigrantes eram a região Nordeste, com 32,13%, e a região Centro-Oeste, com 29,63%. Juntas, essas regiões respondiam com mais de 63% dos imigrantes do estado. Destaca-se que 22,69% dos imigrantes eram de origem do Distrito Federal, o que evidencia um forte componente intrarregional e apontando para a importância dos fluxos de curta distância. Pode-se justificar a atratividade de Goiás a fatores associados ao elevado custo de vida em Brasília, qualidade de vida e oportunidade de empregos no setor público e privado em Goiás (Queiroz, Santos (2015)). Outros estados com muitos imigrantes para Goiás são: Maranhão (12,05%), Bahia (10,21%) e Minas Gerais (9,90%) (IMB, 2017, p.13).

O “Índice de Eficácia Migratória mostra que, em 2010, de fato, Goiás era um dos principais polos de retenção populacional do país, com valores superiores aos apresentados por São Paulo” (IMB, 2017: 19). Em 2015, dados da PNAD, mostraram que 28,7% da população residente em Goiás era natural de outro Estado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio, buscou entender os fatores que incidem no processo de migração em Goiás, identificando os principais fatores atrativos no processo de escolha e/ou indução para se migrar. Identificou-se que Goiás possui papel importante nos fluxos migratórios do país, sendo um dos Estados em destaque no nível de eficácia migratória.

Constatou-se ainda, que parte das escolhas individuais que incidem na decisão de migrar para Goiás, está intrinsecamente ligada ao fato de se considerar a mobilidade espacial enquanto mobilidade social.

Esta simbiose está reafirmada pelo fator econômico: mais oportunidades de empregos subsidiadas pela expansão do setor de serviços, e pelo incentivo estadual à instalação de indústrias no Estado, que ainda no século XXI, são o principal atrativo para migrantes no Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

IMB, Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Migração em Goiás entre 2005 e 2015. **Estudos do IMB**. Goiânia, 2017.

LIMA, Ana Carolina C; SIMOES, Rodrigo; HERMETO, Ana. Migração em Goiás entre 2005 e 2015. *aria. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010*. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 42, n. 127, p. 29-54, set. 2016. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612016000300003&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612016000300003>. >. Acesso em 19 maio de 2019.

LIMA, Everton Emanuel Campos de; BRAGA, Fernando Gomes. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995- 2000. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 57-75, June 201. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100004&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000100004>. Acesso em 19 de maio de 2019.

LOBO, Carlos. DISPERSÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL. **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 19-36, Sept. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198422012016000300019&lng=e n&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.4215/RM2016.1503.0002>. Acesso em 19 de maio de 2019.

MENDONCA, Marcelo Rodrigues; JUNIOR, Antônio Thomaz. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Invest. Geog**, México, n. 55, p. 97-121, dic. 2004. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018846112004000300007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 19 maio de 2019.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. A Inserção do migrante rural no mercado de trabalho urbano no Brasil: uma análise empírica da importância dos setores informal e formal. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 731-771, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612012000400004&lng=e n&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612012000400004>. Acesso em 19 de maio de 2019.

RIBEIRO, Souza. Legados do Passado. Goiânia – **Kelps**, 2012.

CAPÍTULO 4

A TRANVERSALIDADE DA QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL

Data de aceite: 01/08/2022

Márcia Faraum dos Santos

Assistente Social, mestre e doutoranda do curso de pós-graduação Serviço Social e Política Social, UEL/Londrina

Valéria Cristina da Costa

Assistente Social, mestre do programa de pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, UNESPAR/Campus Campo Mourão, doutranda do Programa de Pós-Graduação e Serviço UNESP/FRANCA

Artigo apresentado em 2019 no III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS e III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL/UEL, LODNRINA, PR.

RESUMO: A discussão apresenta a transversalidade do Meio ambiente nas políticas públicas, com o objetivo de desvelar a importância da transversalidade do direito ao meio ambiente nas políticas públicas e, relacionar o direito ao meio ambiente e as demais políticas públicas, na perspectiva intersetorial. O procedimento metodológico foi de pesquisa qualitativa e, optou-se por pesquisa bibliográfica e documental. Retratando o meio ambiente enquanto direito constitucional, caracterizando-o como direito fundamental difuso, elucidando seus respectivos conceitos e da transversalidade do direito

ambiental nas políticas públicas, refletindo a importância de se tratar do direito ambiental em outras políticas para o alcance da educação sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Políticas Públicas; Intersetorialidade.

ABSTRACT: The discussion presents the transversality of the environment in public policies, with the objective of unveiling the importance of the transversality of the right to the environment in public policies and to relate the right to the environment and other public policies, from an intersectoral perspective. The methodological procedure was qualitative research, and bibliographical and documentary research was chosen. Deprating the environment as constitutional law, characterizing it as diffuse fundamental right, elucidating their respective concepts and the transversality of environmental law in public policies, reflecting the importance of dealing with environmental law in other policies to achieve sustainable education.

KEYWORDS: Environment; Public policy; Intersectoriality.

1 | INTRODUÇÃO

Embora esteja positivado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o direito ao meio ambiente - segundo o qual envolve a sua defesa e proteção pela coletividade, para fins de proporcionar a qualidade da vida humana - ainda sofre violações decorrentes das ações dos homens. Não raras vezes é possível encontrar no noticiário manchetes sobre as

catástrofes ambientais que assolam várias partes do mundo, inclusive o Brasil, como foi o recente o rompimento da barragem de Brumadinho – MG em janeiro de 2019, menos de quatro anos após o memorável caso do rompimento da barragem da Samarco em Mariana também no Estado de Minas Gerais, ocorrido em 2015.

Frente a isso, fica a interrogação de como superar a problemática global voltada para o meio ambiente e, conseqüentemente, impulsiona a justificativa para a escolha da temática dessa pesquisa, uma vez que as autoras acreditam que a questão ambiental deve ser amplamente discutida nas pautas brasileiras e que uma alternativa para esse alcance é por meio de políticas públicas efetivas.

Ainda, enquanto justificativa, vale dizer que as autoras pertencem a categoria profissional de assistentes sociais e, com respaldo nas competências profissionais corroboradas no Projeto Ético Político do Serviço Social, destaca-se que se trata de um profissional que tem fundamental importância na formulação, planejamento e execução de políticas públicas e sociais.

Tratar a questão do meio ambiente como uma problemática envolve predominantemente duas questões: social e política. É social, porque é o próprio homem que constrói e destrói o sistema que pertence, modificando segundo os seus interesses e é político, pois, comprovadamente, o impacto junto ao meio ambiente depende de ações, acompanhamentos e decisões nas quais o poder público está responsabilizado.

Diante desse contexto, definiu-se o tema da pesquisa: a transversalidade da questão do meio ambiente e as políticas públicas, na perspectiva intersetorial: um debate necessário para a educação sustentável. Este tão atual tema, nos leva a seguinte problematização: Qual é a importância da transversalidade do direito ao meio ambiente com as políticas públicas e intersetoriais?

Para tanto, estabeleceu-se enquanto objetivo geral o de desvelar a importância da transversalidade do direito ao meio ambiente nas políticas públicas e intersetoriais e, enquanto específicos, tem-se os de estudar questões legais e o meio ambiente; conceituar as políticas públicas e intersetoriais e relacionar o direito ao meio ambiente e as políticas públicas intersetoriais.

O procedimento metodológico escolhido quanto à abordagem foi o de pesquisa qualitativa, pois se pretende expor e interpretar a temática, ao invés de apenas mensurá-la. Quanto aos procedimentos optou-se por pesquisa bibliográfica e documental, em que se fará o levantamento de fontes confiáveis para responder a problemática aqui indicada.

A partir da exposição da pesquisa espera-se apresentar subsídios que afirmem a necessidade da discussão da temática e que reflitam a importância da ampliação da discussão do direito ao meio ambiente tornando-a acessível a todos da sociedade, por meio de políticas públicas e intersetoriais.

O debate é necessário para que possamos reconhecer a questão do meio ambiente como estrutural, em que a atuação não esteja limitada a reparação de danos, mas a

discussão integra o direito social e ambiental, em que todos/as moradores do planeta possam viver dignamente, de forma saudável e sem riscos eminentes de desabamentos, inundações, contaminações e demais violações dos direitos ambientais que influenciam diretamente a questão social.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 O Direito ao meio ambiente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

O reconhecimento do meio ambiente enquanto um direito constitucional brasileiro demandou um processo histórico de discussão a nível internacional, dos quais perpassam, por exemplo, a garantia, preservação e equilíbrio ambiental; sustentabilidade e responsabilidade social; qualidade de vida e desenvolvimento humano. Para tanto, um dos grandes marcos que discutiu a temática foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida também como Conferência de Estocolmo:

A Conferência de Estocolmo em 1972, quando pela primeira vez os países se reuniram para discutir o meio ambiente, sua preservação e conservação, diante dos inúmeros desastres ambientais já registrados e da escassez de certos bens naturais que ameaçavam não só a vida humana como o desenvolvimento dos países [...] A Declaração de Estocolmo estabeleceu 26 princípios que praticamente reúnem as preocupações ambientais e desenvolvimento, ambicionando casar esses interesses em temas como: meio ambiente enquanto direito humano; desenvolvimento sustentável, proteção da biodiversidade, luta contra a poluição, combate a pobreza, planejamento, desenvolvimento tecnológico, limitação à soberania territorial dos Estados, cooperação e adequação das soluções à especificidade dos problemas (MANIGLIA, 2015, p. 53-54).

A partir da Conferência de Estocolmo houve um aprofundamento intenso na discussão das questões ambientais. No Brasil - dando um salto nos acontecimentos históricos e priorizando relacionar o debate aos rebatimentos da referida Conferência no país - tem-se a criação da Lei 6.938 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

O objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente, descrito em seu artigo 2.º, indica a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” de acordo com princípios estabelecidos naquela normativa.

De igual forma, verifica-se a preocupação de trazer a questão ambiental positivada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, doravante denominada Constituição, em que se estabelece a proteção ao meio ambiente em um capítulo próprio (Capítulo VI do Título VIII). Nesse sentido, destaca-se:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil/CF, 1988).

O meio ambiente é um bem jurídico fundamental a toda coletividade, por isso, assume a característica de direito difuso:

Considerando que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental de todos, a sua natureza jurídica se encaixa no plano dos direitos difusos, já que se trata de um direito transindividual, de natureza indivisível, de que são titulares pessoas indeterminadas e ligadas entre si por circunstâncias de fato (ROCHA; QUEIROZ, 2017).

Tratado como um direito de todos e um dever a ser alcançado pelo Poder Público, podemos estabelecer uma ligação para além da política ambiental, mas também nas demais políticas sociais e públicas conforme destacaremos abaixo. Afinal, o meio ambiente somos todos nós, seres vivos que vive num sistema planetário e não um espaço externo e alheio ao ser humano.

2.2 Políticas ambientais públicas na perspectiva intersetorial

Sobre as políticas sociais, vale dizer que, segundo Piana (2009), elas surgiram no capitalismo decorrentes das mobilizações operárias e a partir do século XIX com o surgimento desses movimentos populares, sendo compreendida como uma estratégia governamental.

Historicamente, o estudo das políticas sociais deve ser marcado pela necessidade de pensar as políticas sociais como “concessões ou conquistas”, na perspectiva marxista (Pastorini, 1997, p.85), a partir de uma ótica da totalidade. Dessa forma, as políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força. Surgem como “[...] instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (Montaño, 2007, p.39 apud PIANA, 2009, p. 23).

Nesse sentido, a autora conclui que as políticas sociais são vistas tanto como uma forma de manutenção da força de trabalho, como também uma conquista da classe operária (PIANA, 2009). No modo de produção capitalista, as políticas sociais representam a manutenção da ordem e controle da sociedade pelo Estado, mas também representa a diminuição das desigualdades sociais.

As políticas sociais identificadas também como públicas, representam um conjunto de ações de governo que influenciam na vida dos cidadãos:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos

traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Os movimentos sociais dos anos de 1980 foram decisivos nos avanços dos direitos sociais, dos quais foram insculpidos na Constituição de 1988. Disso que se consolidam conquistas ampliam-se direitos em várias áreas, como Educação, Saúde, Assistência, Previdência Social, Trabalho, entre outros. Com isso, pela primeira vez na história brasileira, a política social teve grande acolhimento em uma Constituição (PIANA, 2009).

Denota-se, portanto, que as políticas sociais públicas se apresentam em setores diversificados que se interligam a direitos fundamentais, como é o caso, por exemplo, da educação, da saúde, da habitação, da previdência social e da assistência social.

Potyara Pereira (2014) explica que essa perspectiva de trabalhar as políticas públicas de forma dialógica e articulada:

Além do princípio ou paradigma norteador, a intersetorialidade tem sido considerada como: uma nova lógica de gestão, que transcende um único setor da política social; e/ou uma estratégia política de articulação entre “setores” sociais diversos e especializados. Além disso, relacionada à sua condição estratégica, a intersetorialidade é entendida como: instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas (PEREIRA, 2014, p. 23).

Vale dizer que, embora cada um dos setores possuam suas especificidades, todos visam ao atendimento das necessidades humanas básicas com dignidade e, partindo do pressuposto de que na sociedade atual as necessidades básicas não são fragmentadas, pelo contrário, estão intrinsecamente vinculadas, pois o ser humano é uno, é total, quer se considerar aqui que as políticas públicas também não podem ser prestadas de modo isolado, mas integrado, ou seja, de forma intersetorial.

Pereira e Teixeira (2013, p. 121), afirmam que “as novas demandas impostas pela sociedade contemporânea mostraram a necessidade de se dirigir um olhar mais abrangente e integral na leitura da realidade”. O mesmo se aplica ao Estado em relação às formas de operacionalizar a intervenção pública, pois o caráter centralizador e vertical da gestão das políticas e o atendimento fragmentado e setorizado das demandas sociais são insuficientes para dar respostas à complexa realidade social. Fazendo frente a isso, as autoras se remetem ao trabalho de rede “como uma proposta de intervenção capaz de forjar uma nova abordagem no enfrentamento das demandas da população, baseada na troca de saberes e de práticas entre os atores públicos ou entes governamentais envolvidos”. Explicam ainda que a partir do conceito de rede surgiu a noção de intersetorialidade, remetendo-se a uma nova concepção de gestão que é contrária à setorialização e à especialização e propõe a “integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos” (PEREIRA, TEIXEIRA; 2013, p. 121).

Para Sposati (2006, 134) as políticas setoriais por si só não solucionam tudo e necessitam se comunicar para identificar as necessidades da população e os benefícios que pode ou não oferecer. Sposati (2006, p. 140) entende a intersectorialidade não só como um campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas públicas.

As demandas referentes a questão do meio ambiente se apresentam no cotidiano profissional de várias áreas, pois estão intrinsecamente relacionadas a saúde, a assistência social, a habitação, a educação, dentre outras, emergindo a necessidade de qualificação para a atuação efetiva sobre a temática nas mais variadas disciplinas do conhecimento.

Diante disso, afirma-se que o trabalho intersectorial é um elemento constitutivo para a efetivação dos direitos sociais e, conseqüentemente, das políticas públicas. É a partir dessas premissas que abaixo será feita a reflexão sobre a importância da transversalidade do direito ao meio ambiente com as políticas públicas e intersectoriais.

3 | RESULTADOS

Segundo o dicionário Aurélio as definições encontradas para a palavra transversal são: “1. Linha que corta ou que atravessa outra linha ou um plano. 2 - Rua que cruza ou entronca noutra. 3 - Músculo transversal. 4 - Que corta, que atravessa. 5 - Colateral”. (AURÉLIO, 2016 [online]).

No dicionário interativo da Educação Brasileira – Educabrazil, transversalidade é um termo utilizado na área da educação e entendido como

uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos (MENEZES; SANTOS, 2001).

Sobre o segundo conceito apresentado, o próprio Ministério da Educação – MEC em 1997 dispôs sobre parâmetros curriculares nacionais sobre a apresentação dos temas transversais que, dentre os objetivos gerais para o ensino fundamental, destaca-se o de “compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais” (BRASIL, 1997, p. 6), bem como o de adotar “no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (BRASIL, 1997, p. 6).

A proposta era integrar temas no currículo escolar por meio da transversalidade, ou seja, temas que integrasse “as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade” (BRASIL, 1997, p.29). Dentre os chamados temas transversais, o MEC destacou o Meio Ambiente.

No âmbito da política pública educacional, vê-se notadamente que a preocupação de se traçar métodos para uma educação ambiental sustentável não é nova. Tampouco é inovadora a ideia de que o meio ambiente deve ser assunto transversal nas áreas e disciplinas existentes.

Mas, afinal, como ampliar a discussão do direito ao meio ambiente tornando-a acessível a todos da sociedade, para além daqueles indivíduos que ocupam os bancos escolares? Uma saída é o pressuposto de que o direito ambiental (e conseqüentemente a Política Ambiental) deve ser um tema transversal nas demais políticas públicas intersetoriais.

No caso da Política Pública de Assistência Social, prevista tanto na Constituição como em regulamentação própria (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), além de diversas resoluções e orientações técnicas para a sua condução, o direito ao meio ambiente é elemento propício para ser abordado transversalmente.

Num primeiro momento vale observar que a própria LOAS preconiza ações intersetoriais, pois uma forma de medir os resultados da gestão descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS é com base na articulação intersetorial (conforme art. 12-A, inciso I da LOAS). Num segundo momento, observa-se que a LOAS se refere ao meio ambiente em sua redação:

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a **preservação do meio-ambiente** e sua organização social. (BRASIL, 1993, grifou-se).

Adiante, é possível observar também no âmbito da Proteção Social Básica - PSB, em que se prevê a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS (conforme preconiza a LOAS/1993 e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais/2009), há na metodologia do trabalho com famílias as chamadas Oficinas, que são encontros previamente organizados com um conjunto de famílias, sob a condução dos profissionais de nível superior do CRAS, com o intuito de suscitar a reflexão sobre temas de interesses das famílias e adequados à realidade do território (BRASIL, 2012). Nessas oficinas podem ser trabalhadas questões de direito ambiental, sendo essa sugestão feita pelo próprio MDS, no documento Orientações Técnicas Sobre o PAIF – Volume 2 (BRASIL, 2012a), conforme abaixo registrado:

Quais são e como acessar nossos direitos (civis, políticos, sociais, culturais, econômicos, ambientais):

[...]

9. Direito ao meio ambiente saudável: promover a reflexão sobre a importância dos recursos naturais; discutir os impactos ambientais e territoriais de obras governamentais na vida da comunidade (construção de hidroelétricas, por

exemplo); promover campanhas de reutilização e reciclagem; repassar informações sobre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento (BRASIL, 2012, p. 30, grifo do autor).

Ainda no âmbito da assistência Social, também ganha destaque o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, em nível de PSB, previsto na TNSS/2009 que é executado para diferentes faixas etárias, inclusive idosos. No documento referente as Orientações Técnicas do MDS para o SCFV para pessoas idosas, verifica-se também a preocupação de se falar sobre o meio ambiente, pois o traço metodológico do serviço coloca o meio ambiente como pauta dos assuntos transversais do envelhecimento na atualidade (BRASIL, 2012b).

Referente a Política Pública de Saúde, também prevista constitucionalmente e em regulamentação própria (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990), válido destacar que na Lei 8080/1990 há várias passagens que demonstram a preocupação com o direito ao meio ambiente e a articulado da temática pelas políticas intersetoriais.

Em seu artigo 3.º, por exemplo, indica que:

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013) (BRASIL, 1990).

No artigo 7º retrata o tema meio ambiente como um princípio a ser obedecido pelas ações e serviços públicos de saúde:

Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:

[...]

X - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico; (BRASIL, 1990).

Ainda, no art. 13, indica que “a articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, abrangerá, em especial, as seguintes atividades: [...] II - saneamento e meio ambiente” (BRASIL, 1990).

O respeito às normativas ambientais muitas vezes são vistas como impedimentos ao desenvolvimento econômico, contudo, a partir da preservação do meio ambiente, preserva-se também a vida humana e todas as demais espécies. Essa compreensão deve ser partilhada com todos da sociedade, sendo que, as políticas públicas, para além da ambiental, assumem papel importante para se articularem nesse processo, devido o maior alcance da população brasileira.

4 | CONCLUSÃO

A exposição do trabalho compreendeu o estudo qualitativo e bibliográfico sobre a transversalidade do Direito ao Meio ambiente nas políticas públicas intersetoriais: um debate necessário para uma educação sustentável. Nas linhas tecidas, tentou-se responder ao problema da pesquisa do qual consistiu em identificar qual é a importância da transversalidade do direito ao meio ambiente com as políticas públicas e intersetoriais.

Para tanto, foi necessário iniciar a discussão elucidando sobre o direito ambiental, com base especialmente na Constituição Brasileira. Verificou-se, portanto, que se trata de um direito de todos e um dever a ser alcançado pelo Poder Público, sendo possível estabelecer relação direta com as políticas sociais e públicas para além da política ambiental.

As políticas sociais e públicas e a intersectorialidade foram apresentadas em sequência. Vimos que a política social surgiu no contexto do modo de produção capitalista, como um instrumento contraditório de conquista da classe trabalhadora, como também da manutenção e exploração de sua força de trabalho. Compreendeu-se que as políticas sociais, quando representam um conjunto de ações de governo, são caracterizadas como políticas sociais e públicas. Foi também explanado a importância da intersectorialidade das políticas públicas, como forma de atender integralmente as necessidades da população.

Por último, buscou-se apresentar a transversalidade do direito ambiental nas políticas públicas. Iniciou-se a discussão conhecendo o termo “transversalidade” em que foi possível desvelar que o próprio MEC reconheceu o tema meio ambiente como um tema transversal, haja vista que é um assunto pertinente a todas as disciplinas no âmbito educacional. Ficou claro, então, que a Política Educacional já vem traçando metodologia para a construção para uma educação sustentável.

Além da Política da Educação foi possível identificar a possibilidade de abordagem transversal do tema direito ao meio ambiente em outras duas políticas públicas intersetoriais, quais sejam, a de assistência social e de saúde, em que ambas preconizam esse viés em suas normativas.

Por assim considerar, é possível afirmar que já existem previsões normativas para que o tema direito ao meio ambiente seja tratado de modo transversal em outras políticas públicas, mas que os desafios desse movimento são muitos. A fim de reconhecer as legislações vigentes que permeiam o meio ambiente, ainda há muito que ser feito: efetivação da fiscalização em todas as questões que influenciam o meio ambiente, sobretudo preventivo, seja aos meios naturais, como na construção de empreendimentos.

Outro desafio que se apresenta é o investimento em pesquisa e recursos financeiros para este fim, pois destacamos a ineficiência e insuficiência nesse sentido, pois fica evidente que, diante dos acontecimento tão recentes: rompimento de barragens, desmoroamento de áreas de riscos sobre casas (alternativa de moradias encontradas pela sociedade para

viver) e vias de passagens sem segurança, estamos falando aqui de estradas, viadutos, ciclovias, em que os investimentos públicos não foram alocados para o fim desejado e foram realizadas construções em péssimas condições, que influenciaram diretamente não só o equilíbrio ambiental, mas tiveram impactos incalculáveis ao convívio social e não provimento dos direitos humanos.

Em linhas finais, destacamos os desafios e a importância de formar cidadãos conscientes para uma educação sustentável e a necessidade de rever a gestão de políticas públicas pensando nas consequências ambientais que as ações e decisões intervêm na sustentabilidade da vida social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF** - Volume 02. Brasília, 2012a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução CNAS nº 109, de 11 de Novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, DOU, nº 225, de 25 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas**: Orientações Técnicas, 2012b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei Federal nº- 8742, de 7 dez. 1993, publicada no *Diário Oficial da União*, de 8 dez. 1993. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 146p.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de Transversal**. Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27 Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/transversal>>. Acesso em: 12 Jan. 2018.

MANIGLIA, E. Educação sustentável, pressuposto de cidadania. In: DAVID, CM., et al., orgs. **Desafios contemporâneos da educação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, pp. 53-68. ISBN 978-85-7983-622-0. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/zt9xy/pdf/david-9788579836220-04.pdf>>. Acesso em 11/12/17.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes transversalidade**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/transversalidade/>>. Acesso em: 12 de jan. 2018.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e intersetorialidade nas políticas sociais**: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/25528614.pdf>>. Acesso em 12/01/17.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Organizadores: Giselle Lavinias Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosimary Gonçalves de Souza. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 11/12/17.

ROCHA, Tiago do Amaral; QUEIROZ, Mariana Oliveira Barreiros de. **O meio ambiente como um direito fundamental da pessoa humana**. In *Âmbito Jurídico*. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10795&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 12/01/17.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 11/12/17.

SPOSATI, Aldaíza. **Gestão pública intersetorial**: sim ou não? Comentários de experiência. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.

CAPÍTULO 5

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 18/07/2022

Ariana Kelly dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ
Rio de Janeiro/RJ
<http://lattes.cnpq.br/9509081504098075>

RESUMO: O presente artigo versa contribuir para uma reflexão acerca do exercício profissional de assistentes sociais no campo do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, apontando desafios e possibilidades para a elaboração de projeto de intervenção em consonância com o Código de Ética Profissional de 1993 e para a afirmação do Projeto Ético-Político profissional da categoria de assistentes sociais. A metodologia utilizada foi a revisão de análise bibliográfica e a análise do trabalho de campo, realizado através de entrevistas com questionários de perguntas abertas à assistentes sociais de Centros de Referência de Atendimento às Mulheres no município do Rio de Janeiro no ano de 2011 e a análise de diário de campo de trabalho da autora no ano de 2021, quando coordenou o eixo de saúde, educação e direito à cidade da Secretaria de Políticas e Promoção da Mulher do município do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Violência Doméstica; Mulheres.

SOCIAL SERVICE AND THE CONFRONTATION OF DOMESTIC VIOLENCE: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT: This article is to contribute to a reflection on the professional exercise of social workers in the field of facing domestic and family violence against women, pointing out challenges and possibilities for the elaboration of an intervention project in accordance with the 1993 Code of Professional Ethics and for the affirmation of the professional ethical-political project of the category of social workers. The methodology used was the review of bibliographic analysis and the analysis of field work, carried out through interviews with questionnaires open to social workers of reference centers for women's care in the municipality of Rio de Janeiro in 2011 and the analysis of the author's work field of work in the year 2021, when he coordinated the health, education and right to the city of the Secretariat of Policies and Women's Promotion of the Municipality of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Social service; Domestic violence; Women.

1 | INTRODUÇÃO

Mundialmente o Brasil assume a posição 95º no índice de desigualdade de gênero, ranking global realizado pelo Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU). A cada ano, se explicita cada vez mais os feminicídios bárbaros e cruéis de mulheres pelo país, as assimetrias no trabalho

reprodutivo permanecem, sendo as mulheres as responsáveis prioritárias pelo trabalho na esfera da família e doméstica, um trabalho em grande maioria não remunerado ou quando remunerado, mal pago.

Essas desigualdades de gênero se situam em um conjunto de desigualdades sociais estruturais, forjadas e aprofundadas pelo modo de produção capitalista, onde a violência doméstica e familiar contra as mulheres é uma expressão da violência de gênero e das desigualdades promovidas por esse modelo social, político e econômico (ALMEIDA, 2007).

É um desafio dentro do modo de produção capitalista atuar no enfrentamento de uma violência que é resultado da forma como essa sociedade se funda e organiza, uma sociedade heteropatriarcal, capitalista, sexista, racista.

Os/as assistentes sociais, que atuam no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, vivenciam cotidianamente esse desafio, como criar as condições para acesso à direitos as mulheres em uma sociedade patriarcal?

O presente artigo se propõe a contribuir para uma reflexão acerca do exercício profissional de assistentes sociais no campo do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, apontando alguns desafios e possibilidades para a elaboração de projeto de intervenção em consonância com o Código de Ética Profissional de 1993 e para a afirmação do Projeto Ético-Político profissional da categoria de assistentes sociais.

A metodologia utilizada foi a revisão de análise bibliográfica e a análise do trabalho de campo, realizado através de entrevistas com questionários de perguntas abertas à assistentes sociais de Centros de Referência de Atendimento às Mulheres no município do Rio de Janeiro.

Os dados apresentados são frutos da pesquisa realizada através do trabalho de conclusão de curso da graduação da autora no ano de 2011 e de sua experiência profissional como assistente social, integrante de equipe técnica, gestora de serviço e integrante de equipe técnica de gestão, em equipamentos e órgãos que compõe a estrutura da política para as mulheres no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2011 a 2021 e da análise do diário de campo construído pela autora no ano de 2021, quando coordenou o eixo de saúde, educação e direito à cidade da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

2 | A CONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO MODERNO

O processo de acumulação capitalista desde sua gênese se desenvolve a partir de revoluções econômicas, políticas, sociais e concomitantemente, com a violência (CASTELO, 2018). A expropriação de trabalhadores é uma condição fundamental para transformar o conjunto da existência social em uma forma subordinada ao capital, nesse sentido a produção de trabalhadores/as expropriados/as, “livres”, é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista (FONTES, 2010).

A expropriação no período da acumulação primitiva, se deu com a separação dos trabalhadores (produtor) dos meios de produção, o primeiro grande processo de expropriação ocorreu no fim do século XV e início do século XVI com a dissolução dos séquitos feudais, com a violenta expulsão do campesinato da base fundiária e da apropriação das terras comunais. De acordo com Federici (2019a), os cercamentos, a privatização das terras comuns, promoveram na Inglaterra o fim dos direitos consuetudinários, desalojando a população de agricultores e colonos que dependiam delas para a subsistência.

Foi um período em que as relações econômicas e sociais foram reformuladas pela crescente importância do mercado e nas quais a pauperização e o aumento das desigualdades eram desenfreados. De acordo com a autora, as mulheres mais velhas foram as mais afetadas com a expropriação, pois a combinação da alta de preços e da perda dos direitos consuetudinários as deixou em uma condição de miséria, inclusive o recebimento de caridade era proibido.

A privatização das terras comuns, florestas, campos, terras para a plantação e reprodução da vida foram retiradas dos camponeses, criando posteriormente uma massa de trabalhadores disponíveis para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O olhar atento de Federici (2019a; 2019b) nos aponta que o período de expropriação de terras coincide com o período da caça às bruxas na Inglaterra. Sendo as supostas bruxas, mulheres pobres, que sobreviviam pedindo doações, que faziam parte de uma população camponesa que não tinham mais acesso aos direitos anteriormente citados, paralelamente, também eram as mulheres que estavam resistindo a exclusão social.

Para Federici (2019a), as bruxas representaram também uma subversão a ordem social que se tentava estabelecer. Elas eram as mulheres de “má reputação”, que na juventude tinham apresentado comportamento considerado “libidinoso”, muitas vezes tinham filhos fora do casamento e seu comportamento contradizia o modelo de papel social feminino, que fora imposto às mulheres por meio do direito e da reorganização familiar. As bruxas sabiam acessar a natureza e o que essa pode nos oferecer, nada de sobrenatural existia nessa condição, mas eram vistas como as praticantes de magias, o que as tornavam alvo, pois representavam perigo a estrutura de poder que se construía, que se baseava na racionalidade burguesa, tendo o homem como centro.

As mulheres acusadas de bruxaria, não eram só vítimas da expropriação que ocorria, mas também eram pessoas que estavam tentando resistir a própria exclusão e pauperização. Na figura da bruxa, o Estado punia a investida contra a propriedade privada, a propagação de crenças mágicas, o desvio da norma sexual e a insubordinação social (FEDERICI, 2019a).

O processo da expropriação social que conjuga a realização dos cercamentos de terras e a caça às bruxas, são processos que contribuíram para instaurar uma outra ordem social. Não mais baseada no conhecimento adquirido pela experiência pessoal com a natureza, na coletividade, solidariedade ou bem comum, mas sim, numa sociedade

individualizadora, com relações fragmentadas, com a propriedade privada, que traz a importância do autocontrole e disciplinamento para o trabalho, numa sociedade que será desenvolvida para a acumulação de capital. O ser social precisará se tornar o ser que favorece o desenvolvimento dessa sociedade e não mais ser um ser social que atua para responder as suas necessidades imediatas, que retira da natureza o suficiente para a sua subsistência.

As mulheres sempre tiveram um papel fundamental na reprodução da vida, dominando na sociedade pré-capitalista a relação com a natureza, motivo fundamental pelo qual de acordo com FEDERICI (2019a) elas se tornam um alvo principal do capitalismo. Para os papéis de gênero necessários a dominação capitalista é fundamental uma racionalidade em que as mulheres reproduzam um comportamento sócio-sexual dócil, onde seu prazer não tem importância, mas sim sua função de procriação e de promover a paz e regeneração aos trabalhadores masculinos mesmo em meio a devastação causada pela miséria capitalista.

O modo de produção capitalista instaura uma falsa separação entre a esfera da produção e reprodução, alocando mulheres e homens em esferas distintas e hierarquizando-as, ele cria uma nova divisão sexual do trabalho, bem como uma nova subjetividade. Sobretudo, esse processo de expropriação institui um novo modelo de feminilidade a que as mulheres tiveram que se sujeitar e enfrentar, um modelo que as destituiu de poder social e de uma forma coletiva de produzir a existência.

3 I SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

Compreendemos gênero, não somente como um campo de estudo, mas como uma categoria de análise que potencializa a apreensão das relações sociais. Esta categoria foi introduzida por feministas no debate acadêmico norte-americano em 1970, para designar que as diferenças de papéis entre mulheres e homens eram socialmente construídas e não parte de uma condição natural e biológica. O uso desta categoria nos permite evidenciar, problematizar, desconstruir e reconstruir os papéis de masculino e feminino, construídos socialmente, que aprofundam os estereótipos e estigmas sobre mulheres e homens, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades de gênero e da promoção de violências.

No Brasil, esse debate só será introduzido na década de 1990 e em disputa com os “estudos sobre a mulher” (LOURO, 1996), que objetivava dar visibilidade às mulheres em um momento histórico onde o centro das relações e práticas políticas eram os homens. A categoria relações de gênero amplia a possibilidade de reflexão e análise, não se trata de focalizar os estudos nas mulheres, mas, sim, nos processos de formação do que denominamos feminilidade e masculinidade ou sujeitos femininos e masculinos.

A organização social de gênero aprofundada pelo modo de produção capitalista é a

patriarcal, onde se tem um domínio do masculino pelo feminino e a tendência de subjugação da vida das mulheres. Esse modelo de organização social de gênero é nefasto tanto para homens quanto para mulheres, com distinções é claro.

Homens deixam de acessar o sistema de saúde por terem construído uma masculinidade baseada em um modelo patriarcal, onde os homens, principalmente heterossexuais, não se identificam como necessitados de cuidado e com isso tem sido as maiores vítimas do câncer de próstata, um tipo de câncer que tem 95% de chance de cura quando diagnosticado de forma precoce (GOMES et al, 2008). No Brasil, em 2019, tivemos 7.493 mulheres mortas de forma violenta, sendo 3.737 homicídios e os demais sem indicação de causa, podendo ser homicídio, acidente ou suicídio (CERQUEIRA, 2021). O aumento dos casos sem identificação aponta um alerta: a dificuldade de produzir ou o desejo de invisibilizar dados em relação aos homicídios de mulheres no país, característica da atual gestão que se encontra no poder executivo federal.

No serviço social essa categoria de análise só vai ser apreendida e introduzida no currículo do curso, no ano de 2001, quando se acresce dois novos tópicos de estudo: desenvolvimento capitalista e questão social e classes e movimentos sociais, contendo neste último o debate relacionado a direitos humanos no Brasil e os movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-racial. Tal apreensão ocorre de forma tardia, mas se relaciona com o processo de desenvolvimento da profissão, que surge na fase monopolista do capital, quando se cria condições mais agudas de miséria e precarização da classe trabalhadora, contraditoriamente fazendo também surgir processos de resistência contra a dominação burguesa, o que ocorre a partir da organização da classe trabalhadora da época.

A gênese do serviço social se desenvolve em bases conservadoras e de reprodução do papel de feminino predominante na sociedade burguesa patriarcal, sua versão conservadora só passa a se reconstituir a partir da década de 1960 com a vertente intenção de ruptura, que foi uma das direções políticas do movimento de reconceituação do serviço social no período, que toma força a partir da década de 1980 no Brasil.

A partir de 1979, com o Congresso da Virada, ocorre uma nova proposta curricular e toda uma renovação profissional, no sentido de realizar o exercício da profissão em compromisso com a classe trabalhadora, abandonando a intervenção que vigorava até então, de ser um técnico, braço do Estado Burguês, tendo tal vertente influência da teoria marxista e do método histórico-dialético. De acordo com Braz (2009) é aqui que se localiza a origem do Projeto Ético-Político Profissional da categoria, que se vincula a um projeto de transformação da sociedade, comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

O serviço social encontrou no referencial teórico marxista fundamentos teóricos que ajudaram a profissão a atuar de forma mais totalizadora no conjunto da vida social, ultrapassando a visão individualista, moralizante e fragmentada constituída em sua origem, mas ao mesmo tempo se aproximou tardiamente do uso da categoria relações de gênero.

O Projeto Ético-Político profissional visa totalmente à democratização das relações e a extinção das relações de dominação e exploração entre os indivíduos. Mas, para democratizar as relações é de fundamental importância enfrentar o sexismo e o heteropatriarcado, opressões que promovem desigualdades e que foram construídas ao longo dos séculos e aprofundada na sociedade capitalista, vivenciada pelos indivíduos como natural e parte da vida social.

Portanto, fazer uso da categoria de análise relações de gênero no exercício profissional dos assistentes sociais, equivale a um exercício no sentido de ser mais um ganho teórico que possa fundamentar o exercício profissional na direção do Projeto Ético-Político hegemônico da categoria, tendo como objetivo realizar ações que visem à transformação da cultura de preconceitos e de opressões constituída em nossa sociedade.

21 anos após a introdução do debate no currículo do curso de graduação de serviço social, podemos notar avanços, desde 2000 temos mais publicações e estudos nesse campo promovidos por assistentes sociais, que se relaciona também com o período (2003 a 2015) em que o governo brasileiro avançou na elaboração de políticas para o combate das desigualdades de gênero. Em 2011, na 9ª edição apresentada do Código de Ética profissional, ocorreu a alteração da linguagem escrita, dando importância à linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a linguagem feminina e masculina simultaneamente. Recorrentemente o conjunto CFESS/CRESS se posicionam com relação as violações no campo das relações de gênero e promovem campanhas publicitárias para dar visibilidade as desigualdades e violências sofridas pela classe trabalhadora (que não é homogênea, tem gênero, cor, sexualidade) na dimensão de gênero.

Nesse sentido é possível apontar que em 2021, a categoria profissional vem se preocupando em colocar em evidência a importância da apreensão da categoria relações de gênero para a compreensão dos processos sociais, se preocupando em enfrentar a cultura machista e conservadora da nossa sociedade, visando estabelecer relações mais democráticas e de igualdade entre os sujeitos.

4 | DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O/a profissional de serviço social - assistente social – tem um Projeto Ético-Político e um Código de Ética (1993) que tem por princípios fundamentais o respeito intransigente aos direitos humanos e o comprometimento com uma outra ordem societária, que não tenha dominação, exploração de classe, raça e gênero. A violência doméstica contra as mulheres no Brasil é uma das faces do patriarcado, que é estruturante da sociedade em que vivemos.

Esse subtítulo tem como proposta evidenciar alguns desafios e possibilidades de atuação de assistentes sociais, que trabalham em Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, equipamento fundamental da rede especializada do campo do enfrentamento à

violência doméstica e familiar, para a elaboração de projeto de intervenção em consonância com o Código de Ética Profissional (1993) e para afirmação do projeto Ético-Político profissional da categoria.

Os elementos apresentados, são fruto da análise de entrevistas realizadas com quatro assistentes sociais, no ano de 2011, que representavam o número total de profissionais do serviço social nas seguintes instituições do município do Rio de Janeiro: Centro Integrado de Atendimento à Mulher -CIAM Marcia Lyra, Coordenadoria Especial de Promoção da Política para a Igualdade de Gênero- CEPIG¹ e Centro Municipal de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga- CEAM e diário de campo de trabalho da autora realizado no ano de 2021.

No Exercício Profissional destacado nas instituições pesquisadas, identificamos que já existe consenso entre os/as assistentes sociais com relação à utilização da categoria histórica analítica relações de gênero, utilizando-a, assim, para fundamentar a prática profissional. É nítida a preocupação das profissionais em tentar realizar ações, junto às usuárias, que possam contribuir para a desconstrução e transformação das relações de dominação e submissão em que a mulheres atendidas estão inseridas.

Em todas as instituições pesquisadas, pelo menos em alguma fala se explicitou a importância de realizar a ação profissional, percebendo e fazendo a mulher se perceber enquanto sujeito de sua própria história. Existe uma predominância do uso da modalidade de atendimento individual as usuárias, o que pode fragilizar a percepção de que a violência doméstica e familiar contra as mulheres não é um problema individual e sim coletivo e que tem fundamento a partir das desigualdades de gênero que tem origem em como a sociedade em que vivemos se estrutura. Nesse sentido, a modalidade de atendimento coletivo, como o uso do grupo reflexivo para tal ação, pode proporcionar as mulheres a desconstrução de formas patriarcais de reprodução da vida, desconstruir a auto culpabilização que a maioria vivencia e fomentar a possibilidade de enfrentamento coletivo para tal violência.

Nenhuma das profissionais apontou a existência de projeto de intervenção constituído pelo serviço social nas instituições, sistematização da prática profissional e tiveram dificuldades para apontar os objetivos e resultados da atuação profissional. A ausência dessas ações demonstra fragilidade para a realização de uma prática profissional reflexiva e investigativa, mas que é também consequência do intenso ritmo de trabalho e da precarização de suas condições.

Destacamos que em 2011, em duas instituições, a execução do trabalho se dava pelas mesmas assistentes sociais: na CEPIG, as assistentes sociais tinham a função de coordenar, elaborar e implementar as políticas para igualdade de gênero no Município e no Centro Municipal de Atendimento à Mulher Chiquinha Gonzaga as mesmas profissionais tinham a tarefa de realizar os atendimentos assistenciais. É importante ressaltar que em 2021 temos um outro cenário, temos a recriação da Secretaria Especial de Políticas e

¹ Atualmente chama-se Coordenadoria Técnica de Enfrentamento às Violências contra a Mulher.

Promoção da Mulher com equipe própria para a coordenação da política de enfrentamento à violência e outras profissionais atuando no CEAM, mas ainda sendo um número reduzido diante ao desafio que é enfrentar a violência contra as mulheres no município do Rio de Janeiro.

Dentro desta lógica da precarização do trabalho, nota-se um número pequeno, entre uma e duas profissionais por instituição, para realizar os serviços. Estas situações dificultam que o profissional dedique algum tempo para o aprimoramento intelectual, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados, além de ficar com um aglomerado de funções, onde a prática reflexiva das respostas profissionais aos fenômenos apresentados é dominada pela prática mecânica e tecnicista, emperrando assim o avanço para práticas que possam contribuir em âmbito mais profundo.

Em 2011, se percebeu, a falta de interlocução pelas profissionais da categoria analítica relações de gênero com outras categorias, como as de classe, raça, sexualidade, mas, em 2021 é possível destacar que existe essa reflexão e tentativa de interlocução, mas na implementação das ações são reduzidas as práticas que conseguem promover ações que enfrentam a intersecção das opressões.

Um outro fator importante que impactam na prática profissional é o vínculo de trabalho, a maioria das profissionais, o que é realidade ainda hoje nessas instituições, tem seu vínculo de trabalho mantido por meio de contrato. Essa é uma relação precária e que é um entrave para a efetivação de ações condizentes com o projeto Ético-Político, pois a relação de trabalho entre assistente social e instituição fica muito tensionada e não existe certeza da manutenção do emprego dentro deste tipo de relação trabalhista.

Em uma das instituições inexistia espaço viável para atendimento, que resguardasse por exemplo o sigilo dos atendimentos. Com um vínculo de trabalho precário, como fazer enfrentamento a tal violação? O profissional tem bastante dificuldade de encontrar alternativas para fazer com que seus direitos se constituam. Neste caso, por exemplo, nada foi feito além de solicitar, por inúmeras vezes, aos superiores a concretização deste espaço. Posteriormente, depois de dois anos, se conseguiu próximo da instituição uma sala para atendimento.

Existe um limite central para o exercício profissional de assistentes sociais em consonância com o Projeto Ético-Político da categoria, é o ideário neoliberal, que se materializa na redução das ações estatais para o campo social, tendo por consequência a limitação de investimento em políticas públicas e a desregulamentação das relações de trabalho, precarizando-as ainda mais.

No entanto, a sociedade em que vivemos tem contradições e é a partir delas que é possível a promoção de ações que contribuam para práticas de resistências e enfrentamento das opressões, nesse sentido, chamamos a atenção para alguns projetos realizados pelo município do Rio de Janeiro desde 2021, no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres, são eles: Cartão Move Mulher – que visa garantir as mulheres que estão em

situação de violência e também em vulnerabilidade social que vivem apenas com renda per capita mensal de um quarto do salário mínimo, um cartão de passagem para viabilizar o deslocamento delas aos equipamentos para atendimento.

Cartão Mulher Carioca – benefício no valor de R\$ 400,00 para mulheres na mesma situação anterior. O benefício será recebido mensalmente por 6 meses, podendo ser renovado por mais 90 dias, visa ser um complemento a renda da mulher para que possa fortalecer a sua saída da situação de violência. Esses dois projetos compreendem que a pobreza é um elemento que dificulta a saída da situação de violência, ou seja, enfrentar a violência doméstica e familiar contra as mulheres requer enfrentar outras violações que as mulheres vivenciam, seja ela de classe, raça, sexualidade e outras.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos apontar que o serviço social embora tenha se aproximado de forma tardia da categoria relações sociais de gênero, na atualidade evidencia a importância da compreensão das diferentes formas de opressão e de categorias teóricas que potencializam junto com a dimensão da classe a apreensão dos fenômenos sociais. Tal fato nota-se a partir da importância que a categoria profissional representada pelo conjunto CFESS/ CRESS vem dando nos últimos anos ao debate de gênero e étnico-racial.

Podemos apontar que existe dominância do uso da modalidade de atendimento individual em relação a modalidade de atendimento coletivo, o que pode fragilizar o enfrentamento do fenômeno de forma coletiva e a partir de uma dimensão estrutural da sociedade. No discurso das profissionais entrevistadas, quando se fala no objetivo das instituições ou da ação profissional se cita: “propiciar que a usuária consiga realizar o rompimento com a relação de violência ou com o processo de violência”. É fundamental compreendermos o fenômeno da violência de gênero de uma forma que seja analisada a relação dos indivíduos na sociedade, pois é nela/e por conta dela que essa relação é constituída (POUGY, 2010).

Ressaltamos que a compreensão do fenômeno da violência de gênero articulado com as relações de classe, raça, sexualidade são fundamentais para a construção de respostas que a realidade necessita. É elementar que se ultrapasse as tendências de atendimento que acabam tendo como resultado a passividade, a fragilização da luta e a despotencialização dos envolvidos, é preciso avançar no sentido de perceber que o solo que propicia o desenvolvimento da violência de gênero são as desigualdades sociais, assim, necessita-se pensar em práticas que propiciem o avanço na universalização do acesso aos direitos e da transformação da ordem societária atual, ação na qual se direciona o Projeto Ético-Político Profissional da categoria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita. *In: Almeida (Org.) Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 262 p.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social**. *In: Assistente Social: Ética e Direitos Coletânea de Leis e Resoluções- 5 ed.* Rio de Janeiro: 2009. Vol. 1

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; LIMA, Ricardo. A violência como potência econômica: da acumulação primitiva ao novo imperialismo. *In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; LIMA, R.L. (orgs.) Marxismo, política social e direitos*. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. São Paulo: FBSP, 2021.

GRESS- 7º Região. **Assistente Social: Ética e Direitos Coletânea de Leis e Resoluções**. 5 ed. Rio de Janeiro, 2009. Vol. 1

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019b.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capitalismo-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GOMES, Romeu. *et al.* **As arranhaduras da masculinidade: uma discussão sobre o toque retal como medida de prevenção do câncer prostático**. *In: Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: Vol.13. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social Na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social No Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. Nas Redes do Conceito de Gênero. *In: LOPES, M. et.al (Org.). Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

POUGY, Lilia Guimarães. **Desafios Políticos em tempos de Lei Maria da Penha**. *In: Katálysis*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Vol. 13, n.1, jan/jun, 2010.

SANTOS, Ariana. **O exercício profissional do assistente social em instituições que oferecem atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica no município do Rio de Janeiro: dilemas, desafios e possibilidades postos ao serviço social para a elaboração de projeto de intervenção**. Monografia apresentada ao curso de graduação em serviço social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2011.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA INTERVENÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS: DESAFIOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 27/05/2022

Nikolas Corrent

Doutorando em História pela Universidade Estadual do Paraná
<http://lattes.cnpq.br/7730134012301787>

RESUMO: Para além de uma crise pontual, a pandemia nos evidenciou os mais graves problemas da sociedade capitalista, onde, grande parcela da população careceu dos seus direitos mais básicos, tais como alimentação, renda, saúde, segurança e habitação. Os profissionais em Serviço Social, lidam com as mais diversas desigualdades sociais desde sua gênese, porém, no ano 2020 a crise sanitária causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou COVID-19, como é popularmente conhecido, fez a carga de responsabilidades desses profissionais aumentarem ao extremo. Para que seja possível o desenvolvimento de um conhecimento acerca dos impactos que a pandemia da COVID-19 trouxe para o Serviço Social, especialmente, aqueles impactos e desafios no âmbito da intervenção profissional, é imprescindível apreender de que forma essa “intervenção” ocorre, seus motivos, diretrizes e, indubitavelmente, suas concepções ético-políticas, para que então, após feita essas reflexões, seja possível apresentar a realidade da pandemia da COVID-19 e as “novas”, ou melhor, “formas emergenciais” de atendimento e intervenção, buscando pontuar impactos,

desafios, limites e possibilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia, Serviço Social, Intervenção.

ABSTRACT: In addition to a specific crisis, the pandemic showed us the most serious problems of capitalist society, where a large part of the population lacked their most basic rights, such as food, income, health, security and housing. Professionals in Social Work have been dealing with the most diverse social inequalities since their genesis, however, in 2020 the health crisis caused by the SARS-CoV-2 virus or COVID-19, as it is popularly known, made these professionals bear the responsibilities increase to the extreme. In order to develop knowledge about the impacts that the COVID-19 pandemic has brought to Social Work, especially those impacts and challenges within the scope of professional intervention, it is essential to understand how this “intervention” occurs, its reasons, guidelines and, undoubtedly, their ethical-political conceptions, so that, after making these reflections, it is possible to present the reality of the COVID-19 pandemic and the “new”, or rather, “emergency forms” of care and intervention, seeking to point out impacts, challenges, limits and possibilities.

KEYWORDS: Pandemic, Social Work, Intervention.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho em síntese, é o condutor da evolução da sociedade e da espécie humana, pois, irá transformar a natureza e transformar a si próprio ao mesmo tempo, através da

satisfação de suas necessidades humanas, e ao mesmo tempo que umas são satisfeitas, outras surgem, e o ser humano busca criar novas formas de satisfação, modificando a natureza e a sua própria natureza. Segundo as análises de lamamoto (2007):

Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 2007, p. 60).

Entretanto, assim como todas as outras coisas na sociedade do grande capital, o trabalho também passa por transformações e redirecionamentos, assim, infere-se que na sociedade capitalista de produção, o trabalho é uma espécie de ferramenta para garantia da sobrevivência daqueles que não possuem nada além de sua força de trabalho disponível para venda.

Assim, o trabalho perde sua capacidade criativa, criadora, emancipatória e transformadora e torna-se, com o advento do modo de produção capitalista, meramente um meio de produção e reprodução de mercadorias, em linhas gerais, uma ferramenta de produção de valor de troca.

O capitalismo estabeleceu uma lógica de exploração e opressão à classe trabalhadora. Ele inaugura uma nova forma de gerir a força de trabalho, fazendo com que o valor de troca seja imperante em relação ao valor de uso, e o motor-chefe da produção, assim como o da circulação, no que se refere aos trabalhadores/as da esfera dos serviços, seja a extração de mais-valia (COSTA, 2016, p. 367).

Assim, precisamos de uma atenção muito mais ampla e compromissada com os direcionamentos ético-políticos da categoria profissional, pois, como sabemos, é uma tendência de o capitalismo reduzir o trabalho e toda sua potencialidade questionadora, criativa, crítica e transformadora ao mero nível instrumental, descontextualizado dos processos de reflexão e questionamento, conforme discorrido no primeiro capítulo deste estudo.

Observa-se que o Serviço Social em seus mais diversos espaços sócio ocupacionais, recebe cotidianamente requisições das instituições, sejam elas públicas ou privadas, que os cobram resultados, metas, e, especialmente, efeitos meramente quantitativos, sendo, notório alguns profissionais confundirem suas atribuições e competências profissionais com as políticas sociais institucionais, acreditando que aquela política social resume seu exercício profissional. lamamoto (2007, p. 68) assinala que:

O(a) assistente social é um dos profissionais que está nesse “mar de criação de consensos”, por exemplo, uma de suas requisições clássicas é criar um “comportamento produtivo” da força de trabalho na empresa de hoje se atualiza no sentido de criar um consenso em torno dos programas de qualidade total, do alcance de metas de produtividade, da garantia de padrões de qualidade dos produtos (IAMAMOTO, 2007, p. 68).

Por isso, para nós, especialmente, é imprescindível empreender uma prática profissional que ultrapasse os níveis instrumentais e busque refletir acerca das contradições e relações de poder presentes nas instituições, justamente para sabermos diferenciar os objetivos institucionais dos objetivos do Serviço Social enquanto profissão que possui um projeto profissional hegemônico alinhado com um processo de requisição e construção de uma nova ordem societária.

O importante aqui é ressaltar que o ser humano é o único ser capaz de criar mecanismos de trabalho, isto é, ferramentas, métodos, dinâmicas, propostas e assim, buscar novas alternativas de satisfação dos objetivos humanos. Importa-nos, aqui ressaltar que, enquanto assistentes sociais possuímos um objeto de trabalho que nos explicita incontáveis objetivos a serem alcançados, assim, Iamamoto (2007, p. 61) afirma que:

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social, e é ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc (IAMAMOTO, 2007, p.61).

Assim, a partir de uma leitura mais aprofundada, percebe-se que os processos de trabalho envolvem diversas dimensões, e que não pode (ou não deveria) ser reduzida ao mero anseio de criar mecanismos para a manutenção e expansão da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, e garantia dos monopólios, por exemplo.

Enquanto profissionais do Serviço Social possuímos a necessidade de criar e recriar formas, métodos e intervenções, com objetivo de oferecer e responder qualificadamente as demandas da população usuária, e aqui, cabe destacar que a pandemia da COVID-19 e seus efeitos provocaram um grande impacto nesses processos de trabalho, onde, não só os assistentes sociais, mas todos os(as) trabalhadores(as) viram-se em situações onde foi exigido a capacidade de criação de novas alternativas frente a situação de calamidade.

Desse modo, a partir dessa necessidade de buscar alternativas, e pensando especificamente o Serviço Social, iremos refletir sobre como essas “alternativas emergenciais” interferiram em nossas intervenções, buscando sinalizar limites e possibilidades.

2 | ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONTEXTO PANDÊMICO

Esse contexto pandêmico nos evidencia que fomos impelidos a nos afastarmos dos usuários e dos territórios, através da busca por novas alternativas de trabalho, entretanto, essas novas alternativas precisavam ainda possuir a capacidade de efetivar, garantir e proteger direitos, o que para nós configura-se como um grande desafio.

Através disso, observa-se que é necessário que frente as exigências e determinações do capitalismo, o/a assistente social possua uma capacidade de remodelar suas estratégias institucionais e utilizá-las como catalisadoras para os processos de efetivação e garantia de direitos, mas não apenas isso, é preciso que esses profissionais fomentem o

desenvolvimento de ações socioeducativas com a população usuária, no sentido da criação de momentos de reflexão acerca dos nossos papéis na sociedade do capital, almejando com que a população passe a se articular e mobilizar-se em prol de melhores condições de vida e trabalho.

Uma práxis, no Serviço Social, é aquela ação que, em contato com as mais diversas formas de desigualdade social presentes na sociedade capitalista, articula conhecimentos, legislações, instrumentos e métodos para proporcionar efeitos capazes de responder as demandas da classe trabalhadora e ainda proporcionar uma reflexão de consciência de classe.

Assim, percebemos que a defesa do projeto ético-político da profissão, orientado através da perspectiva das práxis, impõe à categoria dos assistentes sociais a necessidade e a exigência de amplos processos de aprofundamento do debate e o fortalecimento da organização político-profissional, reafirmando o compromisso com a emancipação humana e a superação da ordem do grande capital privado.

Depreende-se que no contexto da sociedade capitalista de produção, e em diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico e político-ideológico deste modelo de organização social, possuindo os mais diferentes, contraditórios e polarizados projetos de classes sociais, a intervenção profissional da/do assistente social é direcionada para as múltiplas expressões da questão social, mediados por diversos processos de trabalho do Serviço Social, que se constituem e se reconstituem no tempo e no espaço (IAMAMOTO, 2007).

Assim, observa-se que, o grande ciclo de crises no âmbito da política e da economia, em seus níveis ideológicos, ambientais e de sociais, se intensificam sem precedentes, através do surgimento de uma crise sanitária de nível global, por meio de um vírus que muda constantemente, que se torna uma ameaça à vida, em face da inexistência de tratamento ou vacina que contenha e/ou minimize os feitos de sua propagação, e que depende diretamente de ações humanas, sejam elas de isolamento social, responsabilidade sanitária, pesquisas, estudos e desenvolvimento da ciência.

Dessa forma, percebe-se que uma das primeiras medidas de segurança sanitária foi o fechamento das instituições, empresas e serviços, sejam eles públicos ou privados, governamentais ou não, que fizessem parte dos considerados “serviços não-essenciais”.

Assim, paralisação e fechamento da maioria das instituições e empresas, por exemplo, ocasionou a necessidade de se repensar formas e estratégias capazes de possibilitar a reabertura desses locais de forma segura e compromissada.

Alternativas e métodos de intervenção emergenciais foram criados com intuito de possibilitar a continuação da prestação dos serviços públicos sociais para a população, e aqui, notamos a presença do Serviço Social enquanto uma das profissões que necessitou reorganizar e criar alternativas viáveis para tal ato.

Nesse sentido, ressalta-se algumas dessas alternativas que, de acordo com suas

possibilidades e desafios, conseguiram prover a continuidade dos serviços, mesmo em uma situação caótica.

Entretanto, antes de expormos as principais “formas” de intervenção durante a pandemia, precisamos ressaltar alguns pontos imprescindíveis para as reflexões aqui propostas.

Sabe-se que o/a assistente social possui, na maioria dos espaços sócio ocupacionais nos quais se insere, a responsabilidade de elaborar relatórios sociais, perícias, laudos e documentos que, por sua vez, embasam, em muitos dos casos, decisões institucionais, por exemplo, aqueles desenvolvidos no âmbito do sócio jurídico, assim, esses documentos referem-se a situações complexas acerca das condições de vida, trabalho, habitação, renda, e envolvem situações diversas da vida da população usuária (CFESS, 1993).

Nesse contexto, percebe-se que os/as assistentes sociais, ao observarem as requisições e a necessidade da construção desses relatórios, documentos e intervenções, precisam operacionalizar uma série de instrumentos técnicos-operativos para dar materialidade em suas intenções socio profissionais, conforme supracitado.

O problema aqui é que, diante da crise sanitária, não mais dispusemos da possibilidade da realização desses instrumentos e técnicas de intervenção, tanto para proteger a integridade física dos usuários e famílias, como também do próprio profissional e das equipes, sendo assim, é necessário pontuar e questionar até que ponto os atendimentos remotos e a distância possibilitam uma compreensão da realidade social, do contexto familiar e comunitário?

Aliás, conforme ressalta Fávero (2020):

Se os estudos sociais implicam em conhecer e analisar a realidade socioeconômica, de trabalho, habitacional/territorial, cultural, familiar, dos sujeitos, de maneira aprofundada, para assegurar o oferecimento de subsídios qualificados à decisão judicial e/ou à defesa, registrados em algum tipo de documento, não é possível fazê-lo por meio remoto (FÁVERO, 2020, p. 11).

Os desafios, consequências, limites e impasses referem-se, portanto, a essa capacidade, onde, evidencia-se que, para embasar a construção de formas de atendimento e intervenção capazes de garantir, efetivar e proteger direitos, além de prestar orientações e realizar encaminhamentos, é necessário, indubitavelmente, o empreendimento de um estudo social, assim como outros instrumentos, que, não podem ser reduzidos ao mero nível remoto.

Nos itens anteriores desse estudo, refletimos acerca da importância da “proximidade” do/a profissional do Serviço Social com a população usuária, e aqui, reafirmamos que sem esse contato, torna-se insuficiente a atuação profissional, visto a complexidade das demandas e requisições da população usuária e das instituições.

Ainda nesse contexto acerca da importância da proximidade do profissional do Serviço Social com a população usuária e sua realidade social, e tratando especificamente

dos “problemas” dos agendamentos, teletrabalho e trabalho remoto, Fávero (2020) questiona:

Essas situações exigem relações mais próximas, o estabelecimento de algum vínculo, o respeito à privacidade, o direito ao sigilo profissional, entre outros. Como estabelecer vínculo, relação de confiança e ainda garantir o sigilo profissional em uma entrevista realizada por meio remoto, via plataforma Teams, Zoom, WhatsApp ou outras? Como assegurar que uma mulher ou uma criança que sofre violência fale a respeito sem ser observada/ouvida, manipulada e/ou coagida pelo suposto violador? Como entrevistar uma mulher/mãe que vive em situação de rua e estado de pobreza absoluta (sem acesso a direitos fundamentais), por meio desses recursos tecnológicos? Como conhecer a realidade socioterritorial em que se situa a moradia, sem possibilidade de ir até o local? Como entrevistar crianças, adultos, idosos que não têm acesso a equipamentos celulares e plano de dados de internet suficiente e nem conhecimento acerca do manuseio de plataformas de comunicação digitais? (FÁVERO, 2020, p. 12).

Para além das questões técnicas, ainda pode-se dissertar acerca da situação costumeira de que nem todos(as) os sujeitos sociais possuem condições objetivas para o desenvolvimento de ações remotas, o maior e mais pontual exemplo disso foram as crianças e adolescentes discentes das escolas públicas, que, devido a suspensão das aulas e a opção pelo ensino remoto (virtual), obtiveram prejuízos, pois, grande parcela, ou não tinha acesso a conexão com a internet, ou não dispunham de aparelhos para assistir as aulas, Fávero (2020) ainda ressalta que estamos discutindo acerca de usuários e sujeitos que:

Não possuem acesso a alguma forma de trabalho não têm como se alimentar ou a seus filhos hoje. Que moram nas regiões periféricas, em locais muitas vezes desprovidos de qualquer espaço de privacidade e de infraestrutura urbana, ou com infraestrutura precária; ou ainda que não têm acesso a qualquer espaço de acolhida/moradia e perambulam pelas ruas. Convivem cotidianamente com as mais variadas expressões da violência urbana, muitas vezes reféns e vítimas também do crime organizado. Sujeitos cuja realidade é ignorada e invisibilizada pelos que concentram a riqueza socialmente construída e que fomentam a extrema desigualdade social. Sujeitos que não têm como praticar o distanciamento social, na medida em que várias pessoas compartilham um só cômodo – que é sala, cozinha e dormitório ao mesmo tempo. Assim como não têm como higienizar as mãos com frequência – conforme uma das recomendações para conter o vírus – por falta de água e por vezes de sabão e demais produtos de higiene e limpeza (FÁVERO, 2020, p. 7).

Dessa forma, é pertinente refletir acerca das condições que esses sujeitos possuem, antes do planejamento e criação de estratégias e alternativas de intervenção, pois, não podemos simplesmente atender aqueles que possuem condições de serem atendidos, e segregar o restante ou pior, expô-los ao risco de contaminação.

Aliás, é dessa parcela populacional da classe que sobrevive da venda de sua força de trabalho que advém a maioria dos usuários e demandas que circunscrevem o cotidiano

de trabalho dos/as assistentes sociais.

Por isso, os desafios aqui afirmamos referem-se à operacionalização do exercício profissional, diante do caos social instaurado a partir de meados de março do ano de 2020.

Ainda, refletindo sobre a realização dos atendimentos remotos, que conforme discutido aqui e nos itens anteriores, foi uma realidade empreendida de forma “emergencial” em muitos espaços e por muitos profissionais, que, existe uma Entre os documentos produzidos há também a Nota da COFI/CFESS (Comissão de Orientação e Fiscalização/CFESS) com manifestação contrária à Realização de Perícia Socioeconômica por meio Eletrônico, em alusão à Resolução CNJ (Conselho Nacional de Justiça) nº 317, de 30 de abril de 2020.

Sinaliza-se que não existe somente essa nota, existem outros dispositivos, pareceres e manifestações contrárias ao teletrabalho e ao trabalho remoto, seja no âmbito do atendimento ou da parte administrativa das instituições.

É inegável que o exercício dos/as assistentes sociais impescinde o contato direto e próximo da população usuária, seu território, sua realidade e contexto familiar, comunitário, suas condições de habitação, trabalho e renda etc. Entretanto, é pertinente sinalizar que tal crítica não se refere a uma manifestação integralmente oposta ao uso de tecnologias, contudo, conforme disserta magistralmente, Fávero (2020):

Isso não significa uma absoluta oposição ao uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em processos de trabalho. As tecnologias em muito auxiliam o profissional em ações, atividades, e em variadas situações o seu uso é necessário e inevitável. Entretanto, existem determinadas particularidades das situações vividas pelos sujeitos, que requerem o trabalho de assistente social, em que há a necessidade de serem conhecidas, analisadas, sendo objeto de algum tipo de prosseguimento e/ou encaminhamento, e/ou a emissão de opinião técnica a ser registrada em um relatório ou laudo (FÁVERO, 2020, p. 10).

Através dessas reflexões, é visto que, o uso das novas tecnologias e formas de intervenção se fazem de extrema pertinência, contudo, utilizadas para subsidiar e amplificar o trabalho social realizado pelos técnicos, e não, com isso, substituir inteiramente o trabalhador(a), e nem o seu ambiente de trabalho.

Além disso, não podemos negligenciar a questão de que, com o aprofundamento das crises cíclicas do capital, com suas manifestações intensificadas através da pandemia da COVID-19, a demanda pelos serviços sociais públicos aumenta em níveis contundentes, assim, aumenta-se também a requisição da população pelas intervenções do/a assistente social, que, por sua vez, encontra-se, também, em situação de exploração, e em muitos casos possuindo poucos recursos institucionais disponíveis, contratos de trabalho precário e uma insuficiente autonomia em seu exercício profissional.

Ainda assim, é necessário compreender que através da implementação do trabalho remoto e também da criação dos novos auxílios, várias demandas foram geradas,

fazendo com que o profissional, no âmbito de suas atribuições privativas e competências profissionais¹, evidencie-se, então, por exemplo, a socialização de informações acerca de políticas de transferência de renda e auxílios emergenciais; mobilização e articulação com a rede de serviços municipais e estaduais, com o objetivo de efetivar, garantir e proteger direitos, e promover o acesso dos/as usuários a tais, produção de relatórios sociais em matérias específicas do Serviço Social para rede de proteção social e órgãos de defesa de direitos e orientações.

Através do surgimento de novas demandas, e com a intensificação das demandas já estabelecidas, torna-se pertinente citar que é preciso, mais do que nunca, realizar reflexões críticas acerca da realidade social, acerca dos limites e possibilidades institucionais e, sobretudo, perceber que não podemos recair em práticas ou pensamentos conservadores de culpabilização individual das famílias e sujeitos usuários.

Destarte, é pertinente elucidar que, não há dúvidas, para nós, profissionais, estudantes e discentes do Serviço Social que, em situações de calamidade pública e urgências, é nosso dever ético participar dos programas de socorro a população usuária, no sentido de viabilizar seu pleno acesso a direitos e seguranças afiançadas no rol das diversas políticas públicas e sociais disponíveis, contudo, é necessário se discutir, como a segurança dos/as profissionais e equipes deve ou deveria ser realizada, de que forma essa calamidade afeta a prestação de serviços e intervenções, e sobretudo, como impacta a qualidade dos serviços prestados. Portanto, Fávero (2020) conclui que:

Então, aqui é preciso que se tenha assegurada a autonomia profissional para discernir o que são urgências e emergências nesse contexto de pandemia e o que é possível à/ao profissional fazer por meio remoto e o que necessariamente exigiria o trabalho presencial, o que depende também de condições de trabalho e da disponibilidade e do compromisso ético da/o profissional. Seja por meio de contato/reunião/articulação com a rede socioassistencial e eventualmente no contato direto com sujeitos “partes” de processos, por meio remoto, seja pelo trabalho presencial se a situação assim o exigir e a instituição cumprir sua obrigação de assegurar proteção – na qual se insere o necessário Equipamento de Proteção Individual (EPIs) – tanto à/ao profissional como aos sujeitos em atendimento (FÁVERO, 2020, p. 11).

Portanto, após essa breve exposição de alguns desafios e impasses, ressalta-se que é exigido do/a assistente social, especialmente nesse contexto de crise global, não apenas sanitária, mas também no chamado “mundo do trabalho e suas relações” o compromisso com os direitos e interesses dos/as trabalhadores(as), aliás, não há mais espaços para individualismos, é, portanto, necessário o desenvolvimento de um senso de coletividade que ultrapasse as concepções liberais burguesas de direitos, liberdade,

¹ Atribuições privativas são atividades e funções que apenas os/as assistentes sociais devidamente formados e inscritos no conselho regional da respectiva localidade podem exercer, pois exigem uma formação específica e conhecimentos próprios da profissão. Competências profissionais referem-se a ações que tanto os/as assistentes sociais podem desenvolver quanto outros profissionais de outras áreas, pois, não exigem expressamente, uma formação específica ou especializada (CFESS, 1993).

democracia e participação.

3 | POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL EM CONTEXTO PANDÊMICO

No âmbito das possibilidades para esse contexto no qual estamos inseridos e, diga-se de passagem, contexto este ainda não superado, ressalta-se a necessidade da categoria profissional unir-se as demais profissões, no intuito de reivindicar melhores condições de trabalho, assim ainda destaca-se que:

No âmbito institucional a pandemia vem colocar a descoberto a precarização das condições de trabalho que a/os profissionais da área sociojurídica têm sido submetida/os ao longo da última década, dentre as quais, espaços precários, insalubres; mobiliários inadequados; não contratação de novos profissionais – expiração dos concursos públicos sem nomeação de todas as vagas previstas; prolongamento da expectativa de aposentadorias com a reforma da previdência; diferentes tipos de contratos dentro de um mesmo espaço ocupacional – diferente trato das/os profissionais que desempenham as mesmas funções (FÁVERO, 2020, p. 29).

Está evidente que a pandemia do novo coronavírus escancarou todas as mais bárbaras facetas do sistema de produção capitalista, não só no âmbito da saúde, mas em todos os níveis da vida social.

Porém, para além de enumerar problemas, precisamos buscar formas alternativas de enfrentamento que se configuram, verdadeiramente como possibilidades de superação deste contexto.

Para esse contexto de precarização dos serviços prestados, sugere-se que os/as assistentes sociais estejam embasados e articulados com as determinações sociopolíticas presentes no projeto ético-político profissional, além de buscar a participação da população usuária (e potencialmente usuária) nos processos de elaboração de propostas e discussão acerca dos serviços prestados.

Além disso, constitui-se como um papel basilar do exercício profissional dos/as assistentes sociais assegurar a produção de conhecimento sobre a realidade social e vivida pelo/as usuários das políticas públicas e instituições nas quais nos inserimos, e assim e para isso é pertinente e imprescindível considerar de forma ampla e plural as determinações socioeconômicas e culturais que incidem sobre a população usuária, além de preservar a articulação com a rede socioassistencial para que o trabalho profissional objetive-se com a direção ético-política da profissão.

Assim, além das atividades e intervenções de incentivo ao diálogo e troca de saberes entre as mais diversas profissões, e também do fomento a participação popular e o controle social dos usuários e população para com os processos de gestão, implementação, planejamento e oferta dos serviços sociais públicos no âmbito de todas as políticas sociais, ressalta-se também como uma possibilidade de superação deste contexto a opção por

utilizar as tecnologias como “apoio técnico” do trabalho, e não como “substitutas” do trabalho em si, conforme os interesses do capital.

É complexo apontar “possibilidades” em um contexto tão precário e de desmonte de políticas sociais, instituições, direitos e regulamentações, entretanto, assim como afirma Iamamoto (2007):

As alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

Com isso, é importante que se eleve ao nível crítico de mediação o pensamento de que, por mais urgentes que sejam as demandas, todas elas, sem exceções são passíveis de uma análise crítica, portanto, possíveis de uma intervenção comprometida com sua superação.

Não iremos possuir respostas mágicas ou receituários de intervenções “eficientes”, mas, a partir da adoção de uma postura criativa, propositiva, crítica e reivindicatória, podemos sim, construir propostas interventivas capazes de efetivar e garantir direitos, bem como o pleno acesso a eles. Entretanto, para isso, é necessário:

Ser um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p.49).

Assim, não nos resta dúvidas de que os profissionais em Serviço Social, lidam com as mais diversas desigualdades sociais desde sua gênese, porém, no ano 2020 a crise sanitária causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou COVID-19, como é popularmente conhecido, fez a carga de responsabilidades desses profissionais aumentarem ao extremo.

O cenário da pandemia agravou as expressões da questão social que já existia antes em relação a proteção infanto-juvenil, onde o processo de precarização do trabalho e esvaziamento dos espaços públicos, dificuldades de participação dos atores sociais e de uma “suposta escassez de recursos” para os espaços públicos e instituições de defesa e garantia de direitos, nos quais os profissionais do Serviço Social inserem-se enquanto sujeitos profissionais imprescindíveis.

No estágio atual do capitalismo mundializado, as políticas sociais têm sido alvo de ataque para o uso de seus recursos financeiros, o fundo público, capturado pelo Estado para atender as demandas da classe dominante e dirigente (BOTÃO; NUNES, 2020, p. 251).

Portanto, é necessário desenvolver uma postura qualificada capaz de saber negociar os interesses antagônicos engendrados no âmbito das instituições, conciliando-

os de forma a garantir os direitos da classe trabalhadora, ao passo que se desenvolvem ações de empoderamento, criação de consciência de classe, orientação social e demais atividades socioeducativas com intuito da emancipação humana da classe que sobrevive do trabalho.

Com isso, concluímos este capítulo sinalizando uma importante missão, que se configura como também um grande desafio da contemporaneidade, especialmente nesse período sócio histórico, que é cirurgicamente exposto por Iamamoto (2007):

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2007, p. 21)

É justamente a partir dessa “ação” profissional comprometida com a qualidade dos serviços prestados, não apenas reduzida a mera eficiência, mas também a eficácia e efetividade das ações, comprometida, ainda mais, com os interesses e demandas da classe trabalhadora e possuindo um amplo e sólido arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que se fará possível a superação dessas e outras demandas que ainda surgirão.

Uma sociedade verdadeiramente livre e democrática é aquela em que todos os sujeitos ali inseridos possuem o acesso pleno aos direitos e condições básicas de existência, em condições que respeitem a dignidade da pessoa humana e zele pelo desenvolvimento social, econômico, cultural, científico dentre outros.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização de todas as discussões e análises aqui propostas, evidenciou-se, através desta pesquisa que a pandemia da COVID-19 impactou de forma contundente o exercício profissional dos/as assistentes sociais, onde, tais profissionais visualizaram a necessidade de remodelar e adaptar seu cotidiano de trabalho tendo em vista as situações peculiares provocadas pela pandemia, como forma de realizar a continuação dos serviços, acompanhamentos, garantia e proteção de direitos da população assistida.

Além disso, foi observado que diversos desafios impactaram também na realização do presente estudo, sendo o principal a impossibilidade da realização de uma pesquisa de campo com os profissionais do Serviço Social em seus locais de trabalho, o que poderia ter subsidiado reflexões mais amplas, entretanto, conforme supracitado, não podemos transpassar os protocolos de segurança.

Outro desafio que foi observado constitui-se na escassez de produção teórica acerca das questões sobre a profissão e a pandemia, talvez, isso constata-se pois, como muito recente, as produções expressivas relacionadas a pandemia ainda estão em

desenvolvimento.

Dessa forma, a título de considerações e apontamentos finais, torna-se pertinente e extremamente necessário ressaltar e reivindicar que o Estado cumpra suas responsabilidades, atribuições e deveres, especialmente, aquelas funções que dizem respeito a constituir-se como um verdadeiro provedor dos direitos sociais, humanos e individuais, efetivando e materializando os objetivos e determinações constitucionais e extra constitucionais, mediante a utilização das políticas públicas e sociais, no sentido de atender às demandas da população.

Depreende-se também que é extremamente necessário fomentarmos a importância do fortalecimento, sobretudo, financeiro, das políticas sociais que abrangem o sistema de seguridade social brasileiro, mais conhecido como o “tripé da Seguridade Social”, constituído das políticas de Assistência Social, Saúde, Previdência, pois, como visto, a seguridade social, possui condições financeiras, de quadro de recursos humanos e de projetos, de certo modo, limitadas, para responder à pandemia, devido aos processos de contrarreformas efetivados pelos governos neoliberais em ascensão desde 1990 em nosso país. Não temos um sistema de seguridade social universal, democrático que, associado ao trabalho, garanta a ampliação de direitos e sim um sistema que focaliza as ações na extrema pobreza e deixa a mercê de benefícios eventuais insuficientes o restante da população, ou, então, privatiza para o setor da iniciativa privada a resolução de suas demandas.

REFERÊNCIAS

BOTÃO, M.; NUNES, N.R. A relevância do trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento à pandemia da Covid-19. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R.L.R. (orgs.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Morula Editorial, 2020.

CFESS. **Lei 8662/93 – Regulamentação da profissão de Assistente Social**. Brasil, 1993.

COSTA, Dorival; LAVORATTI, Cleide. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

FÁVERO, Eunice. **O exercício profissional da/o Assistente Social em espaços sócio ocupacionais do socio jurídico no contexto da pandemia e do teletrabalho contribuições ao debate**. 2020, Brasil. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/O-exerc%C3%ADcio-profissional-do-assistente-social-em-esp%C3%A7os-socio-ocupacionais-do-Sociojur%C3%ADdico-no-contexto-da-pandemia-e-do-teletrabalho-20-05-2020.pdf> Acesso em: 01/03/2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**., SP: Ed. Cortez, 2007.

MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TORNO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E SUAS CONEXÕES INTERSETORIAIS

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 11/07/2022

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/1155495958494760>

Laisla Shirley Rodrigues Maranhão

Universidade Federal do Piauí, Departamento de Serviço Social/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas
Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/2041415198069097>

RESUMO: Têm-se por objetivo levantar subsídios para discutir as manifestações da questão social e suas articulações intersetoriais, focalizando o consumo prejudicial de álcool e outras drogas como tema transversal a vários campos de estágio em Serviço Social e política social. Baseou-se em revisão de literatura e no relato de experiência docente com a disciplina Seminário de Prática I. Diante dos desafios de formar profissionais na perspectiva da intersectorialidade, discute-se a dimensão da transversalidade na recomposição da totalidade das manifestações da questão social. A direção principal da intersectorialidade se orienta pelos encaminhamentos de um serviço ou política a outro/a, mas, há necessidade de assunção de outras perspectivas que envolvam não apenas

os profissionais da linha de frente, mas, também a gestão e a intensificação da comunicação entre os dispositivos intrasetoriais e intersetoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Álcool e outras drogas; intersectorialidade; redução de danos; questão social.

ABSTRACT: The objective is to raise subsidies to discuss the manifestations of the social issue and its intersectoral articulations, focusing on the harmful consumption of alcohol and other drugs as a transversal theme to various internship fields in Social Work and social policy. It was based on a literature review and on the teaching experience report with the course Seminar of Practice I. Faced with the challenges of training professionals from the perspective of intersectoriality, the dimension of transversality in the recomposition of the totality of manifestations of the social issue is discussed. The main direction of intersectoriality is guided by referrals from one service or policy to another, but there is a need to assume other perspectives that involve not only front-line professionals, but also the management and intensification of communication between intrasectoral and intersectoral devices.

KEYWORDS: Alcohol and other drugs; intersectoriality; harm reduction; social issues.

1 | INTRODUÇÃO

A formação profissional em Serviço Social está alicerçada no Projeto Ético Político da profissão, cujas bases se assentam no tripé: Diretrizes Curriculares produzida coletivamente

em 1996, articulada pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, atualmente denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS; Lei nº 8.662/1993, que Regulamenta a Profissão de Assistente Social e Código de Ética (Resolução CFESS 273/93). Entretanto, cada Unidade de Formação Acadêmica materializa seu projeto de formação na singularidade do seu Projeto Pedagógico. O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí – CSS-UFPI, é regido pelo 4º Projeto Pedagógico, aprovado em 25 de janeiro de 2007, pela Resolução nº 13/2007, que implantou as Diretrizes Curriculares no único curso de Serviço Social vinculado à instituição pública federal no estado do Piauí (TERESINA, 2007). No 6º período do CSS-UFPI é previsto no fluxograma que os discentes irão para o estágio supervisionado I, que tem como disciplina co-equivalentes o Seminário de Prática I, com um total de 60 horas. Ou seja, constituem disciplinas distintas, mas há uma vinculação mútua entre ambas, haja vista a segunda ter em seu cerne alguns resgates de dimensões teórico metodológica, ético política e técnico instrumental, no geral, já abordadas em disciplinas no decorrer do percurso dos estagiários pelo Projeto Pedagógico do CSS-UFPI. Assim, configura uma disciplina síntese, que recupera conteúdos; assegura mediações, procurando alicerçar a indissociabilidade entre teoria-prática e as dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico interventiva. Tem por ementa: “as expressões da questão social relacionadas ao campo de estágio. Reflexão teórico-metodológica e prática acerca das questões vivenciadas no cotidiano do estágio” (TERESINA, 2007, p. 48).

Até 2009, quando havia em torno de apenas 4 a 5 docentes do CSS-UFPI encarregados de responder às demandas de supervisão acadêmica do estágio obrigatório, as disciplinas de Seminário de Prática I eram também regidas pela mesma docente, que tinha sob seus cuidados de 10 a 15 alunos-estagiários. Ou seja, havia ênfase em determinada política setorial. Desde aproximadamente 2010, passa a contar com outra dinâmica, tendo por foco principal a intersetorialidade. Essa inflexão se deu em função de muitos alunos questionarem o porquê de o estágio supervisionado obrigatório ocorrer em apenas uma instituição campo de estágio e política social setorial. Muitas expressavam seu desejo em atuar e conhecer mais de uma política social e instituição campo de estágio. Então, na perspectiva de tentar suprir parte da lacuna posta pelos alunos e buscar inovar, na ânsia de ampliar as experiências para além do campo de estágio *stricto sensu*, foi alterada a forma de conduzir a disciplina. Desde então, uma ou duas docentes fica(m) responsável(is) pelo grupo de discentes em estágio supervisionado I e II, através da disciplina Seminário de Prática I e II, com foco na intersetorialidade. Tal alteração converge com os princípios e coordenadas postos na Constituição Federal de 1988, que cria a Seguridade Social, na perspectiva de oferecer assistência integral, rompendo com a cidadania regulada, no horizonte de construção da cidadania plena.

Trata-se de uma tarefa complexa, em função de variados fatores convergentes, dos quais destacam-se alguns, sem a pretensão de esgotá-los. Primeiro, a ansiedade dos

alun@-estagiári@s em se apropriar, através do exercício profissional, da materialidade da profissão, cuja formação é generalista, mas, a intervenção ocorre no cerne de uma instituição determinada e política social setorializada, o que configura o aparecer social, produto da fragmentação, produzida pelo Estado, das respostas sociais às necessidades sociais que são integrais, que abarcam as pessoas e as famílias como um todo (PEREIRA, 2018). Para acompanhar o dia a dia no e do estágio obrigatório há uma supervisora de campo, ou seja, uma profissional com contrato de trabalho com a instituição como assistente social e um supervisor acadêmico, docente do CSS-UFPI para orientar e monitorar o processo, mediando a relação docente-assistencial. Segundo, esse cenário exige um investimento para compreender a natureza e a missão de cada instituição campo de estágio na materialização de determinada política social e de suas relações e mediações com outras políticas setoriais, o que é da alçada de outra docente, a supervisora acadêmica. Terceiro, @s alun@s vivenciam o processo tendo que dar respostas a apreensões e questões específicas e gerais simultaneamente, em muitas situações pressionad@s por exigências de outras disciplinas ou realidades, como inserção em atividades de extensão, iniciação científica, construção do projeto de pesquisa do trabalho de conclusão de curso, dentre outras atividades. Algumas indagações se impõem, para serem refletidas e equacionadas coletivamente: como @s alun@s apreendem e põem em ação as orientações de docentes distintos? Há clareza dos papéis e conteúdos específicos a serem abordados por cada um deles? No que há convergências ou divergências? Como é para @s alun@s, de um lado, pelo cotidiano do estágio, ter uma visão mais singular de uma instituição, política setorial e realidade específica do Serviço Social, em seus micros processos de trabalho? E, por outro estarem mediadas por uma perspectiva mais macro, dada pela ação no território, no direito à cidade, pautado pela lógica da intersectorialidade, que como princípio e no arcabouço teórico está bem posto, mas, como objetivação/em produtos e relações, encontra-se como projeto, em construção, requisitando mudanças culturais densas, de gestores, profissionais e usuários? Que acúmulos já foram consignados para avaliar experiências mediadas pela intersectorialidade? Considerando que no cotidiano assistencial a intersectorialidade comumente aparece reduzida à “encaminhamento” de uma política/instituição para outra, é possível inovar? O que mesmo está sendo postulado a ser abordado? Que rebatimentos têm na formação d@ futur@ assistente social?

Apoiada em revisão de literatura, baseada no estado da arte, ou seja, mapeamento do que foi consignado nos estudos e pesquisas sobre a questão, em especial, sobre a intersectorialidade e, relato de experiência como docente na disciplina Seminário de Prática I, de fevereiro a julho de 2022, ou seja, no 2º semestre de 2021, no período pós vacinação da conjuntura pandêmica, tem-se por objetivos: assegurar panoramicamente a sistematização da experiência na disciplina; levantar subsídios para discutir as manifestações da questão social e suas articulações com as dimensões intersectoriais, a partir do consumo prejudicial de álcool e outras drogas como tema transversal a vários campos de estágio e política

social, que ensaja a intersetorialidade.

Não há a pretensão de responder a todos os questionamentos, nem mesmo esgotar o assunto, mas, trazer mais elementos para contribuir na reflexão coletiva, nos debates e direcionamentos futuros.

2 I PERFIL DA TURMA DE SEMINÁRIO DE PRÁTICA I

A turma de Seminário de Prática I, no 2021.2º contou com 21 discentes matriculad@s, sendo apenas um do sexo masculino, o que converge com o perfil sexual da profissão, majoritariamente feminino. Encontram-se distribuídas em 12 instituições campos de estágio, vinculadas a duas políticas setoriais: saúde (53%) e assistência social (33%) e no campo sociojurídico (14%), acompanhando assim as tendências nacionalmente postas de concentração dos profissionais e das linhas de pesquisa das docentes, supervisoras acadêmicas. O CSS-UFPI em aludido semestre conta com 8 docentes inseridos na atividade de supervisão acadêmica, ou seja, 50% do quadro do Departamento de Serviço Social. As instituições públicas geridas pelo município de Teresina, capital do Piauí, predominam, havendo três instituição sob gestão estadual, e duas vinculadas às Organizações da Sociedade Civil, com uma instituição gerida em parceria público privada. A diversidade de gestão contribui para analisar inclusive os modelos gerenciais colocados em ação, e a relativa autonomia dos profissionais do Serviço Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais, até por que, em alguns contextos os profissionais tem vínculo efetivo/ estatutário/concursado, em outros são celetistas e em alguns, são contratados como cargos comissionados. As relações de poder também se diferenciam, pois na política de saúde e na área sociojurídica, o poder médico e dos operadores do direito tendem a prevalecer, figurando o Serviço Social e seus agentes como colaboradores, em papéis secundários, considerados e, muitas vezes, tratados como complementares, apesar de serem essenciais. Mesmo que o trabalho coletivo se organize em torno de equipes multiprofissionais, há em muitas instituições uma hierarquia bem verticalizada. De qualquer maneira, é importante destacar o trabalho em equipe, pois a formação profissional no CSS-UFPI tende a ser uniprofissional, ou seja, concentra o diálogo e trocas apenas entre estudantes da mesma profissão. Logo, a experiência de estágio tende a ser um espaço de ampliação de diálogo com outras categoriais profissionais, pois na maioria dos campos de estágio tende a haver trocas com psicólogos, pedagogos, enfermeiros, médicos, advogados, agrônomos, dentre outros. Em algumas instituições @s estagiári@s participam de reuniões de equipe e até são colocados como parte desse trabalho coletivo, atuando não apenas diretamente com sua supervisora de campo, mas, com outros profissionais. Chama a atenção que o CSS-UFPI tende a concentrar a formação profissional a partir dos estágios, para a realidade da capital, situação que, no geral destoa da condição dos profissionais que se inserem como recém formados no mercado de trabalho, haja vista que parte significativa inicia

seu exercício profissional em municípios de pequeno porte, do interior, tendo uma área e população rural muitas vezes maior que a urbana. Vale lembrar que no Piauí, a agricultura, a pecuária e o comércio, constituem sua base econômica. A única aproximação com a agricultura, localiza-se no Estágio na Superintendência de Desenvolvimento Rural, que atua, sobretudo, com as hortas comunitárias. Como a capital concentra bens e serviços, algumas instituições campo de estágio são referência para todo o estado, ou seja, seu território de intervenção abarca toda a população do Estado e até mesmo dos Estados circunvizinhos, sobretudo Maranhão e Ceará, a exemplo do Hospital Universitário - HU-UFPI; Hospital de Urgência de Teresina – HUT e Hospital Areolino de Abreu, referência da assistência à crise psiquiátrica do Estado, o que dificulta a atuação e visão intersetorial, embora não a impeça.

Dentre as diversas manifestações da questão social, “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (...) sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 1998, p. 27/28), que se entrecruzam no dia a dia da vida d@s usuário@s dos serviços, e se traduzem comumente nas multifacetadas expressões da pobreza, associadas às violências de distintos matizes, destituições e violação de direitos, imagem social estigmatizadas d@s usuário@s e das instituições destinadas a garantir a proteção social, dentre outras, para fins desse estudo, destacou-se o consumo prejudicial de álcool e outras drogas, por ser transversal e estar mais presente nas narrativas d@s discentes, no interstício em tela.

3 | CONSUMO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS EM DESTAQUE ENTRE AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O consumo prejudicial de álcool e outras drogas ganhou proeminência nas narrativas do cotidiano das experiências de estágio de parte significativa d@s discentes, pela sua associação mais frequente no dia a dia assistencial com: a violência contra a mulher, no geral associada à violência intrafamiliar; em algumas situações culminando com a destituição do poder familiar, sobretudo quando o consumo está relacionado às mulheres consumidoras de crack; internações involuntárias e compulsórias, muitas com a interveniência de familiares; ato infracional e cumprimento de medidas socioeducativas; violências relacionadas à causa externa, sobretudo envolvimento com o tráfico de drogas, tentativas de homicídio e acidentes de trânsito, retratado também na violência urbana, encarceramento de jovens/penas alternativas, problemas de saúde, incluindo internações; fragilização e/ou ruptura nos vínculos familiares, que se configura principalmente entre a população em situação de rua e violências contra crianças e adolescentes.

Importante esclarecer que: a) droga é toda substância utilizada com a finalidade de produzir alteração no funcionamento do organismo, podendo ter uso prescrito pelo médico,

automedicação, inclusive com uso intencional, com diversas finalidades; b) há 3 padrões de consumo de substâncias psicoativas – spa: experimental, recreativo e dependente. Para se ter um padrão dependente, é necessário estar associada a pelo menos 3 critérios principais: tolerância, compulsão e prejuízos na vida. É o padrão dependente, que tende a ganhar destaque quando se trata de violência; c) as pessoas do sexo masculino predominam estatisticamente entre os consumidores de substâncias psicoativas, embora o quantitativo de mulheres consumidoras venha aumentando. O trato social é bem diferenciado, conforme o sexo d@ consumidor@. Culturalmente, sobretudo no Brasil, o consumo de álcool, que também é uma droga, é “legalizado” e socialmente aceito e seu consumo tende a ser estimulado quando se trata de pessoa do sexo masculino, pois muito associado a rituais de afirmação de masculinidade, endossada pela masculinidade hegemônica. Distintamente, quando se trata de mulheres, é associado à “transgressão aos valores sociais dominantes, o que implica num maior grau de reprovação social e, comumente, em menos apoio familiar e social” (ROSA; ALVES, 2013, p.119). Também é muito vinculado ao lazer e ao esporte, o que culturalmente tende a trazer danos, até pela crescente mercantilização e padronização de um modo de viver urbano, competitivo e consumista.

É frequente a associação entre consumo de álcool e outras drogas à violência, ambos fenômenos difusos, complexos e socialmente multideterminados. Entretanto,

Determinados processos de socialização têm o potencial de envolver os homens em episódios de violência. A agressividade está biologicamente associada ao sexo masculino e, em grande parte, vinculada ao uso abusivo de álcool, de drogas ilícitas e ao acesso as armas de fogo. (BRASIL, 2009a, p. 23).

Mas, apesar de parte expressiva de pessoas do sexo masculino embriagados se envolverem em contextos de violência, sobretudo, contra a mulher, cabe destacar que o consumo de álcool e outras drogas é apenas um potencializador da violência, não a origem dela, que tem relação estrutural com a sociedade patriarcal, misógina e sexista, que distribui direitos de forma desfavorável às mulheres. Ainda vinculado às relações de gênero, a mulher mãe como consumidora de drogas é mais passível de ser denunciada no Conselho Tutelar e comumente taxada de “negligente”, tendendo a perder a guarda dos filhos e até o poder familiar. A “separação de mães e bebês é, quase sempre, no discurso de nossas interlocutoras e nas decisões judiciais, fundamentada na garantia dos direitos e melhor interesse das crianças. Qual seria, afinal, o melhor interesse da criança nesses contextos” (CLINICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA, 2017, p. 23). Observa-se, no geral, desrespeito ao direito de convivência familiar, postulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A família, comumente passa por uma trajetória complexa até identificar um padrão de consumo prejudicial, que requisita ajuda externa ao grupo, no geral, acionamento de um serviço de saúde. Comumente, com baixo nível de informação e orientação, tende

a pressionar o/a consumidor(a) à internação “voluntária”, pois foi a resposta histórica predominante que o Estado ofereceu através do sistema jurídico e da política de saúde. Também figura no imaginário social como a “melhor atitude”, em função da hegemonia do paradigma proibicionista. Quando não há aceitação por parte d@ consumidor(a), então, pende para internações involuntárias, contra a vontade d@s usuário@s, ou apela para a internação compulsória, determinada pelo juiz, previstas na Lei nº 10.216/2001 (BRASIL, 2004).

O consumo de drogas está presente nas diferentes faixas etárias, mas, sobretudo a partir dos anos 1960, com os movimentos juvenis, principalmente a contracultura, nos Estados Unidos, há crescente associação entre juventude(s), consumo de drogas e rebeldia. As pesquisas vêm mostrando o consumo em idades cada vez mais precoce, e no Brasil, principalmente na ótica da Segurança Pública, é fortalecida a associação entre pobres, pretos, moradores de periferia e o tráfico e o consumo de drogas. Neste cenário, os jovens são crescentemente encarcerados e condenados por tráfico de drogas, sendo a maioria sem antecedentes criminais, tendo sido presos sozinhos, sem estarem vinculados à organização criminosa, como comumente é difundido no senso comum, como constata Luciana Boiteux (2014). Mesmo assim, tendem a ser tratados como pessoa de alta periculosidade e destituídos da condição de cidadania, sendo associados ao crime. Adolescentes nesse mesmo contexto, tendem a ser encaminhados para medidas socioeducativas, estando muito ato infracional associado ao consumo e até ao tráfico de drogas, mas, também à destituição de direitos, sobretudo à educação, pelos vários mecanismos que fomentam a desistência/evasão escolar, em idade precoce, sobretudo entre os pobres.

Autoras como Alba Zaluar (1992) mostra a duplicidade do sistema de ensino no Brasil. Um deles, voltado para a elite, que tem uma formação cultural geral, preparando as novas gerações para o comando. E a outra, destinada ao proletariado e aos pobres, visando a instrução técnica rudimentar e o preparo para o trabalho. Nesse contexto, as famílias pobres tendem a não acreditar no valor da educação e da escola como esfera da ascensão/mobilidade social, até por que não dialoga com a realidade do seu público alvo. Logo, a escola pública no Brasil, torna-se ex-cola, não cria vínculo com os pobres, seu público majoritário. Como também as políticas sociais públicas não investem em equipamentos como creches, nem esporte para todos. A sociabilidade das crianças e jovens pobres acaba sendo a rua, onde ficam expostos a variadas influências e envolvimento.

No Brasil, a indistinção entre usuário de drogas e traficante, e as recentes tentativas de distinguir um do outro, tem se mostrado pífiás. A definição de quem é traficante depende da avaliação subjetiva dos Juízes, o que os estudos mostram que tende a ter um trato racializado (ROSA; GUIMARÃES, 2020). Por outro lado, pela baixa escolaridade e pelo desemprego estrutural que predominam entre os jovens pobres, eles tendem a ser aliciados pelo tráfico, inclusive como mulas/aviões e em situação de batida policial, tendem

a ser apreendidos pois ganham mais visibilidade na cadeia do narcotráfico, sendo os mais expostos publicamente. Se forem consumidores de drogas e portarem uma quantidade mesmo que pequena para consumo próprio, ficarão à mercê de avaliações arbitrárias, que tendem a considerar seu local de residência e cor da pele. Ademais, mesmo que sejam um usuário com um padrão experimental ou recreativo, o risco de terem um tratamento padronizado como dependente e “bandido” é significativo. Assim, há visão estereotipada desse grupo e tratamento padronizado, no geral, pela via da segurança pública, comumente, a única política mais próxima desse segmento.

É comum a fragilização dos vínculos familiares, no contexto do consumo de spa, envolvendo desinformação, divergências/conflitos familiares, dificuldades de manejo da situação, violências, o que pode culminar na situação de rua, por iniciativa da própria pessoa consumidora ou da família, podendo ou não haver ruptura nas relações. Por exemplo, observou-se através da experiência do estágio obrigatório que subjacente ao consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes, havia a violência de gênero perpetrada por padrasto com relação à sua mãe, o que precipitou sua saída de casa para a rua e o envolvimento com o universo das drogas, situação que no geral fica invisível.

Historicamente, o trato do consumo e do tráfico de substâncias psicoativas esteve associado à política de segurança pública, sobretudo o aparato policial e à política de saúde, orientada pelo paradigma proibicionista, que nasceu nos Estados Unidos, associado às barreiras contra a migração e contra a população negra. É incorporada como política hegemônica, no século XX, por diversos países, inclusive o Brasil, orientadora das ações e coordenadas da Organização Mundial da Saúde. Como informa Maurício Fiore (2012, p. 09) o “proibicionismo é uma forma simplificada de classificar o paradigma que rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias”. Parte de duas premissas básicas: a proibição é indispensável para prevenir danos e, é a melhor forma do Estado criar barreiras e punir os produtores, vendedores e consumidores. Com isso, acaba focando no produto como se fosse um agente, implementando uma pedagogia do terror fundada na “guerra às drogas” e uma “sociedade livre das drogas”, o que culminou na criminalização do consumidor, na guerra contra pessoas.

No Brasil, a partir das políticas de combate ao HIV/AIDS, nos finais dos anos 80, que exigiu novas abordagens dos usuários de substâncias injetáveis, iniciam-se experiências baseadas na redução de danos, que aborda o consumidor como sujeito de direitos, na perspectiva de minimizar danos sociais à saúde associadas ao uso de substâncias psicoativas, sem prescrição médica. Apesar de tal abordagem ser alçada à condição de orientadora da política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas (2004), coexistiu com a perspectiva hegemônica proibicionista, reforçada pelas alterações na correlação de forças a partir de 2010, a qual vem desmontando toda arquitetura construída e orientada pela perspectiva de direitos humanos, remanicomalizando a atenção. Entretanto, é o paradigma da redução de danos que converge com o Projeto

Ético Político do Serviço Social, apesar de se observar no cotidiano assistencial, em parte significativa dos serviços, a tendência de predomínio do paradigma proibicionista, que fundamenta a leitura de realidade de muitos profissionais.

4 | CONVOCAÇÕES E CONEXÕES INTERSETORIAIS: APROXIMAÇÕES E TENSIONAMENTOS

Apesar dos desmontes impressos pela contrarreforma neoliberal, intensificados em 2016, com as conquistas dos movimentos sociais consignadas na Constituição Federal de 1988 e na legislação que regulamentou a Seguridade Social, as experiências desse frágil período de “consolidação democrática”, imprimiram novas tendências que ainda encontram-se em vigência e são estratégicos para o projeto de construção e alargamento da cidadania de novos sujeitos sociais, como no caso das pessoas consumidoras de substâncias psicoativas. O postulado da proteção social que reconhece @s usuáři@s das políticas públicas como ente indivisível, complexo e com múltiplas necessidades, impôs o imperativo da atenção integral, em contraponto às ações que fragmentam necessidades, sob a ideia da setorialidade. A intersetorialidade, entendida como uma ferramenta de gestão para produzir uma nova cultura, na direção da articulação entre setores sociais diversos, otimiza saberes e experiências em prol de objetivos comuns, requisitando pesquisa, planejamento e avaliação conjunta (PEREIRA, 2014). O que requer intensificação da comunicação, diálogo entre diferentes políticas e ações corresponsáveis, o que remete a níveis de gestão da macro política.

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersectorial, realizada em 2010, concretizou articulações intersectoriais e alguns avanços foram materializados sobretudo na aproximação entre o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social, através de duas publicações: Guia Estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas: Guia AD (BRASIL, 2015) e Orientações técnicas: atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas (2016).

Desde 1995, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, conjuntamente e com apoio da UNESCO e do UNICEF, vem envidando esforços através de ações que vinculam saúde e educação, focado na saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes, iniciado pelo programa Salto para ao futuro, transformado em 2005 no projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas (BRASIL, 2008), que estende sua abordagem ao consumo de substâncias psicoativas, fundamentado no paradigma da redução de danos, orientando-se portanto, para os direitos humanos e uma abordagem baseada em evidências científicas e uma pedagogia humanista.

Ademais, houve investimentos em pesquisas que retrataram a realidade do consumo

de substâncias psicoativas no Brasil. O Relatório brasileiro sobre drogas (SENAD, 2009b) circunscrito ao período 2001 a 2007 e a Pesquisa nacional sobre o uso de crack (FIOCRUZ, 2014) trazem importantes subsídios para conhecimento das múltiplas e complexas necessidades desse segmento. As pesquisas mostraram que, apesar de grave, não há no país uma epidemia do uso de crack e que o principal problema do país ainda é o consumo do álcool.

Entretanto, tais avanços não foram integralmente capilarizados, pois como avaliam Gonçalves e Albuquerque (2016, p. 213), a partir da experiência cearense, em Iguatu, as múltiplas necessidades de consumidores de spa ainda persistem como exclusivismo da saúde mental, o que é fomentado pela “cultura de encaminhamento, donde @s usuári@s e suas respectivas demandas são ‘encaminhadas’ frequentemente para outros serviços, desresponsabilizando aquela política social no primeiro atendimento e fragilizando a dimensão da intersetorialidade.”

No cotidiano assistencial, a partir dos micros processos de trabalho, observa-se que a intersetorialidade é muitas vezes compreendida pelo viés também do “jeitinho brasileiro”, de acionar a rede de amizades, sem que haja fluxos estabelecidos e definições claras de atribuições e de responsabilidades. Por sua vez, observa-se que a intersetorialidade se mostra mais efetiva com a interveniência da judicialização, quando operadores do direito, sobretudo Ministério Público e Defensoria, convocam representantes de todas as políticas para se sentarem e construírem coletivamente respostas conjuntas diante de um caso específico, construção que nem sempre se amplia para além da situação pontual. Raramente se constata a existência de fóruns ou espaços coletivos de discussão permanente entre as políticas no contexto piauiense. É comum se observar ainda, a dificuldade de diálogo até mesmo intrasetorial. No interior da própria Rede de Atenção Psicossocial, é comum se observar tensionamentos, por exemplo, em relação à População em Situação de Rua que, quando é encaminhada a um hospital geral, sem documento, pode ter seu acesso inviabilizado.

Como visto, o consumo de substâncias psicoativas tem muitas expressões intra e intersetoriais, que perpassam tanto a política de assistência social, de saúde e a arena sociojurídica, sendo transversal. Mas, também requer a inclusão sobretudo, da política de educação, profissionalização, emprego e renda, direitos humanos, habitação, cultura e lazer.

Apesar disso, os estudos indicam que predomina ainda o despreparo dos profissionais e tomadores de decisão em relação à matéria, muito impregnada pelo paradigma proibicionista, que foca na substância, no produto utilizado, com tendência à criminalização do seu consumidor e padronização da resposta, sobretudo com orientação ou encaminhamento para internação, prisão e destituição de direitos.

No geral, configura-se em qualquer política social o mesmo padrão: diante de um consumidor, pressuposto ou confirmado, a conduta dos profissionais é na orientação para

a abstinência ou internação, imperando o desconhecimento da estratégia de redução de danos. Diante do fato, é importante, o preparo dos profissionais e d@s estagiári@s para apropriar-se do manejo da pessoa nessas circunstâncias. Antes de qualquer orientação, criar vínculo com a pessoa, compreender seu contexto de vida, conhecer as funções que o consumo de drogas tem na vida daquele ser e procurar saber em que momento a pessoa se encontra entre os estágios da mudança, o que pode ser evidenciado através dos aportes fornecidos pela entrevista motivacional, consistindo em “um meio particular de ajudar as pessoas a reconhecer e fazer algo a respeito de seus problemas presentes ou potenciais” (MILLER; ROLLNICK, 2001, p. 61). Diante disso a formação profissional é instada a mudar, a focar no que está mais próximo e ao alcance d@ alunad@, que seria a recomposição da totalidade das manifestações sociais e, no caso em apreço, a redução de danos dá os fundamentos essenciais, não apenas para a questão do consumo de drogas, mas, para outros eventos que ensejem mudanças.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, as manifestações da questão social intermediadas pelo consumo prejudicial de álcool e outras drogas é transversal a vários campos de estágio e política social e enseja a intersetorialidade. Entretanto as articulações intersetoriais no cotidiano assistencial quando ocorrem é pelos micros processos de trabalho, sobretudo pela via do encaminhamento ou “jeitinho brasileiro” via acionamento das amizades, sem atingir o nível de gestão mais geral. Pensar o processo formativo a partir da intersetorialidade requer analisar os determinantes e a lógica institucional dos serviços que, como visto, tendem a se fundamentar no proibicionismo. Logo, a formação profissional tem que ser repensada, a partir do paradigma da redução de danos. No caso específico do direcionamento da disciplina Seminário de Prática I, indaga se a questão mais importante é somente o foco na intersetorialidade, ou na recomposição da transversalidade das múltiplas necessidades sociais apresentadas no cotidiano da atenção para @s usuári@s dos serviços, que trazem constitutivamente as convocações de ações integrais, para além da demanda imediata.

REFERÊNCIAS

BOITEUX, L. Drogas e cárcere: repressão às drogas, aumento da população penitenciária brasileira e alternativas. In: SHECAIRA, S.S. (Org.). **Drogas: uma nova perspectiva**. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasil: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Saúde e Prevenção nas Escolas**. Atitude pra curtir a vida. Guia para a formação de profissionais de saúde e educação. Brasil: Ministério da Saúde/Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**: princípios e diretrizes. Brasil: Ministério da Saúde, 2009a.

BRASIL. Secretaria Nacional sobre drogas. **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Brasília: SENAD, 2009b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas**: Guia AD. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações técnicas**: atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas. Brasília: MDS, 2016.

CLINICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA. **Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo**: Relatório de pesquisa. São Paulo: Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, 2017.

FIOCRUZ. **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

IORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **NOVOS ESTUDOS** 92 II MARÇO 2012, p.9-21

GONÇALVES, A.M.; ALBUQUERQUE, C.S. Guia de conclusões: Desafios para a atenção integral e intersectorial aos/às usuários/as de drogas e suas famílias. In: GONÇALVES, A.M.; ALBUQUERQUE, C.S. **Drogas e proteção social**: os desafios da intersectorialidade. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016, p. 211-224.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

MILLER, W.R.; ROLLNICK, S. **Entrevista motivacional**: preparando as pessoas para a mudança de comportamentos adictivos. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

PEREIRA, P. A. A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. In: MONNERAT, G.L. (et. all., (Org.)). **A intersectorialidade na agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

PEREIRA, S.L. B. **Intersectorialidade na política de saúde mental**: uma análise a partir das articulações tecidas pelos/as assistentes sociais nas redes intersectoriais. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2018.

ROSA, L.C.S.; ALVES, T.M. "E quando são elas? Interfaces entre saúde mental, substâncias psicoativas e gênero. **Gênero**. Niterói, v. 13, n.2, p.109-125, 1.sem. 2013.

ROSA, L.C.S.; GUIMARÃES, T.M.A.A. O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista. **Revista em Pauta**, v. 18, p. 27-43, 2020.

TERESINA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2007.

ZALUAR, A (Org.). **Violência e educação**. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.

TRABALHADORES (AS) DA SAÚDE E DESGASTE NO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA COVID-19 NO SERTÃO DA PARAÍBA

Data de aceite: 01/08/2022

Reginaldo Pereira França Junior

Maria da Conceição Silva Félix

Cleonice Peixoto Alves

Ivanyr Nayara Mascena Veras,

Letícia Bandeira Matias de Oliveira,

Lavínia Gabriela Oliveira de Almeida,

Maria Carla Laiane Gabriel Alexandre

Moisés Elias Casimiro

Rayane Abrantes de Sousa

RESUMO: O referido capítulo teve como base de discussões uma pesquisa realizada com a finalidade de investigar a possível incidência de adoecimento mental no trabalho dos(as) trabalhadores(as) em três hospitais referência no enfrentamento à Covid-19 no sertão da Paraíba, em 2021. Nossa preocupação voltou-se para identificar as possíveis relações da pressão exercida pela pandemia aos profissionais considerados “linha de frente”. Desse modo, utilizamos o método quanti-qualitativo, sustentado pelo materialismo dialético, bem como a aplicação de um questionário socioeconômico e o SRQ-20 (Self-Reporting Questionnaire), e suas respostas foram classificadas pela escala Likert, como forma de buscar compreender a presença de adoecimento mental no espaço de trabalho.

Muito embora não tenha sido identificado quadros de adoecimento mental, há que se considerar a necessidade de efetivo suporte em saúde mental aos(às) trabalhadores(as), uma vez que determinados elementos encontrados na pesquisa devem ser associados às condições de trabalho. Como resultados desta pesquisa pode-se concluir que há uma tendência ao adoecimento nos espaços de trabalho e que acabam se intensificando no contexto da pandemia fazendo com que o trabalho tenha impactos negativos na qualidade de vida do(a) trabalhador(a). Buscamos contribuir para o debate acerca da saúde mental dos(as) trabalhadores(as) no contexto pandêmico, e compreender como a lógica de produtividade está incorporada a isso.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Saúde do Trabalhador(a); Saúde Mental; Covid-19.

ABSTRACT: This chapter was based on discussions on a survey carried out with the purpose of investigating the possible incidence of mental illness at work of workers in three reference hospitals in the fight against Covid-19 in the hinterland of Paraíba, in 2021. Our concern turned to identifying the possible relationships of the pressure exerted by the pandemic on professionals considered “front line”. Thus, we used the quantitative-qualitative method, supported by dialectical materialism, as well as the application of a socioeconomic questionnaire and the SRQ-20 (Self-Reporting Questionnaire), and their answers were classified by the Likert scale, as a way of seeking to understand the presence of mental illness in the workspace. Although no cases of mental illness were identified, the need

for effective mental health support for workers must be considered, since certain elements found in the research must be associated with working conditions. As a result of this research, it can be concluded that there is a tendency towards illness in work spaces and that they end up intensifying in the context of the pandemic, causing work to have negative impacts on the worker's quality of life. We seek to contribute to the debate about the mental health of workers in the pandemic context, and to understand how the logic of productivity is incorporated into it. **KEYWORDS:** Trabalho; Saúde do Trabalhador(a); Saúde Mental; Covid-19.

INTRODUÇÃO

A saúde mental no campo dos processos de trabalho é algo que cotidianamente precisa ser refletido. Com a chegada de um cenário de pandemia mundial, houve a necessidade de intensificar a atenção sobre esses problemas. As discussões aqui presentes são frutos do projeto de pesquisa intitulado “COVID-19 e Saúde Mental dos Trabalhadores(as): expressões e repercussões frente aos processos de trabalho na atenção hospitalar no sertão da Paraíba”, que buscou refletir e discutir a respeito da incidência de adoecimento aos/as trabalhadores(as) da saúde, particularmente ao que diz respeito ao adoecimento mental, levando em consideração o contexto pandêmico é algo necessário e pertinente.

Assim, a pesquisa se mostrou evidente mesmo que diante de uma delicada situação de condições que podem e/ou sugerem processos de adoecimento mental nestes profissionais que atuaram na chamada “linha de frente” no combate a Covid-19 nos três hospitais que foram base da pesquisa. Um dos fatores que levaram a esse resultado, foi que o acesso aos trabalhadores(as) ocorreu no momento em que o avanço da doença já experimentava um influxo. Por outro lado, segundo Sato; Bernardo (2005), esse grau não muito alarmante de adoecimento mental “[...]não indica necessariamente sua baixa frequência na população trabalhadora[...]”, pois segundo os mesmos o que se apresenta é a “[...] dificuldade dos envolvidos em reconhecerem o trabalho enquanto causador de problemas de saúde mental” (SATO; BERNARDO, 2005).

Contudo, tais profissionais possivelmente apresentam sim, sinais de adoecimento mental, devido às implicações na ampliação das suas jornadas de trabalho, a presença do fator medo do contágio e também o contato direto com a morte tanto em pacientes como em colegas de trabalho, ainda é possível destacar a falta de recursos para o combate ao avanço da pandemia, além da escassez de leitos de UTI para internações dos pacientes que contraíram o vírus e a precarização dos serviços prestados em seu ambiente de trabalho.

PERCURSO METODOLÓGICO

Visando atingir os objetivos, essa pesquisa se constituiu de natureza explicativa, partindo da essência do real, evidenciando pelo seu objetivo de desvelar a realidade pesquisada. Com vistas apropriar-se do objeto que ora estudamos, utilizamos como recurso

metodológico a pesquisa bibliográfica, de caráter quanti-qualitativo, objetivando favorecer um arcabouço teórico-metodológico de compreensão do objeto de pesquisa. A despeito dos materiais analisados, tratou-se de uma escolha previamente definida, logo intencional e não probabilística, o que não impossibilitou ao pesquisador incorporar outros materiais ou até mesmo excluir os existentes, visando atender o movimento empreendido na pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1999).

A investigação se deu por meio de pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (2007), tal método trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, uma vez que, a preocupação com base neste tipo de pesquisa, nos leva a compreender a realidade concreta, visando entender quais os impactos causados pela intensificação do trabalho das equipes de saúde frente à pandemia da COVID-19.

Em relação aos métodos empregados para consecução desta pesquisa, destacamos que utilizamos dois questionários que foram respondidos na modalidade *online*¹ 42 (quarenta e dois) trabalhadores(as) de três serviços terciários² de saúde de referência no atendimento à pacientes com quadros graves de COVID-19 na região do sertão paraibano, no período de agosto de 2020 a agosto de 2021. A população da pesquisa participou de forma espontânea, a partir da disponibilização de uma plataforma para este fim, e sua divulgação foi toda online.

Utilizamos como escala para compreender o adoecimento mental dos(as) trabalhadores(as), o SRQ-20 (*Self-Reporting Questionnaire*), validado por (HARDING et al, 1980), e adaptado e revalidado no Brasil, conforme destaca (GONÇALVES; KAPCIZINSK; STEIN, 2008). Este instrumento de fácil resposta é destinado para localizar a prevalência de transtornos mentais comuns, sendo muito utilizado junto a pacientes e trabalhadores(as).

Cabe destacar que não se trata de uma Escala para fins diagnósticos em saúde mental, pois seu uso refere-se tão somente para mapear e articular às demais respostas como forma de traçar elementos para debate e proposições futuras em políticas locais para saúde do(a) trabalhador(a). O SRQ-20 possui 20 questões objetivas, em que o(a) entrevistado(a), marcou o algoritmo 1 para sim e 0 para não e sua mensuração dar-se-á a partir da utilização da escala Likert (CLASON; DORMODY, 1994). Associado ao SRQ-20, a pesquisa aplicará um questionário socioeconômico, contendo 10(dez) questões fechadas, relacionadas às condições sociais, entendidas como elementos multifatoriais, dentre eles, destacamos os dados socioeconômicos, que possibilitam traçar o perfil destes(as) trabalhadores(as), conforme argumenta (BORGES, et al, 2013).

Com relação às determinações éticas³, esta pesquisa aplicou TCLE⁴, antecedido pelas informações sobre os objetivos do estudo na página inicial dos formulários *On-line*,

1 Utilizaremos a plataforma gratuita Google Forms OnLine.

2 Dois hospitais estaduais e um federal, administrado pela EBSERH.

3 Projeto avaliado pelo CEP/HUAC/UFCG, sob protocolo CAAE 32316720.5.0000.5182, cuja aprovação foi emitida pelo Parecer Consubstanciado de número **4.832.205**.

4 Versão On-line, alocada no Google Forms e antecederá às respostas ao questionário.

sendo que para tal, o sujeito da pesquisa aceitando os termos da pesquisa, assinalou em campo específico sua participação na pesquisa no referido formulário, dado como de acordo com as questões éticas à pesquisa inerentes. Como base ético-legal, essa pesquisa atendeu integralmente às determinações constantes na Resolução 510/2016, que dispõe das questões éticas em pesquisa envolvendo seres humanos na área de ciências humanas e sociais, a fim de resguardar todos os direitos inalienáveis dos sujeitos da pesquisa, bem como resguardando o princípio da dignidade da pessoa humana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No cenário da explosão dos casos de COVID-19 no Brasil, adequado ao momento excepcional que vivenciamos, emergiu a concepção desta pesquisa, a fim de possibilitar a qualificação do debate do problema do adoecimento dos(as) trabalhadores(as) frente aos processos de trabalho que, exacerbado pela pandemia, pode causar a intensificação do adoecimento mental nos espaços de trabalho. É neste cenário que emerge a relevância desta pesquisa, a fim de contribuir para o conhecimento da realidade e a proposição de linhas de enfrentamento a partir das políticas públicas afetas à saúde do(a) trabalhador(a) e as demais correlatas.

Neste sentido, a pesquisa se coloca frente às necessidades dos(as) trabalhadores(as) de saúde em contato direto com a rede de assistência à saúde à pacientes com quadros graves da COVID-19 internados nos serviços hospitalares de alta complexidade, com especial atenção aos processos de adoecimento mental decorrentes da natureza de seus processos de trabalho que, intensificado pelo ritmo imposto pela pandemia, pelas já conhecidas condições precárias de trabalho, associado às baixas remunerações, além das questões de riscos afetos à contaminação, que também produzem impactos no âmbito da saúde mental destes(as) trabalhadores(as). Passamos, a seguir, a apresentação dos dados socioeconômicos e ao SRQ coletados na pesquisa.

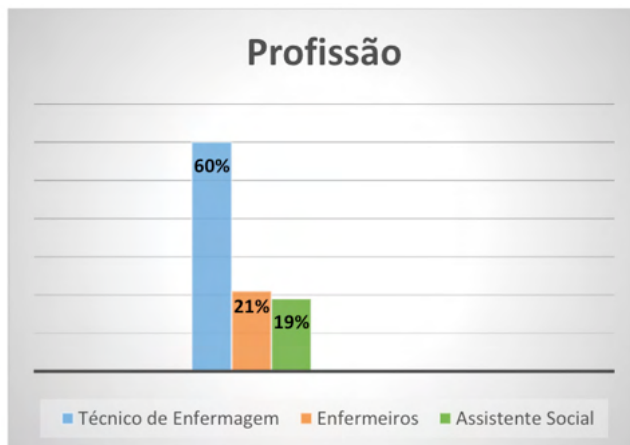


Gráfico 1 - Profissão

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

O gráfico 1 apresenta o percentual de profissionais que responderam ao questionário da pesquisa, ficando delineado um considerado contingente de Técnicos(as) de Enfermagem⁵, contando com 60% (sessenta por cento) da força de trabalho, seguido de 21% de Enfermeiras(os) e 19% de Assistentes Sociais.

Segundo dados do Conselho Federal de Enfermagem⁶, a categoria de profissionais de Enfermagem (Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem), compõem a maior força de trabalho da saúde no Brasil, com 1.804.535 profissionais habilitados, figurando-se como uma profissão majoritariamente feminina, com 85,4% da força de trabalho. Dados do Conselho Federal de Serviço Social⁷, informam que atualmente cerca de 200 mil assistentes sociais compõem a força de trabalho ativa da profissão, sendo uma profissão majoritariamente feminina, contando com mais de 90% de presença de mulheres em seus quadros.

Para compreender a presença de assistentes sociais e profissionais da enfermagem na saúde, recorreremos aos dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES)⁸, demonstraram que haviam 33.879 (trinta e três mil oitocentos e setenta e nove) vínculos de assistentes sociais na saúde em dezembro de 2019, saltando para 37.055 (trinta e sete mil e cinquenta e cinco) contratos em junho de 2021. Esse aumento de 8,51% sugere que, em razão da expansão de leitos de UTI, enfermarias e serviços exclusivos para atendimento das demandas de Covid-19, houve um conseqüente incremento nas contratações destes(as) profissionais a nível de Brasil.

Já os profissionais de enfermagem, com destaque aos(às) enfermeiros(as),

5 Os dados de contratos de Técnicos(as) de Enfermagem não estavam disponíveis para consulta

6 <http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/pdfs/relatoriofinal.pdf>

7 <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>

8 <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/prid02br> . Acesso em: 02 Abr. 2022.

estes(as) contavam, em dezembro de 2019, com 214.108 (duzentos e catorze mil cento e oito), contavam com profissionais registrados e vinculados à estabelecimentos de saúde no Brasil. Em junho de 2020, com a pandemia em curso e com contaminação comunitária já disseminada, os contratos destes profissionais registraram 231.491 (duzentos e trinta e um mil quatrocentos e noventa e um) enfermeiros(as), seguindo média de incremento desta força de trabalho em dezembro de 2020, contando, nesta data, com 245.716 (duzentos e quarenta e cinco mil setecentos e dezesseis). Por fim, em junho de 2021, os(as) enfermeiros com regime de contrato nos estabelecimentos SUS contava com 267.423 (duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e vinte e três) contratos ativos na base de dados do CNES.

Os dados demonstram o incremento considerável nos contratos de trabalho no SUS, depreendendo de que este processo se deu em razão da explosão de casos de contaminação e internação em decorrência da pandemia, demonstrando de modo fático, que o implemento de leitos em enfermarias e UTIs, demandaram um considerável reforço nas contratações destes profissionais.

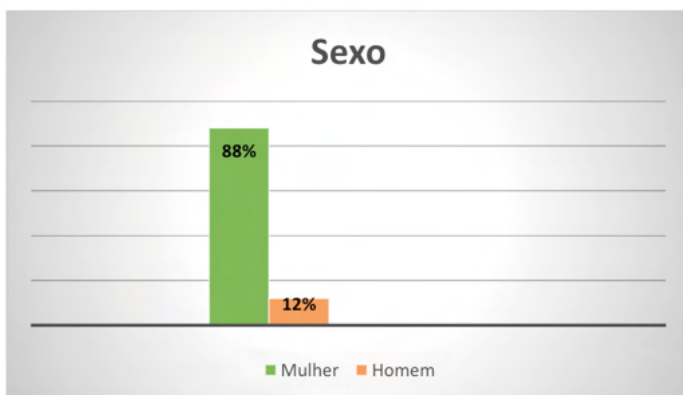


Gráfico 2- Sexo

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

Podemos analisar mediante pesquisa realizada com os profissionais da saúde ocupados no setor público no sertão da Paraíba que a presença das mulheres compõe a principal força de trabalho na linha de frente do combate da (COVID-19), ficando claro que a ocupação de postos de trabalho pelas mulheres no setor representa 88% dos contratos, enquanto que os homens compõem 12% dos profissionais. Os dados da Anesp (2020) o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), demonstram uma predominância das mulheres na força de trabalho da saúde e, por conseguinte, na linha de frente do combate à Covid-19, destacando que em nível global, cerca de 70% das equipes de trabalho em saúde são compostas por mulheres, incluindo, além de médicas, enfermeiras, assistentes

sociais, parteiras e trabalhadoras de saúde da comunidade.

Segundo Cisne (2012, p. 05)

A sociedade, em todas as épocas, seja por meio dos seus aparelhos que propagam ideologias, seja através de mídias sonoras e visuais, busca transmitir a imagem da mulher como um sexo frágil, um indivíduo que necessita de cuidados, um ser inferior que necessita de um dono, alguém que a instrua. Isto se deve muito a alguns valores e crenças herdados erroneamente de um período conhecido como patriarcado.

Assim, sua condição de gênero impõe uma desigualdade estrutural, reforçada pelo modelo patriarcal do qual o capital se serve (e mantém), a fim de tentar consolidar essa distinção de gênero nos postos de trabalho e conseqüentemente na remuneração e condições de trabalho.

Apesar do crescimento significativo das mulheres no mercado de trabalho em espaços onde há uma grande precarização persiste o paradigma do patriarcado da remuneração referente ao trabalho feminino ao quantitativo do masculino e esse crescimento significativo não pode e não deve ser entendidos qualitativamente, visto que as mulheres não dispõem das mesmas condições de trabalho, salário, ocupação de postos de comando, etc. Vale ressaltar que mesmo com as profundas diferenças de condições de trabalho, há uma predominância de mulheres no mercado de trabalho em tempo parcial ou integral.

No modelo anacrônico do patriarcado, há uma estrutura que considera que os homens não estão aptos a trabalharem com áreas do cuidado como, saúde por não serem trabalhos masculinos, o que vai reafirmar, mediado pelas forças de produção do capital, uma divisão sexual do trabalho, que além dessa determinação de gênero, impõe outras inúmeras determinações sociais às mulheres dentro e fora do mercado de trabalho. No capitalismo, para atender suas constantes necessidades de reprodução, há um alargamento da domesticação para e no trabalho, a fim de garantir o incremento da taxa de lucros e, conseqüentemente uma profunda demarcação de gênero.

Assim,

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 109).

Conforme salienta Cisne (2012, p. 04) “[...] é imprescindível observar gênero a partir da contradição capital/trabalho, como também as classes que a determinam, pois ela seria o foco das desigualdades sociais”. Deste modo continua a argumentação da autora, “Torna-se então crucial relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades vinculadas a classe trabalhadora”. (IDEM, p. 04). Sendo assim, torna-se destaque às condições de existência das mulheres no cenário em que a crise capitalista

se aprofunda em uma espiral, aprofundando o conservadorismo e ao mesmo tempo submetendo as mulheres a condições precárias de existência sob o signo da acumulação.

A afirmação da autora demonstra que a partir do século XXI o trabalho feminino vem ganhando uma dimensão na sociedade brasileira, dessa forma, contribuindo para o crescimento da igualdade profissional de gênero, mas ainda é imprescindível compreender essa dimensão no cenário do capitalismo, uma vez que este não se vincula às necessidades humanas diretamente, e sim serve à acumulação. Nessa pesquisa, a flagrante distinção de gênero não é para ser entendida como atributos e funções diferentes, devido a inter-relações entre os sexos, mas para compreender o papel que historicamente é atribuído à mulher na divisão sexual do trabalho e o setor saúde não está imune à esta reprodução.

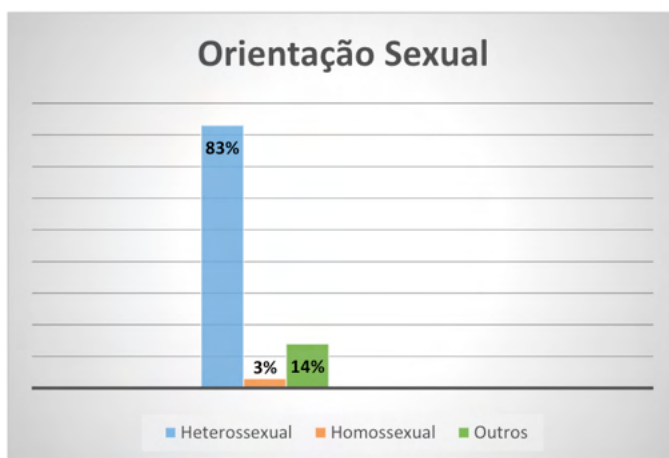


Gráfico 3 – Orientação sexual

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

Conforme dados da pesquisa, 83% dos(as) trabalhadores(as) se declaram heterossexuais, em relação a 3% de homossexuais e 14% que classificam como outros, que incluem identidade de gênero, ou seja, pessoas trans, cisgênero e não-binária, demonstrando uma presença marcante de profissionais autodeclarados heterossexuais.

Mas, o que é orientação sexual? Existe um consenso entre os antropólogos de que é a identidade que se atribui a alguém em função da direção de sua conduta ou atração sexual. Se essa conduta ou atração se dirige a alguém do mesmo sexo, denomina-se orientação sexual homossexual; se, ao contrário, a alguém de sexo oposto, denomina-se heterossexual; se pelos dois sexos, de bissexual.

A categoria outros, pode encaixar pessoas que se consideram cisgênero, transgênero, intersexuais, assexuais e travestis, o que impõe socialmente um preconceito ainda maior, ao desqualificar o processo de trabalho do sujeito simplesmente pela sua

orientação ou identidade de gênero. Importante destacar que o recorte sobre a identidade/ orientação de gênero determina um aprofundamento das condições de trabalho, salariais e de existência.

Oliveira et al. (2019) relatam que as regressões salariais documentaram rendimentos mais baixos para os homossexuais, mas mostraram repetidamente maiores rendimentos para as lésbicas, o que aponta a existência de suposta *diferença* salarial comparativa mesmo que pequena, das lésbicas em relação às mulheres heterossexuais, por exemplo:

Se faz apropriado analisar essa questão da relação entre a orientação sexual e a desigualdade em termos de remuneração, uma vez que o mercado de trabalho parece remunerar com base na orientação sexual dos indivíduos, o que pode denotar a existência de discriminação em função da orientação sexual; que, segundo Rios (2001), no direito brasileiro, fere o princípio constitucional da igualdade (OLIVEIRA et al., 2019, p. 2).

Há uma discriminação contra homossexuais na vida social e claro, no trabalho, visto sua indissociabilidade, demonstrando que o preconceito e a discriminação estão presentes na sociedade por meio de um machismo profundamente enraizado, que se (re)produz no modelo de apropriação da força de trabalho no capitalismo.

Assim,

A transfobia se soma à discriminação na base da orientação sexual. A *lesbofobia*, a *homofobia* e a *bifobia* são expressões discriminatórias e opressoras contra lésbicas, gays e bissexuais, respectivamente. Ambientes de trabalho LGBTQIA+fóbicos são nocivos e aumentam a pressão sobre trabalhadores LGBTQIA+ (FERNANDES, 2020, p. 65).

Diante do exposto é possível entender que pessoas homossexuais tendem a não relatar sua orientação sexual no mercado de trabalho por conta de risco de discriminação, rebaixamento de salário ou mesmo o assédio moral. A composição massiva de trabalhadores dos serviços de saúde do sertão da Paraíba que se declararam heterossexuais torna-se importante elemento para uma pesquisa vindoura acerca da temática, objetivando assim, desvelar essa importante realidade que vai relacionar a orientação/identidade de gênero ao trabalho nestes serviços.

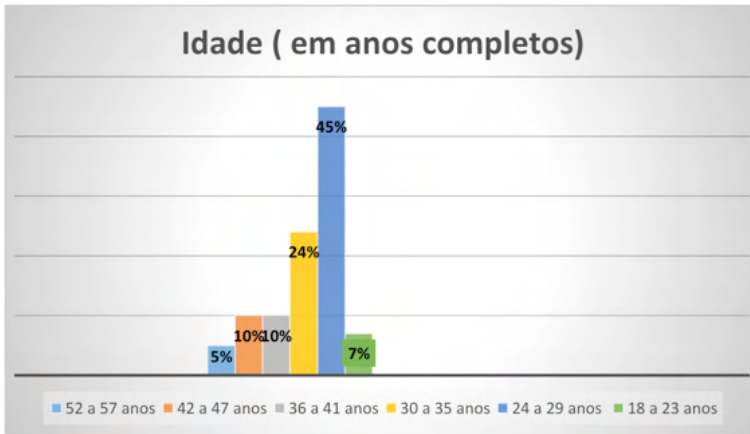


Gráfico 4 - Idade

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

Podemos observar uma predominância de um grupo mais jovem de profissionais da saúde inserido no mercado de trabalho, o qual se concentra 7% de trabalhadores (as) com idade entre 18 a 23 anos, 45% de trabalhadores(as) entre 24 a 29 anos, 24% de trabalhadores(as) entre 30 a 35 anos, 10% de trabalhadores(as) entre 36 a 41 anos, 10% de trabalhadores(as) entre 42 a 47 anos, 5% de trabalhadores(as) entre 52 a 57 anos.

Conforme Corseuil; Poloponsky e Franca (2020, p.11) o “Brasil passou por transformações importantes a partir de 2015, que tiveram impactos fortes no mercado de trabalho e que apresentam implicações significativas para a inserção dos jovens em termos quantitativos e qualitativos[...]” e este cenário de profundas mudanças demonstram o ritmo acentuado de mutação do capitalismo na gestão da força de trabalho, considerando a permanência de uma crise capitalista recorrente.

Devido às profundas e agudas crises do capital e sua determinação no mercado de trabalho, os jovens têm cada vez mais acentuada a necessidade de qualificação para atender as *exigências* do mercado, como também a transição entre escola e trabalho. A composição média da força de trabalho nos serviços de saúde que atendem demandas da Covid-19 no sertão da Paraíba, se assemelha ao ritmo de empregabilidade de jovens no mercado de trabalho e, com a explosão dos casos de Covid-19, a necessidade de recomposição da força de trabalho no setor seguiu aumentada, tendo em vista a ampliação de leitos de UTI e enfermaria para atendimento das necessidades decorrentes da contaminação.

Dados do CNES de 2021, demonstram um importante incremento nas contratações do setor saúde, haja visto a expansão dos leitos, mas isso não se relaciona diretamente com boas condições de trabalho, salário suficiente e contratos sustentados em regimes que garantam direitos trabalhistas. Neste cenário, a presença da força de trabalho de jovens

adultos na chamada idade produtiva, representa, nesta pesquisa, a mais representativa em percentual, tendo em vista a necessidade de composição das equipes de saúde, o que se relaciona diretamente com o processo de qualificação para o trabalho desta população.

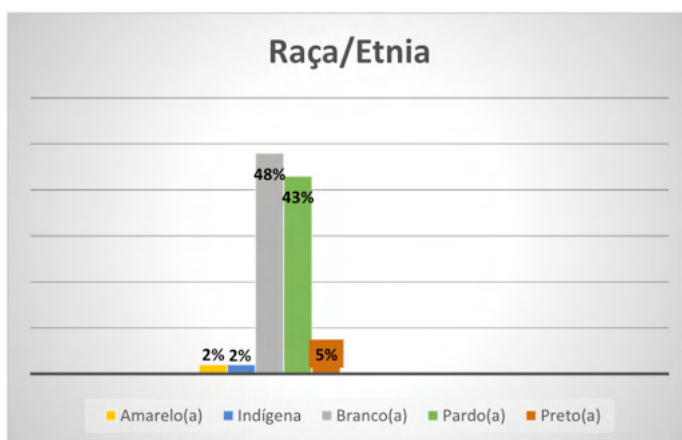


Gráfico 5- Raça/Etnia

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

Independentemente do histórico de heterogeneidade étnica de formação do povo brasileiro, o quantitativo de profissionais brancos(as) apresentou-se estatisticamente superior. Isso mostrou a presença da hierarquização racial da população em que negros e indígenas apresentam-se em minoria. Tais desigualdades possuem raízes intrínsecas ao processo de colonização brasileira, determinado pelo período escravocrata que perdurou até o final do século XIX. Por essa determinação é possível identificar inúmeras desigualdades no mercado de trabalho, que repercutem no perfil ocupacional dos(as) profissionais de saúde na assistência hospitalar no sertão da Paraíba.

Essa perpetuação do racismo estrutural instaurou na sociedade brasileira o estigma de raças naturalmente superiores, expandindo cada vez mais o abismo existente entre os grupos sociais que se expressam na falta de oportunidades igualitárias. Segundo Munanga (2004, Apud ROSELINO, 2015, p. 105):

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Embora exista uma forte presença do caráter histórico na construção das desigualdades étnico-raciais no mercado de trabalho, é necessário observar os mecanismos contemporâneos que contribuem para a manutenção dessas desigualdades, e é inegável

que o modelo capitalista de exploração da força de trabalho acentua, bem como imprime outros contornos à estrutura do racismo. “Assim, nessa perspectiva, a questão racial não assume importância e não aparece como estruturante na formação social, sendo negado o papel da raça na geração das desigualdades sociais” (MADEIRA, p.23, 2017).

Na pesquisa, 43% dos(as) trabalhadores(as), se autodeclararam pardas, por esse ângulo, nota-se que a população parda compartilha de uma situação socioeconômica semelhante à dos negros(as), mas historicamente sofrendo menos discriminação do que esse grupo. Nessa perspectiva, tal explicação desvenda esse entendimento de acordo com as autoras, uma vez que “O foco sobre as experiências e as percepções dos pardos permite analisar questões relacionadas tanto com a classificação racial quanto com a mensuração da discriminação a partir de uma perspectiva ainda pouco explorada” (SILVA e LEÃO, p.03, 2012).

Todavia, a predominância branca (48%), ressaltou os níveis de desigualdade existentes em nosso país, de modo que a população que menos sofre os impactos das desigualdades sociais historicamente são os autodeclarados brancos(as). Isso repercute não somente no âmbito profissional, mas nas diversas esferas sociais, facilitando o acesso à moradia, saúde, educação, lazer e, por conseguinte, maior facilidade para adentrar no mercado de trabalho.

Portanto, é perceptível que os processos históricos que culminaram a formação brasileira, perpetuam no quadro atual, recaindo sobre as parcelas mais vulneráveis da sociedade, a partir dos traços de discriminação, consolidando a relação de hierarquização entre classe/raça/gênero.

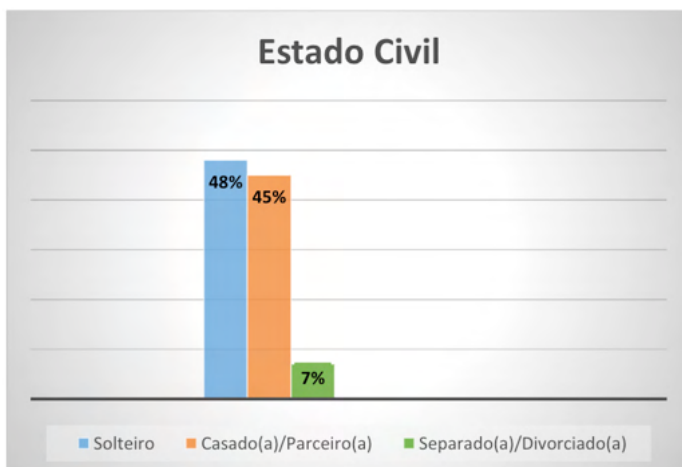


Gráfico 6- Estado Civil

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

Dos(as) profissionais de saúde entrevistados(as), houve uma predominância na classificação casado(a)/parceiro(a) (45,2%), no entanto, a maioria apresentou-se como solteiros (48,0%). Depreende-se que essa maioria solteira é composta por jovens (Gráfico 04) que recentemente adentraram ao mercado de trabalho, alguns deles tiveram que antecipar o seu ingresso no mercado de trabalho, devido a pandemia de Covid-19, tal hipótese baseia-se na análise do gráfico 4 (Idade em anos completos), que apresentou uma maioria significativa de jovens de 24 a 29 anos.

Esses jovens iniciaram sua vida profissional em um cenário caótico, muitas vezes trabalhando em condições precárias. A necessidade de mais profissionais para atenderem as demandas hospitalares, fez com que universidades e escolas técnicas emitissem diplomas e certificados mais rapidamente, para que esses novos profissionais iniciassem suas atuações e contribuíssem nos atendimentos às vítimas do Coronavírus.

Não obstante a tudo isso, 45,2% são casados(as), e, de acordo com o Gráfico⁹o 2 (Sexo), as mulheres são a maioria entre o(a)s profissionais entrevistado(a)s. As implicações sofridas por elas têm grande relevância em suas experiências pessoais e profissionais, pois, além de desempenharem suas funções em ambientes por vezes insalubres, ainda exercem a jornada de trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, ademais, em alguns casos específicos, é possível encontrar a mulher como “chefe” de família, sendo responsável por prover o sustento familiar.

Assim,

[...] o caráter relacional e histórico das construções sociais sobre os sexos implica em considerar que as significações atribuídas ao masculino e ao feminino são desenvolvidas nas interfaces das relações sociais mais amplas, o que remete a uma mediação com outras dimensões, como as de classe, etnia e geração” (CISNE, p.116, 2004)

Esse estigma do cuidado recai sobre as mulheres devido a associação feminina aos trabalhos domésticos, isso ocorre mediante o espaço histórico onde a mulher por muito tempo foi privada de desempenhar atividades em espaços públicos, reduzindo suas atuações à esfera doméstica. Apesar das conquistas e da ampliação de seu espaço ocupacional, o trabalho feminino ainda é marcado por desigualdades e preconceitos, de modo que a dupla atuação é naturalizada pela sociedade, dessa forma a atividade doméstica é tomada como função natural das mulheres.

9 C.f. pág. 9

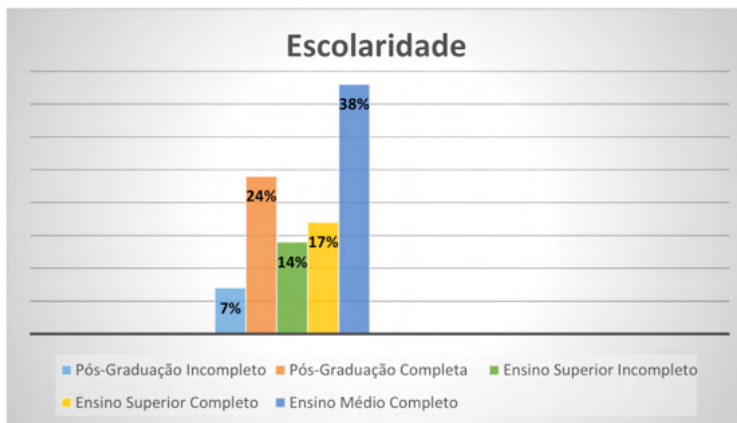


Gráfico 7- Escolaridade

Fonte: Aatoria própria (2022)

A capacitação profissional encontra-se intimamente mediada ao processo de empregabilidade, de forma que aqueles que não apresentam maiores habilidades e requisitos mantêm-se vulneráveis às fragilidades dos vínculos empregatícios no seio do capitalismo. No Gráfico 7 (Escolaridade)¹⁰ é perceptível a predominância de profissionais que tem apenas o ensino médio completo, unindo essa análise ao gráfico 10 (regime de trabalho na instituição), depreende-se que a grande maioria se encontra em situação de regime de contratação (codificado), de forma que não apresentam as mesmas garantias de direitos trabalhistas dos demais.

Assim, de acordo com Ricardo Antunes:

Essa nova morfologia agrega as variações de precarização capazes de reduzir, ainda mais, os custos do trabalho, como por exemplo: o empreendedorismo, o cooperativismo induzido, a terceirização e a quarteirização, a subcontratação, o trabalho domiciliar, ou seja, as diferentes estratégias de expropriação dos direitos do trabalho (ANTUNES, 2005 apud RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2013, p. 719).

A contemporaneidade capitalista produz grande ênfase na importância da educação, esse destaque destinado à educação origina-se no somatório de demandas sobre a eficiência da força de trabalho, contendo um caráter seletivo e fragmentário. Essas demandas associam-se cada vez mais a necessidade do conteúdo social do qual o trabalho é legatário, acentuando um tipo de trabalho de mutila e dilacera seus sentidos, estabelecendo uma relação direta entre o aumento da produção requerida pelo capital e o tempo necessário para produção de coisas.

¹⁰ C.f. pág. 17

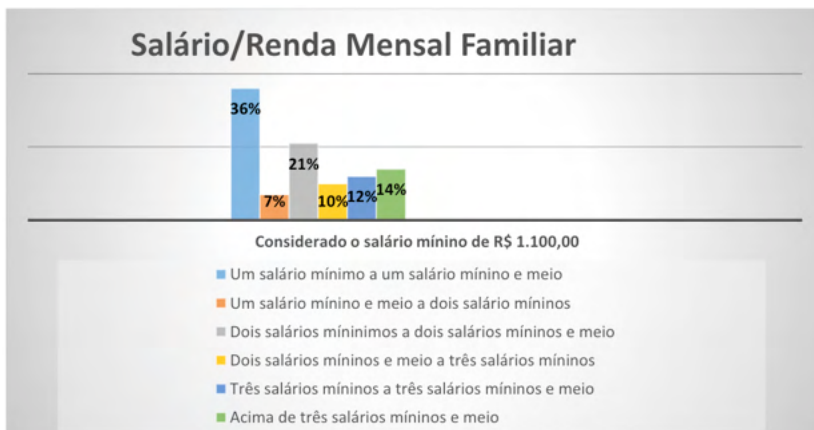


Gráfico 8- Salário/Renda Mensal Familiar

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

Na pesquisa apontam que 36% dos entrevistados recebem um salário mínimo a um salário mínimo e meio, perfazendo à época da pesquisa um rendimento de R\$1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais), demonstrando que os(as) trabalhadores(as) da área da saúde não possuem uma remuneração que atenda às necessidades mais essenciais, empurrando trabalhadores(as) para múltiplos vínculos para atenderem suas necessidades de reprodução social. A baixa remuneração, ou chamada pelos apoletas do capital gestores de salário de mercado, representa o alargamento da precarização dos contratos e demonstra que mesmo sendo profissões de suma importância, seu reconhecimento salarial mediante as atribuições agudizadas pela pandemia não é devidamente reconhecido.

Apenas 21% dos(as) trabalhadores(as) recebem dois salários mínimos a dois salários mínimos e meio, estimado em aproximadamente em R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais), não possibilitando o atendimento de todas as necessidades essenciais do trabalhador(a), uma que a economia brasileira está seguindo um caminho de inflação que corrói o poder de compra do trabalhador, se traduzindo em constantes aumentos de preços de alimentos, combustíveis e dos meios básicos de sobrevivência.

Após as análises, foi perceptível que os(as) profissionais ligados diretamente a área da saúde não são remunerados como realmente deveriam ser, de modo que o poder aquisitivo do trabalhador torna-se cada vez menor, ademais, é importante ressaltar que o ambiente de trabalho onde os(as) profissionais se encontram já era caracterizado pelas condições precarizadas de trabalho e com o surgimento da pandemia esse problema intensificou-se ainda mais, em razão disso, houve o aumento de casos de depressão, ansiedade e estresse, o que contribui com o desgaste advindo da má remuneração e do excesso de jornada de trabalho, que posteriormente manifesta-se em por meio de problemas na vida do trabalhador(a).

A busca acelerada de valorização do capital expõe os trabalhadores a ritmos acelerados, jornadas estafantes e salários insuficientes, execução de atividades marcadas pela monotonia, concentração, repetitividade e acúmulo de tarefas (LOURENÇO, 2008, p. 18).

Os(a) mesmos(a) estão inseridos em um sistema que pouco volta seu olhar para a promoção da atenção para estes, fazendo com que tenham que lidar com a fragmentação que está presente em diversos pontos e que se adentra na vida particular.

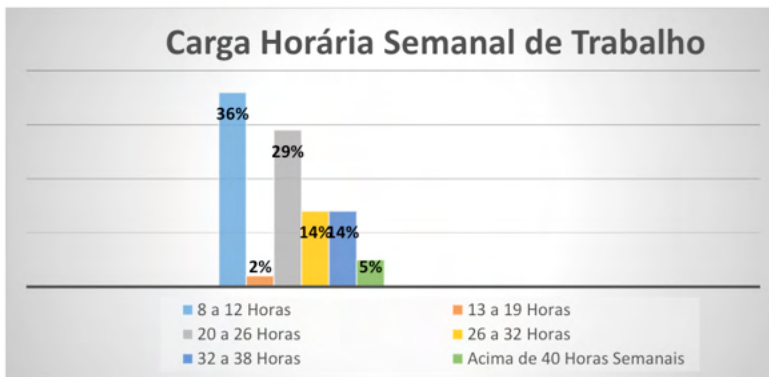


Gráfico 9- Carga Horária Semanal de Trabalho

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

O gráfico demonstra a presença de jornada de trabalho de 40 horas semanais para 36% dos trabalhadores(as), considerando uma carga horária alarmante para esses trabalhadores(as) assalariados que dispõem toda sua força para exercer suas funções, tendo em vista que a intensificação da carga horária contribui para o esgotamento físico e mental. Apenas 29% trabalham de 20 a 26 horas e 14% de 32 a 38 horas semanais.

A carga horária elevada, associada às condições de trabalho desgastantes podem sugerir que as condições de trabalho destes trabalhadores(as) se agudizam na mesma proporção em que sua força de trabalho é requerida pelas instituições de saúde, uma vez que a pandemia já demonstrou a necessidade simbiótica entre recursos materiais e humanos para atendimento das demandas postas. Pensar pandemia é pensar nas condições de trabalho dos(as) profissionais, uma vez que a associação a extensas jornadas de trabalho, condições de trabalho insatisfatórias, remuneração que não atende às necessidades de reprodução, pressão exercida pandemia e adoecimento físico/mental, torna-se ingredientes explosivos para saúde mental destes e, conseqüentemente, para os destinatários da atenção profissional, ou seja, os usuários.

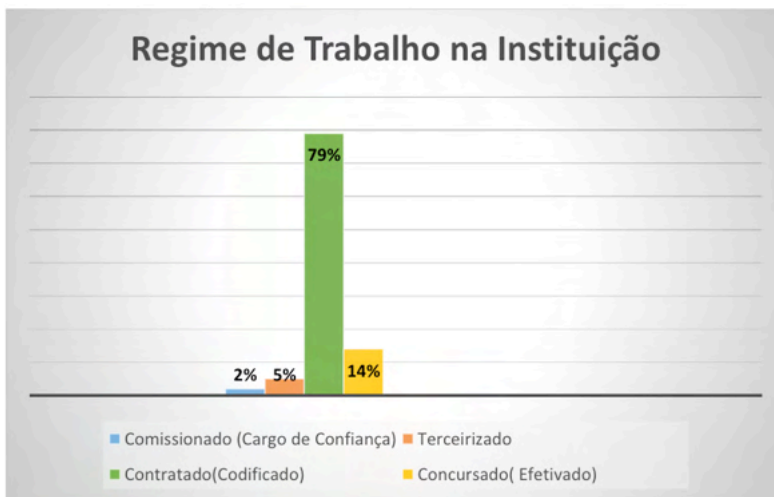


Gráfico 10- Regime de Trabalho na Instituição

Fonte: Autores (2021). Elaboração: autores (2022)

Analisando o gráfico 10 (Regime de trabalho na instituição), é perceptível o quantitativo de profissionais que se encontram em regimes contratuais (codificados¹¹), compreendendo o valor expressivo de 79% dos entrevistados, bem como mostra os cargos concursados (14%), terceirizados (5%) e comissionados (2%), demonstrando o enfraquecimento dos direitos trabalhistas, uma vez que se cria no mesmo ambiente de trabalho regimes diferenciados, condições distintas de remuneração e direito à estabilidade, fazendo com que tais condições se apresentem importantes neste cenário.

Diante do cenário caótico, os(as) profissionais se empenham em realizar suas demandas, mesmo enfrentando todas as dificuldades provenientes do processo de precarização, dessa forma, o excesso de trabalho juntamente com a agudização dos tipos de contatos instáveis pode propiciar o surgimento de problemas na saúde do trabalhador.

¹¹ Trata-se de um regime de contrato de trabalho adotado pelos Hospitais do Estado da Paraíba. Nesta modalidade, consta, além dos chamados "codificado", os(as) trabalhadores(as) com regime de trabalho temporário.

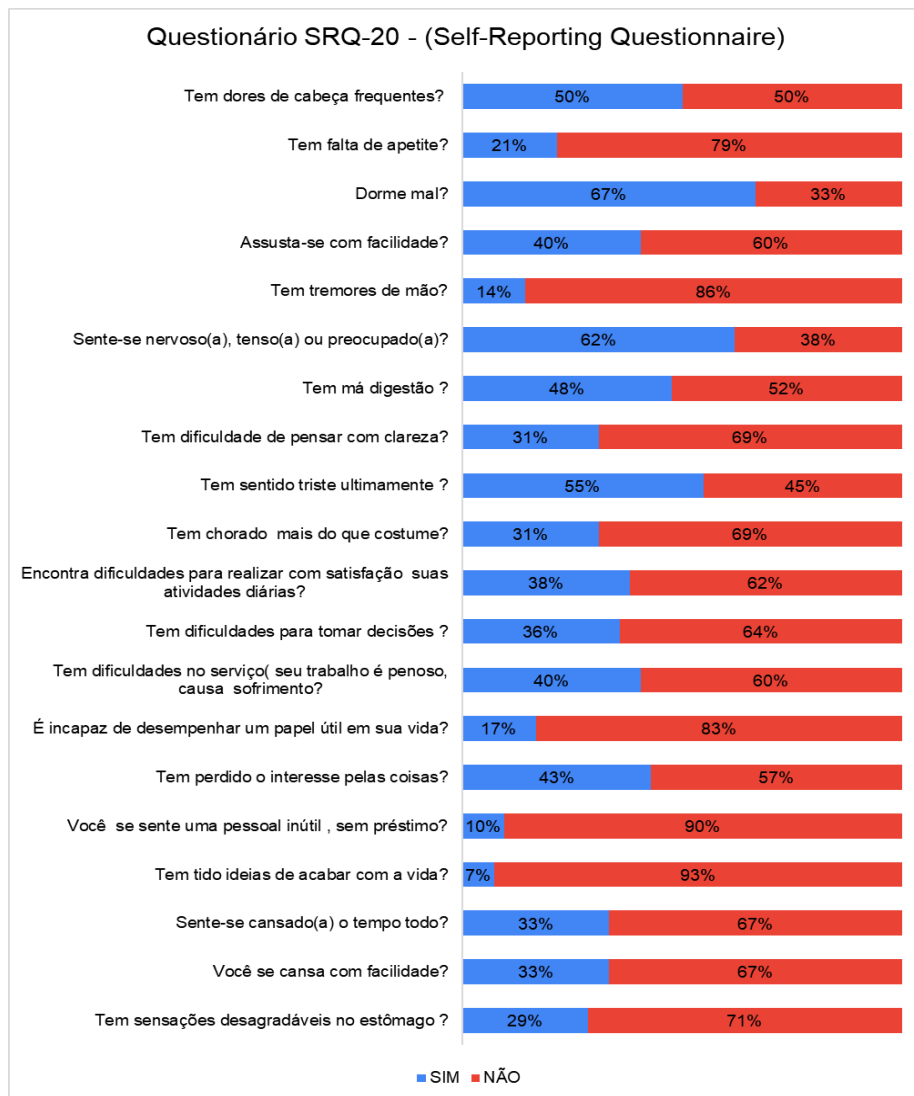


TABELA SRQ-20 (SELF-REPORTING QUESTIONNAIRE)

Fonte: (HARDING et al, 1980); (GONÇALVES; KAPCIZINSK; STEIN, 2008) Elaboração: autores (2022)

De acordo com os dados, devido às condições do trabalho no combate à pandemia, 55% dos entrevistados relatam sentimento de tristeza nos últimos dias, o que nos leva a inferir que esse elemento tem impactado sobre a saúde mental dos trabalhadores(as). Pesquisadores da Fiocruz alertam que no contexto de pandemia é esperado que as pessoas vivenciem sensações de impotência, irritabilidade e angústia, além da tristeza.

Ainda sobre os dados apurados na pesquisa, apesar de 31% dos(as) trabalhadores(as) terem indicado que no ambiente de trabalho tem conseguido pensar com clareza e não chorarem com a atual situação mais do que o costume, 40% das pessoas que responderam

ao questionário estão sentindo dificuldades no trabalho, onde o trabalho se encontra penoso, ou seja, tem causado sofrimento. Essa porcentagem evidencia a angústia que a pandemia do COVID-19 tem provocado, o perigo e a proximidade com a morte, é algo que pode indicar possíveis quadros de sofrimento mental em muitos profissionais.

Apesar do avanço da medicina sobre a pandemia e os protocolos de biossegurança adotados nos hospitais, 38% dos(as) entrevistados(as) sentem dificuldades em realizar com satisfação suas atividades diárias dentro do seu ambiente de trabalho, o que demonstra a dificuldade da rede hospitalar para absorver a demanda provocada pela doença, a possível ausência de melhores condições de trabalho e as implicações que esses problemas ocasionam.

Os dados mostram que 36% encontram dificuldades para tomar decisões tanto pessoais como profissionais, o que demonstra a exaustão emocional e física que estes profissionais vêm enfrentando no desenvolvimento de suas atividades frente ao atendimento dos usuários. Tais condições também levam ao medo como foi mencionado, juntamente com a sobrecarga de trabalho, também atrapalha o desempenho no ambiente de trabalho, o que mostra a necessidade do amparo a esses profissionais. O apoio psicológico a esses trabalhadores é essencial, já que eles lidam com a morte de diversos pacientes e também colegas de trabalho que chegaram a falecer em decorrência da COVID-19.

Outro fator que tem levado a possibilidade de adoecimento psíquico dos(as) trabalhadores(as), como pontuado anteriormente, diz respeito às condições de trabalho dos profissionais de saúde, agravadas durante a pandemia, como a escassez de equipamentos básicos no cuidado e proteção da saúde dos mesmos, ou seja, a carência no fornecimento e treinamento no uso dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI no momento da coleta de dados desta pesquisa.

Isto é, quando indagados se dormiam mal a partir da exposição ao vírus, ou seja, após começarem a trabalhar no combate a COVID-19, 67% dos(as) entrevistados(as) responderam que sim, passaram a dormir menos após a atual situação de caos na saúde, afetando ainda 50% dos(as) profissionais com dores de cabeça frequentes. É possível depreender um distúrbio pode alavancar o outro, ou seja, a perda de sono pode levar as dores de cabeça frequentes que também impactam em sustos corriqueiros, quando perguntados se assustavam-se com facilidade 60% relatou que não, porém não podemos descartar os(a) 40% que afirmaram que sim, se assustavam com facilidade.

Bezerra (et al, 2020), faz um debate sobre como a falta de sono ocasionada pelo estresse de trabalho pode impulsionar outros problemas de saúde dos(a) profissionais da linha de frente:

[...] a eficiência do sono é reduzida, o que pode afetar todos os aspectos da saúde física, como os sistemas cardiovascular, endócrino e imunológico, podendo até mesmo causar sintomas irreversíveis. E, a longo prazo, o sono insuficiente pode ocasionar sintomas emocionais, que possibilita o aumento das barreiras para várias funções fisiológicas, como imunidade, aprendizado

e memória, expondo esse profissional também à maiores chances de contrair a doença (BEZERRA, et al, 2020, p.11).

Vale ressaltar que nem sempre é uma regra um distúrbio estimular outro, mas no caso desses(as) trabalhadores(as) há que se levar em consideração o contexto em que estão inseridos(as), podendo sim haver os estímulos de várias doenças consecutivas. Com isso, a pesquisa tratou de questionar também se os mesmos se sentiam nervosos(as), tensos(as) ou preocupados(as) e 62% responderam que sim, abordou-se ainda sobre tremores nas mãos onde 86% relataram que não tinham essa sensação e, indagados sobre a falta de apetite e a má digestão, respectivamente 79% e 52% responderam que não houve percepção desses sintomas.

Segundo Souza (2021):

No que diz respeito à vigilância da saúde do(a) trabalhador(a), ações estratégicas precisam ser estruturadas no sentido de dar visibilidade ao impacto na saúde mental, em decorrência da pandemia de Covid-19, entre a população trabalhadora, e de transcender a questão do risco de contaminação em si. Considera-se que o momento histórico e o contexto particular no qual se instaurou a pandemia merecem ser compreendidos, tanto no dimensionamento dos problemas sanitários e seus impactos para a saúde pública quanto no planejamento de ações de enfrentamento... Nessa perspectiva, se, por um lado, ser trabalhador(a) em atividade considerada essencial, estar na linha de frente do cuidado e/ou pertencer a um grupo de maior exposição ao novo coronavírus é preditor de contaminação e de sofrimento psíquico/transtorno mental no contexto da pandemia, por outro, ser trabalhador(a) com vínculo precário e/ou informal, estar ou ficar desempregado, sem renda e sem proteção social coloca o indivíduo numa condição de maior risco para desenvolvimento de transtornos mentais (SOUZA, et al, 2021, p. 133-134).

Tais profissionais demonstraram em sua maioria terem perdido o interesse pelas coisas, ou seja, 43% demonstraram não se sentirem mais entusiasmados(as) nas atividades que desempenham. Somado a isso, extensas jornadas de trabalho que se intensificaram nos picos agudos da pandemia, ocasionando desse modo um exaustivo cansaço físico e mental por parte desses(as) trabalhadores(as). Os dados revelaram que 33% dos mesmos sentem-se o tempo inteiro cansados(as).

Esses fatores podem causar outros impactos na saúde emocional como também na saúde física desses(as) trabalhadores(as), como irritabilidade, má digestão, sensações desagradáveis no estômago ou até mesmo um estado emocional de choro com frequência oriunda do nível de estresse.

Segundo Souza (2020):

Essas situações extremamente estressantes podem levar a desenvolver sofrimento mental em diversos graus e de formas diferentes nesses trabalhadores. Quando essa aflição passa a ser muito grave a ponto de a pessoa apresentar sofrimento significativo e/ou impacto na vida diária, podemos pensar então em transtornos psiquiátricos, como depressão,

transtorno de ansiedade, [...] (Souza, 2020, s/p).

Nas palavras de Souza (2020), isso só colabora para que o nível de estresse e consequentemente o nível de pressão psicológica seja muito maior. Além disso, é intrínseco o fator de terem a possibilidade de serem eles a causa, ou seja, o agente transmissor do vírus para seus familiares, colegas de trabalho e até para os pacientes que ali se encontram hospitalizados.

Há uma carga de pressão muito grande, isto é, o(a) trabalhador(a) de fato permaneceu na linha de frente, ou seja, tais profissionais no momento em que se conclamava o isolamento e o distanciamento social mais rígido (Brooks, et all, 2020), os mesmos se afirmaram e reafirmaram como força de trabalho indispensável à assistência em saúde. Por outro lado, há o alto número de profissionais que se contaminaram e/ou vieram a óbito, como bem demonstra o Site Notícias UOL, no qual afirma que houve um crescimento do número de óbitos dos profissionais de saúde, chegando a 24,5% em todo o país em 2020.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que entre 80 mil a 180¹² mil profissionais de saúde morreram em decorrência da COVID-19 entre janeiro de 2020 e maio de 2021(ONU Brasil)

No Brasil, a pandemia do Coronavírus foi a maior causa de óbitos entre os(as) trabalhadores(as) da saúde. Assim,

[...] a covid-19 foi a principal causa de óbito entre os profissionais de saúde, com 929 registros em 2020. O número foi praticamente o dobro da segunda colocada em causa de morte, no caso a pneumonia, que vitimou 476 pessoas da área de saúde [...] ao todo, entre março de 2020 e fevereiro de 2021, já foram 1.411 óbitos pela covid-19 (UOL, 2021, s/p).

Dos entrevistados, apenas 7% ao longo de todo esse processo bastante atípico relataram que já pensaram na ideia de suicídio. Esse dado só vem reafirmar a impotência dos trabalhadores em lidar com a falta de estrutura nas unidades de saúde para dar conta da demanda e/ou da tensão emocional em lidar com um número elevado de mortes diariamente, o que no cotidiano sem pandemia já é complexo, quanto mais em um contexto de uma Pandemia, em que seu trabalho profissional os tornam muito mais vulneráveis como também muito mais propensos a desencadear algum tipo de adoecimento psíquico.

Porém, mesmo diante de um pequeno percentual, uma vez que há um risco de suicídio e nesse caso, não se trata de afirmar um percentual pequeno, pois, cada vida importa, nos leva a destacar a necessidade urgente de uma atenção, tornando o problema sinalizado em um objeto de ação presente nas agendas de políticas públicas da saúde mental e também daquelas de saúde do(a) trabalhador(a).

Nesse sentido, os 93% que responderam nunca terem cogitado a possibilidade de tirar a própria vida, não nega e tampouco pouco justifica a possibilidade de terem

12 Disponível no site: <https://brasil.un.org/pt-br/152760-ate-180-mil-profissionais-de-saude-morreram-de-covid-19-in-forma-oms#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,%2C%20estresse%2C%20ansiedade%20e%20fadiga>. Acesso: Abril 2022.

desenvolvidos quaisquer danos a sua saúde mental nesse contexto da Covid-19 em que estamos vivenciando. O que isso quer nos dizer? Quer nos dizer que “as novas formas de exploração do trabalhador têm se multiplicado, utilizando-se, para isso, de mecanismos ideológicos a fim de mascarar a sobrecarga imposta ao empregado” (GONDIM, PINHEIRO, MENDES e NEVES, 2018, p.65).

Essa exploração tem sido vivenciada cotidianamente pelos(as) trabalhadores(as) da área da saúde, sobretudo, no cenário de pandemia, no qual a pesquisa mostrou que 36% estão trabalhando acima de 40 horas semanais. 79% destes possuem seu vínculo de trabalho via contratação o que se configura como mecanismo muito forte de controle entre patrão e empregado, pois 45% dos(as) mesmos(as) são jovens, entre 24 a 29 anos, sendo que apenas 17% possuem ensino superior completo.

Diante dos dados socioeconômicos e do SRQ, é imprescindível exigir políticas públicas para articulação em setores governamentais para a prevenção e assistência qualificada aos profissionais afetados, desenvolvendo pesquisas que beneficiam e evidenciem a relação do adoecimento, o desgaste e o sofrimento mental do trabalhador exposto durante a pandemia da COVID-19.

No que diz respeito ao esgotamento sobre a totalidade da saúde mental dos(as) trabalhadores(as) existem variações de características no núcleo em que se encontram de situações que promovem o aumento do adoecimento mental e que também coloca em risco à integridade física, como a exposição de agente tóxicos, explosivos, e estando sujeitos a serem sequestrados(as) ou assaltados(as). Enfrentar todos esses desafios por um compromisso de estabelecer demandas e metas a serem cumpridas.

Assim,

Ao analisar as situações, evidencia-se o sofrimento de trabalhadores que, em decorrência do trabalho realizado em condição precária e sem qualquer tipo de proteção social ou legal, submetem-se a condições insalubres e perigosas por uma questão de subsistência. (LOURENÇO, 2007, p.09).

Contudo, a pesquisa evidencia uma contingente crescente de trabalhadores(as) com transtornos psíquicos, as quais dificultam a permanência ao trabalho, sendo assim não havendo dúvidas para alternativas de processos que protejam a saúde mental dos trabalhadores(as), através de intersetorialidade conjunta dos diversos campos na área da saúde e das demais políticas públicas, uma vez que o ser social é sujeito central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O chamado mundo “moderno” tem despojado o trabalho de seu sentido ontológico, ao passo que o alargamento da sua precarização tem imposto aos (às) trabalhadores condições de trabalho cada vez mais aviltantes, despossuídas dos direitos mais essenciais para a reprodução individual e coletiva do ser social. A precarização tem se expressado de

modo mais evidente nos últimos 30 anos, reforçando seu caráter novo-velho modelo de exploração (DRUCK, 2011), demonstrando que neoliberalismo alcançou sua maturidade na reversão do papel do Estado, na refração dos direitos sociais, na fragmentação das políticas sociais por parte do Estado, e, evidente, na dilapidação dos direitos trabalhistas.

A refração do Estado diante da gestão, implementação e execução das políticas sociais se manifestou neste momento de pandemia, ao passo que a defesa empenhada na minimização do Estado se viu em confronto com a explosão das demandas postas pelos usuários aos serviços de saúde, com destaque ao SUS, em que a propalada minimização do Estado não se mostrou eficiente no atendimento das necessidades em saúde pública e, a chamada mão invisível do neoliberalismo fora amputada para atender todas as demandas.

De modo objetivo, a sociedade e chamado “mercado” assistiram, atônitos, a explosão de casos de uma doença altamente transmissível e puderam compreender a necessidade de políticas públicas robustas, uma vez que o cenário não se tornou uma tragédia maior pela capacidade operacional robusta do Sistema Único de Saúde em dar respostas às necessidades dos usuários. O SUS e seus(as) trabalhadores(as) salvaram vidas!.

Associada às demandas postas pela pandemia ao Estado, reforça a necessidade da defesa intransigente dos serviços públicos, visto que a chamada iniciativa privada faz como quer, quando quer, seleciona necessidades e restringe suas ações à uma mera classificação econômica (França Junior, 2021), o que não garante a efetivação do direito ao acesso à saúde e neste momento da pandemia, a ausência do SUS e do Estado relegaria a sociedade à uma carnificina sem precedentes na história do Brasil.

Neste cenário, esta pesquisa buscou trazer elementos para compreensão dos possíveis processos de adoecimento mental dos(as) trabalhadores(as) da linha de frente da Covid-19 no sertão da Paraíba, em um momento em que a pandemia experimenta uma importante refração, tendo em vista o avanço da vacinação em todo território pesquisado.

Muito embora a situação da pandemia já tenha importantes níveis de refração, é fato que ainda perdura uma belicosa pressão sobre os serviços de saúde e conseqüentemente aos(as) trabalhadores(as), o que ficou evidente nos resultados da pesquisa, sendo que as situações por eles vivenciadas, a rotina estressante do trabalho, associada às questões ambientais dos espaços de trabalho, em que pese o alargamento do processo de precarização podem conduzir estes trabalhadores à níveis de adoecimento mental, conforme argumenta (Souza, 2020).

As condições de trabalho, remuneração e carga horária de trabalho incidem diretamente nas condições de saúde mental destes trabalhadores, uma vez que as determinações sociais mediam diretamente com o trabalho e as demais esferas da vida social do(a) trabalhador(a), conforme destaca (Lacaz, 2017) e, com a pandemia, há um risco evidente de aumento exponencial de adoecimento mental no trabalho, visto que as sequelas deste processo agudo em 2020/2021, poderá refletir na saúde dos(as) trabalhadores(as) no futuro (FARO, et al, 2020).

Para (Heloani e Selligman-Silva, 2017, p. 293 [...] o medo permanente corresponde à ansiedade, tensão emocional e sofrimento psíquico”. Destaca ainda que, “[...] a incerteza e o medo são ingredientes importantes nos processos sociais e psíquicos que se desenvolvem a partir da precarização social e do trabalho e vão impactar de maneira nociva na saúde mental”.

A percepção destes(as) trabalhadores(as) sobre suas condições atuais de saúde mental podem ter sofrido interferência frente ao arrefecimento da pandemia nestes campos de estudo, mas não removem a importância do debate em torno do tema, ao passo que mesmo não havendo sido observado quadros comuns de adoecimento mental, o futuro pode reservar aos trabalhadores os despojos desta pandemia que perdura há mais de dois anos e seu impacto pode se consolidar em várias esferas da vida social, dentre elas aquelas relacionadas aos processos de trabalho.

A presente pesquisa, por fim, foi capaz de apontar indícios de adoecimento mental que precisam ser levados em consideração, sendo que estes(as) trabalhadores(as) necessitam de condições de trabalho que proporcione uma vida dotada de sentidos e neste exato momento em que a pandemia e a aguda crise econômica esgarçou o véu da ilusão moderna sobre o mundo do trabalho e do emprego da força de trabalho humana, em que pese sua premência ontológica frente à satisfação das necessidades sociais e, para que a vida seja dotada de sentido no trabalho, faz-se necessário colocar na ordem do dia o tema da saúde mental no (e fora) do trabalho como pedra angular para garantir o cuidado àqueles que cuidam da saúde pública.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (Org). **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004 (a). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/387687601/Ricardo-Antunes-Dialectica-do-Trabalho>. Acesso em: 20-02-2022.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005(b).

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009 (c).

BEZERRA, G. D et al. **O impacto da pandemia por covid-19 na saúde mental dos profissionais da saúde: revisão integrativa**. IN: Revista Enfermagem Atual. edição especial covid19 – 2020. Disponível em: O impacto da pandemia por COVID-19 na saúde mental dos profissionais de saúde: revisão integrativa | Revista Enfermagem Atual In Derme. Acesso em: 10 de março de 2022

BORGES, L.O et all. **Questionário de condições de trabalho: reelaboração e estruturas fatoriais em grupos ocupacionais**. IN: Aval. psicol. vol.12 no.2 Itatiba ago. 2013. Acesso: mar. de 2022.

BROOKS, S. K., WEBSTER, R. K., SMITH, L. E., Et All (2020). **The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence.** *The Lancet*, 395(102227), 912-920. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30460-8).

CISNE, M. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão.** 202 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de PósGraduação em Serviço Social, UFPE, 2004(a).

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.(b)

CLASON, D. L.; DORMODY, T. J. **Analyzing Data Measured by Individual Likert-Type Items.** *Journal of Agricultural Education.* v. 35, n. 4, p. 54-71, 1994.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Impacto da pandemia na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras foi destaque em reunião do cns,** 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1746-impacto-da-pandemia-na-saude-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-foi-destaque-em-reuniao-do-cns>. Acesso em 03 de março de 2022.

CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K; FRANCA, M.A.P. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização.** 2020.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Cad. CRH* 24 (spe1), São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?lang=pt#>. Acessado em: Abril de 2022.

FARO, A.; BAHIANO, M. de A; CASSIA, de T. Et All. **Covid-19 e saúde mental: a emergência do cuidado** Scielo, São Paulo 2020 <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/> Acesso em: abril de 2022.

FERNANDES, S. **Se quiser mudar o mundo: Um guia político para quem se importa.** São Paulo: Planeta, 2020.

FRANÇA JUNIOR, R. P. **Trabalho, Teleologia e Causalidade:** as formas originárias da práxis social em Lukács. *Rev. Katál.*, v. 23, n. 3, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v23n3/1982-0259-rk-23-03-572.pdf>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2022.

GERHARDT, T, E; SILVEIRA, D.T (Orgs.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

GONÇALVES, D.M; KAPCIZINSK, F; STEIN, A.T. **Avaliação de desempenho do Self-Reporting Questionnaire como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR.** IN: *Cad. Saúde Pública* vol.24 n.º2 Rio de Janeiro Feb. 2008. Acesso: março de 2022.

GONDIM, A. A et al. **O impacto do processo de precarização laboral em serviços de saúde.** *Rev. SBPH*, v.21, n.º.1, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [María Livia Tourinho Moretto \(Ed.\) \(bvsalud.org\)](http://www.bvsalud.org). Acessado em: 05 de março de 2022.

HARDING, T.W; DE ARANGO, M. V; BALTAZAR, J; Et al. **Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries.** *Psychol Med*; 1980.

HELOANI, R; SELIGMANN-SILVA, E. **Precarização – impactos sociais e na saúde mental**. IN: NAVARRO, V; LOURENÇO, E.A.S. O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.introdução crítica. Biblioteca Básica do Serviço Social. 8. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

LACAZ, F. A. C. **O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde**. Rev. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: untitled (scielosp.org). Acessado em 15 de março de 2022.

LAKATOS. E. M; MARCONI. M. A de. **Técnicas de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas; 1999.

LOURENÇO, E. A. s. **O mundo do trabalho adoecer**. Estudos do Trabalho, Revista da RET, Ano II, N 3, 2008(a).

LOURENÇO, E.A.S; BERTANI, I. F. **Saúde do trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 32, n. 115, p. 121-134, 2007.

LYCHOWSKY, R. **Paralelo entre a obra de Karl Marx, “salários, preço e lucro” e o direito do trabalho**”. 2014. Disponível em: www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=61d5d9601b149e9c#:~:text=O que o operário vende,o direito de dispor dela. Acesso em: 01 de março de 2022.

MADEIRA, M. Z. A. **Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista Argumentum**, vol. 9, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 21-31 Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, Brasil

MADEIRO, C. **Com pandemia, morte de profissionais de saúde cresce 24,5% no país em 2020**. UOL,2021.Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/04/06/com-pandemia-morte-de-profissionais-de-saude-cresce-245-no-pais-em-2020.htm>. Acesso em 04 de abril de 2022.

MARX, K. **O capital. Vol. I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, K. **O Capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Trabalho, Sociedade e Valor**. In: **Economia Política: uma introdução crítica**. vol. I. 8. ed. São Paulo: Cortez Editorial, 2012.

OLIVEIRA, J. P. C; MONTEIRO, V. B; IRFFI, G. **Existe diferença salarial em função da orientação sexual? Análise para o mercado de trabalho cearense**. Revista Gênero, v. 20, n. 1, p. 119-134, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Até 180 mil profissionais de saúde morreram de covid-19 informa a OMS** Outubro, 2021, disponível em:Até 180 mil profissionais de saúde morreram de COVID-19, informa OMS | As Nações Unidas no Brasil. Acesso em: abril de 2022.

PIZZINATO, A. **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na covid-19** Brasília, 2020 . Disponível em: recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na covid-19 Acesso em: abril de 2022.

RIOS, R. R; PIOVESAN, F. **A discriminação por gênero e por orientação sexual.” Seminário Internacional as minorias e o Direito.** Brasília, 2001.

ROSELINO, J.E.; FERRO, A.R; AUGUSTO, N., **A Evolução Recente da Desigualdade entre Negros e Brancos no Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas do Brasil.** Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 26. Número 2 (48). pp. 105 - 127 Set 2015.

SATO, L; BERNARDO, M. H.. **Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. Ciência e saúde coletiva**, v.10, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: SciELO - Brasil - Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. Acesso em: 23 de março de 2022.

SELIGMANN-SILVA, E. **O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

SILVA, G. M; LEÃO, L. S. T. **O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de descriminalização entre brasileiros pardos.** Scielo, São Paulo. 2012.

SOUZA, L. C de. **Impactos na saúde mental dos profissionais da saúde durante a pandemia da covid-19.** UFSCAR, 2020. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/impactos-na-saude-mental-dos-profissionais-da-saude-durante-a-pandemia-da-covid-19/h>. Acesso em: 04 de março de 2022.

SOUZA, S. F. de et al. **Saúde mental e trabalho no contexto da pandemia por covid-19: proposta para vigilância em saúde.** IN: Revista Baiana de Saúde Pública. v. 45, N Especial 1, p. 125-139 jan./mar. 2021. Disponível em: Vista do SAÚDE MENTAL E TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19: PROPOSTA PARA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (sesab.ba.gov.br). Acesso em: janeiro de 2022.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há mais de duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações socioeducativas 48

Acumulação capitalista 36

Acumulação primitiva 37, 44

Adoecimento mental 69, 70, 71, 72, 90, 91, 92

Assistente social 1, 6, 7, 8, 13, 24, 34, 36, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59

C

Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde 73

Capitalismo 1, 2, 17, 27, 38, 44, 46, 47, 54, 75, 76, 77, 78, 82

Centralidade do trabalho 19

Competências profissionais 5, 25, 46, 52, 96

Consciência de classe 48, 55

Conselho Nacional de Assistência Social 3

Constituição da República Federativa do Brasil 24, 26, 33

Covid-19 45, 47, 51, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

D

Deslocamento espacial 18

Determinações do capitalismo 47

E

Educação sustentável 24, 25, 32, 33

Enfrentamento à violência doméstica e familiar 35, 36, 40

Envelhecimento 9, 10, 11, 16, 31

Espaços sócio ocupacionais 7, 46, 49, 56

Estágio supervisionado 58

Exercício profissional 35, 36, 40, 41, 42, 44, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 61

G

Gênero 5, 12, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 64, 68, 75, 76, 77, 80, 93, 94, 95

I

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 11

Intersetorialidade 24, 28, 29, 32, 34, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 68

L

Liberalismo 1

Linhas de enfrentamento 72

Longevidade 9, 11

M

Meio ambiente 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34

Migração 18, 19, 20, 21, 22, 23, 64

Movimento de reconceituação 4, 39

P

Pandemia 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Política de Assistência Social 1, 2, 9, 10, 34, 66

Política Nacional do Meio Ambiente 26

Políticas de saúde 10

Políticas públicas 3, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 52, 53, 56, 57, 65, 68, 72, 89, 90, 91

Políticas sociais 1, 2, 4, 7, 24, 27, 28, 32, 34, 46, 53, 54, 56, 63, 68, 91, 96

Práxis 48, 93

Processo migratório 18, 19, 21

Processos de trabalho 47, 48, 51, 59, 66, 67, 70, 72, 92

Profissionais da saúde 74, 78, 92, 95

Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento 35

Projeto Ético-Político do Serviço Social 44

Psicólogo 13

S

Saúde mental 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Serviço Social 4, 5, 6, 7, 8, 24, 25, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 68, 73, 93, 94, 96

Sociedade capitalista 6, 40, 45, 46, 48, 61, 94

Supervisão acadêmica do estágio 58

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71,

72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

V

Vínculos familiares 13, 14, 61, 64


SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 